

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

IARA BINTA LIMA MACHADO

**O BRASIL NA ÁFRICA:
UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES BRASIL-NIGÉRIA ENTRE 1961 E 2012**

Porto Alegre

2013

IARA BINTA LIMA MACHADO

**O BRASIL NA ÁFRICA:
UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES BRASIL-NIGÉRIA ENTRE 1961 E 2012**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini

Porto Alegre

2013

IARA BINTA LIMA MACHADO

**O BRASIL NA ÁFRICA:
UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES BRASIL-NIGÉRIA ENTRE 1961 E 2012**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 17 de junho de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini – Orientador
UFRGS

Profa. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira
UFRGS

Prof. Luiz Dario Teixeira Ribeiro
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais por todo apoio e por despertarem meu interesse pela África desde meus primeiros anos de vida. Em especial, agradeço à minha mãe por ter sempre corrigido meus trabalhos, sejam eles em português ou em inglês, sempre demonstrando interesse afincado pelos temas em discussão.

Gostaria de agradecer também ao professor Dr. Paulo Visentini, pelos ensinamentos acadêmicos e pela confiança constante no meu trabalho. Digo o mesmo para o Prof. Luiz Dario, que contribuiu para o enriquecimento de meu conhecimento acerca do continente africano em conversas embaladas por seu cachimbo. Agradeço também à prof. Dra. Analúcia Pereira pelos conselhos e a todos os professores do Curso de Relações Internacionais desta universidade que contribuíram para a formação de meu pensamento crítico.

Quanto aos meus colegas e amigos, agradeço ao pessoal do Santa Rosa de Lima pela paciência que tiveram comigo enquanto eu terminava este trabalho, o que apenas confirma pra mim a força dos nossos quase anos de amizade. Agradeço também aos meus colegas de faculdade, em especial Marcelo Kanter, Gustavo Möller, Cláudia Pfeifer Cruz, Guilherme Ziebell, Pedro Brites, Airton Gregório, por todas as formas de contribuição para a realização desse trabalho. Também agradeço a todos os amigos do curso que simplesmente tornam meus dias mais alegres e corretos e ao funcionário Vinícius da biblioteca da Faculdade de Ciências Econômicas por expandir os meus conhecimentos de Word.

RESUMO

O presente trabalho analisa as relações Brasil-Nigéria entre 1961 e 2012, com o intuito de observar qual o espaço atribuído a este país nas estratégias de inserção brasileira na África. Primeiramente, discute-se a trajetória de inserção internacional da Nigéria no continente africano e no sistema internacional. Posteriormente, as relações Brasil-Nigéria são analisadas em três períodos históricos diferentes, condizentes com o desenvolvimento da política africana do Brasil: (i) de 1961 a 1989, período em que surge e é fortalecida a política africana brasileira; (ii) de 1990 a 2002, quando o Brasil se afasta da África e adota um critério de seletividade nas parcerias estabelecidas com os países do continente africano; (iii) de 2003 a 2012, período em que a África é tomada como um parceiro prioritário para a política externa brasileira. Em todos esses momentos históricos, a Nigéria figura como um importante parceiro econômico e político do Brasil na África, ainda que existam particularidades específicas ao relacionamento em cada um dos períodos analisados.

Palavras-chave: relações Brasil-África, relações Brasil-Nigéria, parceria estratégica.

ABSTRACT

This paper analyzes Brazil-Nigeria relations between 1961 and 2012 with the purpose of observing the space allocated to Nigeria in Brazilian insertion strategies in Africa. In its first chapter, it overviews the scope of Nigeria's international insertion in Africa and the international system. Subsequently, interactions between Brazil and Nigeria are analyzed in three different historical periods, consistent with the development of the Brazilian African policy: (i) from 1961 to 1989, during which time Brazil's African policy emerges and is strengthened; (ii) from 1990 to 2002, when Brazil distances itself from Africa and adopts a criterion of selectivity in partnerships with African countries; (iii) from 2003 to 2012, a period in which Africa is taken as a priority scenario for Brazilian foreign policy. In all these historical moments, Nigeria stands out as an important economic and political partner for Brazil in Africa, although there are particularities as to the relationship in each of the periods under analysis.

Keywords: Brazil-Africa relations; Brazil-Nigeria relations; strategic partnership.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Intercâmbio comercial Brasil-Nigéria (1961-1989) (US\$ 1.000.000)	40
Gráfico 2 – Intercâmbio comercial Brasil-Nigéria (1990-2002) (US\$ F.O.B.)	48
Gráfico 3 - Intercâmbio comercial Brasil-Nigéria (2003-2012) (US\$ F.O.B.)	60
Gráfico 4 - Participação da Nigéria nas importações brasileiras da África (2003-2012) (%)..	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ANI	Área de Negócios Internacionais
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Apex-Brasil	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
ASA	Cúpula América do Sul-África
ASACOF	Fórum de Cooperação América do Sul-África
Befiex	Benefícios Fiscais a Exportação
BM	Banco Mundial
BP	<i>British Petroleum</i>
BOI	<i>Bank of Industry</i>
CASA	Comunidade Sul-Americana de Nações
CEAO	Comunidade Econômica da África Ocidental
CGG	Comissão do Golfo da Guiné
CSSDCA	Conferência sobre Segurança, Estabilidade, Desenvolvimento e Cooperação na África
Cobec	Companhia Brasileira de Entrepostos Comerciais
Copal	Aliança de Países Produtores de Cacau
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSONU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
ECOMOG	Grupo de Monitoramento da ECOWAS
ECOWAS	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
G-77	Grupo dos 77
IBAS	Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAP	<i>Millenium Partnership for the African Recovery Program</i>
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEND	Movimento pela Emancipação do Delta do Níger

MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MRE	Ministério de Relações Exteriores
NEEDS	Estratégia Nacional de Desenvolvimento e Empoderamento Econômico
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento da África
NNOC	<i>Nigerian National Oil Company</i>
NNPC	<i>Nigerian National Petroleum Corporation</i>
Novacap	Companhia Urbanizadora da Nova Capital
OEA	Organização dos Estados Americanos
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PEC-G	Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PEC-PG	Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação
PEI	Política Externa Independente
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	(Organização) das Nações Unidas
OTAS	Organização do Tratado do Atlântico Sul
OUA	Organização da Unidade Africana
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
TNP	Tratado de Não-Proliferação Nuclear
UA	União Africana
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNITA-FNLA	União Nacional para a Independência Total de Angola-Frente Nacional de Libertação de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas/ União Soviética
ZoPaCAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 NIGÉRIA: HISTÓRIA, POLÍTICA EXTERNA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	14
2.1 Construção e afirmação da inserção internacional (1960-1979)	14
2.2 Marginalização: crise econômica e novos governos militares (1979-1999)	19
2.3 A Nigéria no começo do século XXI (1999-2012).....	24
3 AS RELAÇÕES BRASIL-NIGÉRIA ENTRE 1961 E 2002	30
3.1 A aproximação Brasil-África e a construção do relacionamento Brasil-Nigéria (1961-1989)	30
3.1.1 A África entre a <i>multilateralização</i> e a <i>mundialização</i> da política externa brasileira .	30
3.1.2 A construção das relações: a Nigéria como o interlocutor mais importante do Brasil na África	35
3.2 O recuo brasileiro na África: qual espaço para a Nigéria?(1990-2002)	42
3.2.1 O distanciamento da década de 1990 e a seletividade.....	42
3.2.2 A Nigéria como nicho prioritário: a importância do petróleo	47
4 AS RELAÇÕES BRASIL-NIGÉRIA ENTRE 2003 E 2012	52
4.1 A retomada da importância estratégica: a redescoberta da África	52
4.2 A reaproximação: uma parceria estratégica?	58
4.2.1. Relações econômicas	59
4.2.2. Relações Político-Diplomáticas.....	63
4.3.2. Cooperação para o desenvolvimento	68
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	75
APÊNDICE A – INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-NIGÉRIA E INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-ÁFRICA (1990-2002)	89
APÊNDICE B – INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-NIGÉRIA E INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-ÁFRICA (2003-2012)	91
ANEXO A – MAPA DA NIGÉRIA	93

1 INTRODUÇÃO

Apesar da perenidade de um discurso que sempre buscou apresentar a África como uma parceira natural do Brasil pelos laços históricos e culturais estabelecidos ao longo de séculos, o lugar da África nas relações internacionais brasileiras variou conforme foram se alterando as prioridades da política externa e de inserção internacional do país. De fato, entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, as relações entre o Brasil e o continente africano foram enfraquecidas. Foi apenas em 1961, ano em que o Brasil passou a ter uma política africana de fato que esse vínculo com o continente foi retomado. Ainda assim, entre 1961 e 2012, as relações Brasil-África oscilaram entre momentos de aproximação e afastamento, sendo possível identificar três fases distintas. De 1961 a 1989, o Brasil fortaleceu seus laços com um continente africano independente. Já entre 1990 e 2002, as relações Brasil-África foram marcadas pelo distanciamento e pela seletividade. Com o começo do Governo Lula, em 2003, o país buscou sua reaproximação em relação à África, expandindo o escopo de suas interações com aquele continente, postura que vem sendo mantida pelo Governo Dilma Rousseff.

Nesse cenário, contudo, nem todos os países africanos tiveram o mesmo grau de importância para o Brasil. Entre os países que merecem destaque está a Nigéria, com quem o Brasil vem sustentando há décadas sua maior parceria comercial na África. A Nigéria esteve entre as prioridades brasileiras desde o início da política africana do Brasil em 1961, sendo Lagos, então capital nigeriana, uma das primeiras embaixadas brasileiras no continente. Mais ainda, o interesse do Brasil em fortalecer seus vínculos econômicos com aquele país já despontava em meados da década de 1960, quando a Nigéria foi identificada como potencial exportador de petróleo e importador de bens brasileiros dados os tamanhos de sua economia e de seu mercado consumidor. As relações Brasil-Nigéria também foram intensificadas em seus componentes políticos, com ambos os países esboçando reivindicações similares no sistema internacional e desenvolvendo iniciativas conjuntas, como a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, em 1986. Ao fim dos anos 1980, a Nigéria já figurava como maior parceiro econômico brasileiro na África.

Mesmo no período de seletividade e distanciamento brasileiro em relação ao continente africano, a Nigéria logrou manter sua posição de maior parceiro comercial do Brasil. De fato, o potencial econômico do relacionamento colocou a Nigéria entre os nichos prioritários de ação do Brasil na África. Durante o Governo Lula (2003-2010) e começo do Governo Dilma Rousseff (2011-2012), o intercâmbio comercial entre os dois países continuou

a crescer, superando os US\$ 9,5 bilhões em 2011, de um total de pouco mais de US\$ 27,6 bilhões em trocas com o continente africano como um todo (BRASIL, 2013a; BRASIL, 2013b). Os aspectos político-diplomáticos das relações Brasil-Nigéria também prosperaram, seja em esfera bilateral, seja em âmbito multilateral. Os discursos políticos de ambos os lados passaram a coincidir em diversos temas, como a construção de uma ordem internacional multipolar. Outros desenvolvimentos importantes também foram realizados nos últimos doze anos, como a Cúpula América do Sul-África, uma iniciativa de Brasil e Nigéria que foi capaz de congrega os países africanos e sul-americanos.

Esse relacionamento evoluiu ao ponto de Pio Penna Filho (AZIAKOU, 2011) afirmar que a Nigéria é um dos parceiros estratégicos do Brasil na África, ao lado de Angola e África do Sul. Contudo, apesar da expressividade dos dados econômicos e das ações diplomáticas conjuntas, são poucos os trabalhos acadêmicos que buscaram compreender esse relacionamento. De fato, a literatura nacional tem se dedicado mais à análise das relações do Brasil com outros atores africanos, particularmente os países de língua portuguesa (com destaque para Angola) e a África do Sul. Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar as dinâmicas das relações Brasil-Nigéria nas últimas décadas para tentar compreender qual o espaço atribuído à Nigéria nas estratégias de projeção brasileira na África, assim como apontar, de forma secundária, as implicações desse relacionamento para o posicionamento internacional do Brasil. A partir disso, acredita-se ser possível compreender o perfil do relacionamento atual entre os dois países, assim como identificar possibilidades de avanço ou retrocesso nessas relações.

Diante dos objetivos propostos, este estudo trabalha com a hipótese de que, longe de serem motivadas pelos vínculos histórico-culturais estabelecidos desde a época da escravidão, as relações Brasil-Nigéria foram pautadas por critérios objetivos, sendo fundamentais para isso as oportunidades econômicas do relacionamento e o reconhecimento da capacidade da Nigéria de atuar no continente africano e em algumas questões de escopo global. Nesse contexto, a identificação de tais oportunidades teria colocado a Nigéria como um dos atores mais importantes para o Brasil na África entre 1961 e 2012.

Com o intuito de desenvolver os objetivos citados, o presente trabalho busca primeiramente entender o lugar da África nas relações internacionais do Brasil. Não se trata aqui de prover uma análise descritiva das ações que moldaram a política africana brasileira, mas sim entender os determinantes profundos que embasaram os momentos de aproximação e afastamento no contexto das estratégias de política externa e inserção internacional apresentadas pelo Brasil entre 1961 e 2012. A partir disso, acredita-se ser possível determinar

a inteligibilidade das interpretações nacionais que têm embasado as relações Brasil-Nigéria. Para tanto, optou-se aqui pela utilização da noção de paradigmas de relações internacionais do Brasil de Amado Cervo (2008). O paradigma tem a função de fornecer uma explicação plausível da realidade, tornando possível a compreensão do objeto de estudo. Em relações internacionais, ele permite não só a identificação das estratégias de política externa e dos modelos de inserção internacional de um país, mas também torna visíveis as implicações externas do projeto de desenvolvimento nacional perseguido em cada período histórico. Segundo o autor,

O paradigma inclui determinado modo de proceder, no caso, de fazer política exterior ou de controlar as relações internacionais. A análise paradigmática há de colher as determinações internas e os condicionamentos externos, os fins da política, o peso da ideia de nação a construir e da cosmovisão [...]. Os países abrigam suas políticas exteriores e seu modelo de inserção internacional dentro de paradigmas (CERVO, 2008, p.66).

Com efeito, serão abordados três paradigmas ao longo deste trabalho, os quais agrupam governos que esboçaram formas de comportamento semelhantes. O primeiro é o paradigma do Estado desenvolvimentista (1930-1989), no qual o imperativo de promover a industrialização e o crescimento econômico encontra uma política externa em busca de maior autonomia decisória para realizar esses dois objetivos, principalmente entre as décadas de 1960 e 1980. Já o paradigma do Estado normal, vigente entre 1990-2002, representa a ascensão do neoliberalismo, em que a inserção internacional brasileira busca sua razão de ser na abertura e na estabilidade econômica. Por fim, tem-se o paradigma do Estado logístico, que ganha força durante o Governo Lula. Nesse paradigma, o modelo de desenvolvimento aberto encontra equilíbrio em uma inserção internacional mais assertiva e independente, em que o Estado respalda a internacionalização da economia. Cada um desses modelos teve implicações próprias para o desenvolvimento das relações Brasil-África e, conseqüentemente, para as relações Brasil-Nigéria.

O presente trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro deles busca entender quem é a Nigéria e como este ator se apresenta no sistema internacional. Para tanto, serão referidos momentos históricos marcantes, assim como a evolução da política externa nigeriana e de suas relações internacionais.

O segundo capítulo discute as relações Brasil-Nigéria em dois momentos históricos diferentes. O primeiro deles é o período que vai de 1961 a 1989, período em que são construídos os vínculos entre o Brasil e a Nigéria, no contexto da aproximação brasileira da

África. Já a segunda parte do capítulo analisa o relacionamento entre os dois países durante o período de seletividade e distanciamento do Brasil em relação ao continente africano. O último capítulo, por sua vez, trata das relações Brasil-Nigéria entre 2003 e 2012, momento em que o Brasil volta a ser aproximar do continente africano e outorga à África grande destaque em sua política externa. Em cada período histórico, será inicialmente feita uma análise das relações Brasil-África visando a facilitar a determinação do lugar da Nigéria para a política africana do Brasil.

2 NIGÉRIA: HISTÓRIA, POLÍTICA EXTERNA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O presente capítulo busca entender como a Nigéria, enquanto país mais populoso da África (cerca de 170 milhões de habitantes), com uma das maiores economias do continente e grande disponibilidade de recursos econômicos, tem se projetado no sistema internacional desde sua independência, em 1960. Para tanto, ele analisa aspectos fundamentais da trajetória histórica do país, além de discutir questões pertinentes da política externa e das relações internacionais da Nigéria¹.

2.1 Construção e afirmação da inserção internacional (1960-1979)

O ano de 1960 foi marcado pelo surgimento da Nigéria como Estado independente no sistema internacional. A independência foi resultado de um processo negociado com a Grã-Bretanha e pôs fim ao jugo colonial iniciado formalmente em 1861, com a anexação de Lagos, e que gradualmente anexou as terras Ioruba, as regiões dos rios Niger e Benue e, posteriormente, o Califado de Sokoto, no Norte do país. Entre 1904 e 1914, a administração colonial estabeleceu protetorados como forma de facilitar o governo colonial indireto. No Protetorado do Norte, a estrutura de governo baseada no poder dos emires foi mantida; no Protetorado do Sul, o governo indireto era assentado sobre os conselhos de governantes tradicionais. Não apenas isso, as diferenças entre os protetorados tiveram impactos diretos sobre o desenvolvimento de atividades econômicas, da infraestrutura e da educação em bases europeias, com o Sul tornando-se muito mais próspero do que o Norte. Tais diferenças estão na base da unificação do território nigeriano, promovida em 1914 por Frederick Lugard, que se consagrou como o Primeiro Governador-Geral da Nigéria.

Já nos anos 1940, as crescentes pressões nigerianas pelo fim do colonialismo forçaram o governo britânico a articular um plano para a concessão do autogoverno gradual à Nigéria. Em 1947, essa iniciativa resultou na divisão formal do território em três regiões: Norte, de maioria Hausa-Fulani, Oeste, de predomínio Iorubá, e Leste, de maioria Igbo. Desse momento em diante, as discussões para o autogoverno consagrariam cada vez mais o regionalismo nigeriano, culminando em uma estrutura federativa de governo, governada por Alhaji Tafawa Balwa (1960-1966) no momento de sua independência, em 1º de outubro de 1960.

¹Um mapa da Nigéria está disponível no Anexo A deste trabalho.

Segundo Oye Ogunbadejo (1980), a fraqueza institucional do governo Balewa, derivada do grande poder dos governos regionais – foi um dos determinantes da política externa pouco assertiva desenvolvida pelo país em seus primeiros anos como Estado independente. Aliado a isso, tem-se a forte dependência da economia nigeriana em suas exportações para a Grã-Bretanha, fatores esses que resultaram na adoção de uma política externa de forte caráter pró-ocidental (OGUNBADEJO, 1980; WRIGHT; OKOLO, 1999; GAMBARI, 2008). Apesar disso, a atuação externa do país ajudou a consolidar a Organização da Unidade Africana (OUA) em 1963, com a Nigéria dando grande contribuição para a adoção dos princípios de não-intervenção e de luta pela descolonização. Não obstante, qualquer iniciativa de ação mais contundente foi barrada pelo golpe de Estado de janeiro de 1966, que colocou no poder o General John Aguiyi-Ironsi. A justificativa para o golpe estava no excesso de corrupção que havia tomado conta do governo, principalmente após as fraudulentas eleições de 1964 e 1965, além da necessidade de pôr a termo o regionalismo. No entanto, as políticas do Major General não foram bem recebidas pela população, que passou a acusá-lo de favorecer a região Sul, particularmente os Igbos, em detrimento do Norte. A resposta do Norte veio através de um contragolpe no mesmo ano, marcando a ascensão do Tenente Coronel Yakubu Gowon(1966-1975) ao poder. Entretanto, a chegada de Gowon ao poder não foi suficiente para frear a violência contra os Igbos no Norte, que tinha iniciado durante o Governo Ironsi. As milhares de mortes e o crescente número de deslocados internos resultantes dos ataques criaram o cenário para a Guerra de Biafra (1967-1970), também conhecida como guerra civil nigeriana.

Quando negociações entre o governo federal e o Tenente Coronel Ojukwu, governante militar do Leste, não foram capazes de atingir um consenso, Ojukwu optou pela independência da região do Leste, proclamando a República Independente de Biafra, em maio de 1967 (FALOLA; HEATON, 2008), cuja secessão não foi aceita pelo Governo Gowon. Para Towyn Falola e Matthew Heaton (2008), foram três as razões que motivaram a ofensiva militar do governo federal, a começar pelo imperativo de preservar a unidade do Estado nigeriano. Em segundo lugar, tem-se a percepção de que a proclamação de independência de uma região poderia levar a atitudes semelhantes de outros grupos minoritários no país. Por fim, a região secessionista continha a maior parte das reservas de petróleo do território, uma matéria-prima que já começava a despontar como importante fonte de receitas para o Estado.

A guerra civil nigeriana foi muito importante para a modificação da postura externa do país (PHAM, 2007; ADEBAJO, 2008), dando início a um período que seria marcado pela forte atuação regional do país, com repercussões sobre sua postura no continente africano e

em fóruns multilaterais, como as Nações Unidas (ONU). Durante o conflito, não apenas a integridade do território nigeriano estivera ameaçada, como os secessionistas receberam o apoio externo de diversos países na tentativa de sustentar seu esforço, sendo possível citar França, Portugal, África do Sul, Costa do Marfim, Gabão e República Popular da China. Entre os apoiadores do governo federal, estavam a União Soviética (URSS) e Grã-Bretanha, esta última de forma muito discreta, além do consenso estabelecido na OUA para o não-reconhecimento da independência da Biafra. Assim, o resultado da guerra apontou a necessidade de a Nigéria assegurar uma vizinhança amistosa, em que a influência de atores externos fosse limitada, além de demonstrar a importância de instituições multilaterais continentais para a manutenção da unidade estatal (PHAM, 2007).

Na região da África Ocidental, essa adoção de uma postura externa mais incisiva resultou na formação da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS, em inglês) em 1975. De fato, a ideia de estabelecer um processo de integração no Oeste africano vinha sendo desenhada desde o começo dos anos 1960, mas enfrentava resistências externas pela baixa interdependência entre os países anglófonos e francófonos, pela força dos vínculos que ligaram as ex-colônias francesas à antiga metrópole e pelo receio do total domínio da Nigéria sobre o mecanismo de integração; no âmbito interno, a ainda baixa capacidade econômica desenvolvida pela Nigéria servia como forma de frear qualquer iniciativa de integração imediata, para não comprometer as possibilidades de liderança nigeriana no processo (OJO, 1980). Contudo, foi uma nova ofensiva francesa na região, com a perspectiva de formação da Comunidade Econômica da África Ocidental (CEAO), que, juntamente com o apoio desse país e de Estados francófonos aos secessionistas de Biafra, acelerou os planos de construção da comunidade (PHAM, 2007). Assim, nos primeiros anos da década de 1970, a Nigéria iniciou esforços contundentes para promover a integração da África Ocidental. Nesse cenário e diante das demandas securitárias e econômicas nigerianas, é possível dizer que a ECOWAS surgiu, portanto, como um mecanismo capaz de instrumentalizar a liderança nigeriana na região, além de garantir a segurança do país e a expansão de seu mercado consumidor (ADEBAJO, 2008)².

O sucesso da empreitada de Gowon na consolidação da ECOWAS foi garantido pelos recursos provenientes do *boom* do petróleo experimentado pelo país no começo dos anos 1970. A exploração comercial de petróleo na Nigéria, cujas reservas estão concentradas na

² Ainda assim, a ECOWAS até hoje não conseguiu cumprir o principal objetivo ao qual se propôs, qual seja a consolidação de um mercado comum no Oeste africano por dificuldades ligadas ao comprometimento e implementação das medidas estabelecidas (OLIVEIRA, 2012).

região do Delta do Níger, teve início no fim dos anos 1950, capitaneada pela Shell-BP. Apesar dos transtornos causados pela Guerra da Biafra, a recuperação da indústria foi rápida, com o crescimento da rentabilidade e da produção sendo incentivados pela escassez do produto no mercado internacional e pelo Primeiro Choque do Petróleo, em 1973 (passando de US\$3,80 para US\$14,70 entre outubro de 1973 e janeiro de 1974). Para facilitar a administração dos recursos, foi criada a *Nigerian National Oil Company (NNOC)*, no ano de 1971. Cinco anos mais tarde, a companhia foi transformada na atual *Nigerian National Petroleum Corporation (NNPC)* ao ser fundida com o Ministério de Minas e Energia. O resultado do *boom* do petróleo foi o aumento da dependência econômica da Nigéria em relação ao produto, de modo que, já em 1974, 82% das receitas governamentais vieram da exploração dessa *commodity* (FALOLA; HEATON, 2008). A prosperidade econômica conquistada no período deu origem à diplomacia do petróleo, em que a riqueza proporcionada pelo produto permitiu o crescimento da influência nigeriana sobre seus vizinhos no Oeste africano³, assim como sobre outros assuntos no cenário africano e internacional. De fato, como aponta Adekeye Adebajo (2008), nos anos 1970, a Nigéria tinha o maior exército na África e a economia mais próspera do continente. Tais credenciais foram utilizadas de forma recorrente na luta contra o colonialismo português e contra os regimes de minoria branca no Sul da África, além das reivindicações por uma ordem internacional mais justa em fóruns multilaterais, apontando a intenção nigeriana de se consolidar como uma liderança africana (ADEBAJO, 2008; OLIVEIRA, 2012).

Em 1975, o regime de Gowon seria derrubado, em um novo golpe militar ensejado pelo aumento da corrupção, pelo mau uso dos recursos públicos e pelos constantes atrasos no processo de transição democrática (FALOLA; HEATON, 2008). O novo Chefe-de-Estado, o General Murtala Mohammed assumiu com promessas de transição democrática, contando com o apoio de grande parte da população. Durante o Governo Muhammed, a política externa nigeriana demonstrou um não-alinhamento mais contundente, convertendo o princípio – que havia sido formalmente instituído durante o período Balewa – em ações concretas. A demonstração mais importante desse novo posicionamento foi a mudança de postura em relação ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que passou a ser reconhecido como o único representante legítimo dos angolanos. Esse apoio também foi expresso na forma de suporte financeiro ao MPLA (OGUNBADEJO, 1980; GAMBARI,

³Os recursos provenientes do petróleo ajudaram a fortalecer a imagem da Nigéria perante seus vizinhos, principalmente pela capacidade nigeriana em fornecer receitas compensatórias a eventuais perdas que os demais membros da ECOWAS pudessem ter ao se afastarem de suas ex-metrópoles (OLIVEIRA, 2012).

2008). Desde sua independência, a Nigéria vinha combatendo de forma incisiva o colonialismo português em instituições multilaterais como a OUA e a ONU; o país utilizou inclusive o seu petróleo como instrumento de barganha para forçar mudanças nas posturas de atores externos, como foi o caso das pressões exercidas sobre o Brasil ainda em 1974. Não obstante, o país sempre defendera uma solução negociada entre os movimentos em disputa, postura que abandonou em 1975, estando o apoio fornecido pelo regime do *Apartheid* à frente UNITA-FNLA entre as motivações para tanto. Esse novo posicionamento também influenciou o reconhecimento por parte da OUA (SELCHER, 1976; OGUNBADEJO, 1980; GAMBARI, 2008).

O Governo Mohammed, contudo, teve curta duração com a morte do general em uma tentativa de golpe de Estado. O governo de seu sucessor, o Tenente Coronel Olusegun Obasanjo (1976-1979), seguiu a mesma linha de política externa de Mohammed, principalmente na luta pelo fim do regime racista na Rodésia do Sul (atual Zimbábue), do *Apartheid* na África do Sul e da dominação desse país sobre a Namíbia. Nesses casos, a Nigéria adotou tanto posturas unilaterais, como a nacionalização dos bens da *British Petroleum* (BP), que pretendia acatar os resultados de eleições realizadas no Zimbábue, quanto ações multilaterais, como a luta por condenações e sanções no âmbito das Nações Unidas. Além disso, a Nigéria buscou mediar as disputas no Saara Ocidental e os conflitos entre Somália e Etiópia e Uganda e Tanzânia (OGUNDEBAJO, 1980; SARAIVA, 1996; ADENIJI, 2005; GAMBARI, 2008).

Segundo Stephen Wright e Julius Okolo (1999), os sucessos da política externa nigeriana não foram sustentados apenas nos atributos domésticos do país, sendo concorrentes para isso as condições favoráveis esboçadas no sistema internacional, em que o abrandamento da Guerra Fria e o surgimento de novos pólos de crescimento econômico capitalista ajudaram a melhorar o posicionamento externo relativo da Nigéria. Outros autores mencionam também o processo de fortalecimento do poder central durante os Governos Gowon, Muhammed e Obasanjo, conquistado pelo maior controle do governo sobre a arrecadação do petróleo e pela criação de novos Estados⁴, como um fator que teria permitido à Nigéria demonstrar maior ativismo internacional nos anos 1970. Essa postura assertiva da Nigéria foi também reconhecida internacionalmente, inclusive por autoridades estadunidenses (GAMBARI, 2008; RUSTAD, 2008). Não obstante, o fim dos anos 1970 e o começo da década de 1980 já

⁴Gowon aumentou o número de Estados nigerianos para 12 no ano de 1967. Em 1976, Mohammed elevou este número para 19.

preenunciariam as mudanças no posicionamento externo nigeriano, enfraquecido pela crise econômica que se instalou no país e pela ocorrência de novos golpes militares.

Ainda no ano de 1978, a vulnerabilidade da economia nigeriana ficaria exposta quando da primeira redução dos preços internacionais do petróleo na década de 1970. O resultado disso foi um déficit no balanço de pagamentos e uma redução na quantidade de petróleo produzida de 2,1 milhões de barris por dia para 1,5 milhões. As medidas de austeridade implementadas pelo governo geraram protestos. Não obstante, a situação foi revertida com o Segundo Choque do Petróleo em 1979. Entre outras medidas tomadas pelo Governo Obasanjo, é possível citar a promulgação de uma nova Constituição⁵ e a realização da transição democrática através de eleições em agosto de 1979. Nesse pleito, Alhaji Shehu Shagari(1979-1983) foi o vencedor, dando início a um governo que marcou o fim da década de ouro da Nigéria (OLIVEIRA, 2012).

2.2 Marginalização: crise econômica e novos governos militares (1979-1999)

Ao assumir, em 1979, Shagari estava sob pressão para cumprir as promessas de campanha, entre as quais estavam o aumento do emprego e melhorias no setor agrícola e nos serviços sociais. Externamente, o governo buscou manter o prestígio angariado pela Nigéria tanto no continente africano, quanto na África Ocidental. Foi com esse objetivo que o Governo Shagari organizou a Conferência Econômica da OUA em Lagos, em 1980, e que liderou as intervenções no Chade entre 1979 e 1982 (CHAZAM et al., 1992; ADEBAJO, 2008; GAMBARI, 2008). Não obstante, a manutenção de uma postura assertiva internacionalmente seria prejudicada pela queda nos preços internacionais do petróleo em 1981. Entre 1981 e 1983, o PIB nigeriano caiu 8,5% em termos reais, marcando o início a uma recessão que adentraria a década de 1990 e levando à escalada da inflação. A solução adotada pelo governo nesse contexto foi a busca de ajuda externa, contraindo empréstimos com a Arábia Saudita e com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Essas medidas não tiveram, contudo, os efeitos esperados sobre a economia; de fato, a situação nigeriana tornou-se ainda mais complicada com a diminuição de suas reservas internacionais e o aumento da dívida externa (FALOLA; HEATON, 2008).

⁵ A nova Constituição determinou que a Nigéria seria dali em diante uma República presidencialista. Ademais, com o objetivo de promover a unidade nacional, ela instituiu o Caráter Federal, uma disposição que determinava que partidos e governos estavam obrigados a impedir a predominância de quaisquer grupos étnicos e regionais em suas estruturas, em uma tentativa de conter rivalidades regionais. A partir disso, ficou estabelecido que os partidos políticos precisariam atuar em dois terços do território nacional e ter sua sede na capital federal (RUSTAD, 2008; FALOLA; HEATON, 2008)

As crescentes dificuldades econômicas impactaram a atuação externa do país. Diante da falta de recursos, ficou mais difícil para o governo fornecer assistência econômica aos países africanos. As deficiências do exército nigeriano também ficaram evidentes quando da falência das intervenções no Chade; mais do que isso, o Governo Shagari adotou atitudes controversas em relação aos membros da ECOWAS ao expulsar cidadãos do bloco de seu país sob a acusação de que estes é que estavam ocupando as vagas destinadas aos nigerianos (ADEBAJO, 2008; FALOLA, HEATON, 2008). A piora das condições econômicas não impediu a reeleição de Shagari em 1983, em um pleito marcado por fraudes eleitorais extensas. Entretanto, o governo seria derrubado pelos militares em 31 de dezembro do mesmo ano. Sobre as motivações que levaram ao novo golpe militar e que afetaram a capacidade de atuação externa da Nigéria, é possível citar a exacerbada corrupção das elites políticas e a fraqueza de seu desempenho político, além da diminuição das bases materiais de sustentação do Estado (WRIGHT; OKOLO, 1999).

Buscando garantir a entrada de investimentos externos no país, e a prosperidade das trocas comerciais, o Governo do Major-General Muhmad Buhari (1984-1985) adotou medidas de austeridade econômica, de forma semelhante ao que vinha sido feito no governo anterior. Entre as principais medidas estava o corte de gastos públicos e a luta contra a corrupção. Além disso, outras medidas terapêuticas foram adotadas, como o mecanismo de *countertrade*⁶, em que o país trocava o petróleo por outros produtos importados. Tais medidas, contudo, não surtiram os efeitos esperados sobre a estabilidade econômica. A situação da Nigéria ficou ainda mais complicada diante da dificuldade de renegociação dos pagamentos da dívida externa com o FMI, cujo serviço consumia cerca de 39% das receitas federais, fato que se explica pela recusa nigeriana em adotar um programa de ajuste estrutural capitaneado pela instituição (NWACHUKU; UZOIGWE, 2004; FALOLA; HEATON, 2008).

Externamente, a Nigéria buscou o apoio dos países africanos em suas reivindicações por melhores condições de negociação com instituições econômicas internacionais através da II Conferência Econômica da OUA (1985). Foi também no período Buhari que a noção de círculos concêntricos da política externa nigeriana foi gestada, com o objetivo de torná-la mais eficiente em um contexto marcado por recursos escassos. Os quatro círculos concêntricos reafirmaram a posição da África como foco central da política externa nigeriana, partindo de sua vizinhança imediata (primeiro círculo), passando pelo cenário regional e pela

⁶O sistema de *countertrade* permitia “[...] o pagamento parcial ou total de mercadorias por meio de mercadorias (SANTANA, 2003a, p. 121), sendo importante instrumento para países que não possuem divisas, mas que possuem excedentes de produção exportáveis e demandados em outra localidade (FONSECA, 1984 *apud* SANTANA, 2003a).

ECOWAS (segundo círculo) e terminando no continente africano (terceiro círculo). O quarto e último círculos diz respeito às relações da Nigéria com atores externos à África, sejam eles Estados ou organizações internacionais (GAMBARI, 2008). Não obstante, os resultados concretos dessa nova postura foram limitados. Se por um lado, o país retomou sua luta pelo fim do *Apartheid*, por outro, a Nigéria manteve um posicionamento hostil em relação aos membros da ECOWAS ao continuar as expulsões de imigrantes da região.

A chegada do General Ibrahim Babangida (1985-1993) ao poder, em novo golpe de Estado – motivado pelo fracasso das negociações com o FMI e pela não concretização da transição democrática –, reaproximou a Nigéria da ECOWAS através de sua presidência do organismo de 1985 a 1988 e de suas contribuições para a construção da nova sede de seu secretariado (ADEBAJO, 2008). Em termos de medidas econômicas, o Governo Babangida procedeu à adoção do Programa de Ajuste Estrutural de 1986, sob os auspícios do Banco Mundial, já que a oposição interna ao FMI era muito grande. Como resultado da adoção do PAE, a dívida externa nigeriana foi reescalada e o país recebeu mais de US\$ 4 bilhões do Banco Mundial para garantir a continuidade do programa. Ainda assim, as medidas impostas tiveram impactos negativos sobre os nigerianos diante da queda do emprego e dos salários, além do fim dos subsídios governamentais e do aumento da inflação diante da desvalorização da Naira. O governo também tentou privatizar mais de uma centena de empresas, contudo sem sucesso diante da falta de interesse dos investidores (FALOLA; HEATON, 2008)⁷.

De fato, a Nigéria não foi o único país africano a enfrentar dificuldades econômicas nos anos 1980, sendo esta uma situação experimentada pelo continente em geral. Na origem dessa crise econômica generalizada estavam os ajustes derivados do aumento da taxa de juros internacional pelo Governo Reagan, cujo impacto foi o crescimento da dívida externa dos países africanos, a redução dos preços das *commodities* exportadas pelo continente e o maior protecionismo dos países desenvolvidos. Tais fatores contribuíram para exacerbar os desequilíbrios inerentes aos países africanos, os quais resultavam da corrupção das elites, do crescimento demográfico acelerado e da baixa eficiência dos setores produtivos (VISENTINI, 2012). As soluções propostas tinham no neoliberalismo sua maior inspiração, impondo aos países africanos a adoção de programa de ajuste estrutural, cujos impactos positivos foram, no mínimo, duvidosos. Para Paulo Visentini (2012), foram estas as características que marcaram a década perdida africana. Entre 1982 e 1992, o crescimento médio do PIB africano foi de

⁷Diante das dificuldades econômicas, parte da população nigeriana recorreu a movimentos religiosos, contribuindo para o processo de politização dos mesmos. Foi justamente nesse período que as tensões entre muçulmanos e cristãos começaram a aumentar diante das reivindicações políticas que ambos os grupos apresentaram ao governo (FALOLA; HEATON, 2008).

apenas 2%, sendo registrados valores negativos para o PIB per capita e o crescimento expressivo da dívida externa. Esses resultados serviram para alienar ainda mais potenciais investidores externos no continente (CALLAGHY, 2009).

O quadro de marginalização da África no sistema internacional foi consolidado pela perda de importância político-estratégica do continente com o fim da Guerra Fria, com as atenções das Grandes Potências direcionadas para conflitos no Oriente Médio e na região dos Balcãs (FAWOLE, 2008; CALLAGHY, 2009; VISENTINI, 2012). Na esteira das epidemias, conflitos e aumento da pobreza que daí resultaram, configurou-se o afropessimismo (SARAIVA, 1996). Para a Nigéria, contudo, foi exatamente a pouca atenção relegada aos conflitos africanos que inspirou uma atuação mais efetiva do país tanto na ECOWAS, quanto na Organização da Unidade Africana. Dessa forma, já no começo dos anos 1990, o país enviou missões de imposição e manutenção da paz para Libéria e Serra Leoa, sob os auspícios do Grupo de Monitoramento da ECOWAS (ECOMOG), conflitos que só seriam solucionados em 2003 e 1999, respectivamente (FAWOLE, 2008; OLIVEIRA, 2012). Segundo AladeFawole (2008), diante da falta de interesse externo na África, as intervenções nigerianas sob a administração Babangida tornaram-se necessárias para evitar ameaças à segurança regional e efeitos como a proliferação de refugiados e de armas que tais guerras engendram. Já na Cúpula da OUA (1991), realizada em Abuja⁸, foi aprovado o tratado de formação da Comunidade Econômica Africana (OLIVEIRA, 2012).

Em 1993, um outro golpe de Estado colocaria o General Sani Abacha (1993-1998) no poder, após um processo de transição civil que se mostrou demorado e controverso. As eleições programadas para 1990 foram somente realizadas quase três anos depois, em junho de 1993. Não obstante, o pleito foi anulado pelo Governo Babangida sob alegação de fraude. Diante da onda de protestos que se seguiu, Babangida se viu forçado a renunciar em prol de Ernest Shonekan, líder do Conselho Interino de Governo. A contínua instabilidade, por sua vez, resultou em outro golpe militar, pondo fim à nascente Terceira República e dando início a um regime que legaria à Nigéria o *status* de pária no sistema internacional, além de dar continuidade ao declínio econômico do país (PHAM, 2007; FALOLA; HEATON, 2008; VISENTINI et al., 2012).

A repressão política no regime foi intensa e a transição para um regime civil parecia cada vez mais distante; economicamente também, o governo não esboçava bons resultados, com a revogação temporária do PAE e a fuga de investidores internacionais impactando

⁸Em 1991, Abuja passou a ser a nova capital da Nigéria, finalizando um processo de transferência iniciado ainda no período Mohammed.

negativamente a economia nigeriana. Todos esses fatores certamente contribuíram para que a imagem externa da Nigéria se tornasse ainda mais negativa, mas foi o episódio dos Nove Ogoni que expôs o país a crescentes sanções internacionais. Em 1995, o Governo Abacha executou oito ativistas Ogoni, os quais lutavam havia alguns anos por uma melhor alocação das receitas financeiras advindas da exploração de petróleo no Delta do Níger. Os ativistas executados faziam parte do Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni (MOSOP), liderado por Ken Saro-Wiwa. Após uma série de protestos, que inclusive desestabilizaram a exploração de petróleo na região, o governo decretou a prisão de nove lideranças do movimento pelo assassinato de quatro chefes locais conservadores. Ao final do julgamento, que foi altamente tendencioso, oito deles foram condenados à morte (FALOLA; HEATON, 2008). Consequentemente, a Nigéria foi suspensa da *Commonwealth*.⁹

Na tentativa de consolidar sua liderança, Abacha iniciou um processo democrático que tinha como objetivo central sua manutenção no poder. Entre as medidas adotadas para tanto, estavam a criação de novos Estados, elevando-se o número para 36¹⁰, e o estabelecimento de partidos políticos, cujo propósito estava em apoiar a candidatura única do general à presidência. Não obstante, a morte de Abacha em 1998 resultou no abandono do projeto. Com a ascensão do também General Abdusalami Abubakar o país encaminhou uma nova transição democrática em eleições que marcaram o retorno de Olusegun Obasanjo ao poder (1999-2007).

Analisando o posicionamento internacional da Nigéria ao final dos anos 1990, Stephen Wright e Julius Okolo (1999) argumentam que

A Nigéria pode estar mais pobre do que antes e, portanto, incapaz de exercer o papel “subimperial” antecipado no fim dos anos 1970. Não obstante, ela continua muito mais forte economicamente e militarmente do que a maioria dos Estados na África, especialmente na subregião da África Ocidental (WRIGHT; OKOLO, 1999, p. 127, tradução nossa)¹¹.

Apesar das fraquezas, foram as capacidades descritas acima que, em conjunto com a eleição de Olusegun Obasanjo, colocaram a Nigéria no centro do processo de Renascimento Africano que se esboçava na passagem dos anos 1990 para o começo do século XXI e que

⁹ Um ponto interessante a notar foi o fato de as sanções da parte dos EUA e outros países Ocidentais não prejudicarem os negócios desses países no setor petrolífero. Nesse sentido, Adekeye Adebajo (2008) aponta que tais nações se abstiveram desse tipo de medidas mesmo diante da execução sumária das lideranças Ogoni.

¹⁰ Em 1987, Babangida havia elevado o número de Estados na Nigéria para 21. Quatro anos mais tarde, ele seria o responsável pela elevação deste número para 30.

¹¹ Do original: *Nigeria may be poorer than it used to be and therefore unable to play the “subimperial” role anticipated in the late 1970s. But it remains much stronger economically and militarily than most states in Africa, especially in the West African subregion (WRIGHT; OKOLO, 1999, p. 127).*

garantiram a retomada de reivindicações mais contundentes por parte do país no sistema internacional.

2.3 A Nigéria no começo do século XXI (1999-2012)

O período de governos civis que teve início com a eleição de Olusegun Obasanjo possibilitou a melhora da imagem externa da Nigéria no sistema internacional. Ainda como presidente eleito, Obasanjo visitou diversos países com o intuito de sinalizar as mudanças que seriam perseguidas por seu governo; entre os países visitados, estava o Brasil (PIMENTEL, 2000). As viagens do presidente foram uma constante durante seus dois mandatos e tinham como objetivo central o desenvolvimento de uma diplomacia econômica com foco na atração de investimentos, na redução da dívida externa e no aumento das exportações (AJETUNMOBI; OSUNKOYA; OMOTERE, 2011; OLIVEIRA, 2012).

Para dar sustentação a esse projeto, foram adotadas iniciativas econômicas como a Estratégia Nacional de Desenvolvimento e Empoderamento Econômico (*National Economic Empowerment Devevelopment Strategy – NEEDS*), um programa de desenvolvimento que buscava a criação de empregos, a diversificação econômica, o aumento da produtividade da indústria e da agricultura, além de uma série de reformas para incentivar a estabilidade econômica e as privatizações, tudo com o objetivo central de aumentar as exportações e os investimentos externos no país (LIBRARY OF CONGRESS, 2008; AJETUNMOBI; OSUNKOYA; OMOTERE, 2011). Obasanjo também estabeleceu mecanismos de combate à corrupção, simbolizados na Comissão de Crimes Econômicos e Financeiros, a qual havia conseguido recuperar mais de US\$5 bilhões ainda antes do fim de seu governo (ADEBAJO, 2008).

Tais medidas contribuíram para a retomada do crescimento econômico e o aumento dos fluxos de investimentos externos na Nigéria. Ainda que a maior parte das receitas nacionais seja proveniente do petróleo, os setores não-petrolíferos esboçaram crescimento considerável a partir de 2004 (FALOLA;HEATON, 2008). No que diz respeito ao aumento dos investimentos, eles vieram não apenas de parceiros tradicionais, como os EUA, mas também de países emergentes, entre os quais o Brasil e a China, mostrando crescimento expressivo a partir de 2004 (AJETUNMOBI; OSUNKOYA; OMOTERE, 2011). Em 2005, a Nigéria também conseguiu negociar o perdão da maior parte de sua dívida externa, que havia atingido os US\$35 bilhões. Através de um acordo com o Clube de Paris, o país comprometeu-

se a pagar US\$12,4 bilhões em troca do abatimento do restante devido ao organismo, reduzindo para US\$ 5 bilhões o total de sua dívida externa (FALOLA; HEATON, 2008).

Na África Ocidental, a Nigéria se fez presente na guerra civil na Costa do Marfim, tida como mais uma ameaça à sua segurança nacional e à estabilidade da região. As forças da ECOWAS atuaram no país entre 2002 e 2004, passando o mandato da operação para as Nações Unidas em 2004 (FAWOLE, 2008; OLIVEIRA, 2012). A Nigéria também foi a responsável por negociar a saída de Charles Taylor do poder na Libéria, concedendo asilo ao ex-presidente em 2003. Em relação ao Togo, a pressão nigeriana, inclusive por sanções econômicas, levou a ECOWAS a rejeitar as eleições fraudulentas realizadas no Togo. Em todos esses casos, a Nigéria utilizou a ECOWAS como um instrumento para a promoção da democracia na região (FALOLA; HEATON, 2008). Mais ainda, Adekeye Adebajo (2008) destaca que a presença do país parece ser indispensável para o sucesso das intervenções dada a falência de experiências que não contaram com tropas nigerianas, a exemplo da intervenção na Guiné-Bissau em 1999.

Outra iniciativa regional que tem se mostrado importante atualmente foi a criação da Comissão do Golfo da Guiné (CGG) em 1999. A ideia para a comissão veio de Omar Bongo, presidente do Gabão e de Olusegun Obasanjo, sendo fortemente respaldada por Angola, em uma tentativa de proteger os recursos econômicos existentes no Golfo da Guiné, assim como conter atividades ilícitas, como a pirataria e o tráfico de drogas. A Comissão foi instrumentalizada na cúpula de chefes-de-Estado dos países da região, realizada no Gabão, em 2001, e conta com oito países (PHAM, 2007; ALMEIDA; BERNARDINO, 2013)¹².

Em nível continental, duas iniciativas importantes contaram com a liderança nigeriana. Juntamente com a África do Sul, a Nigéria tornou-se instrumental para a criação da União Africana (UA), que veio substituir a OUA, e da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD). A pouca eficácia da OUA em conter conflitos e a dificuldade em garantir seu financiamento (dado que uma parcela considerável de seus membros tinha pagamentos em atraso) foram fatores que motivaram reivindicações tanto de Obasanjo quanto de Thabo Mbeki, presidente sul-africano à época, por uma organização que incentivasse a adoção de lideranças democráticas na África e que pudesse atuar de forma mais contundente na resolução de conflitos e na promoção do desenvolvimento econômico. Para a Nigéria, essa seria também uma forma de diminuir suas obrigações com a manutenção da paz no continente africano (TIEKU, 2004; LANDSBERG, 2008). O processo de persuasão dos dois países na

¹² São membros da CGG: República Democrática do Congo, Angola, Nigéria, Gabão, São Tomé e Príncipe, Camarões, Guiné Equatorial e República do Congo.

OUA rendeu resultados concretos, culminando na inauguração da União Africana em 9 de julho de 2002. Em resposta às demandas de Nigéria e África do Sul, a organização passou a dispor de poderes efetivos de intervenção em Estados-membros para impedir violações de direitos humanos e garantir a estabilidade continental, além de estabelecer a democracia como um princípio central a ser seguido por seus membros (TIEKU, 2004)¹³.

Já a NEPAD, cujo objetivo central é a promoção do desenvolvimento sustentável na África, surgiu de uma união de propósitos entre Nigéria, África do Sul, Argélia e Senegal. Ainda em 1996, a África do Sul lançou o *African Renaissance*, convertido em *Millenium Partnership for the African Recovery Program* (MAP) ao contar com a adesão da Nigéria e Argélia. Em 2001, foi criada a *New African Initiative*, que uniu o MAP e o *Omega Plan*, iniciativa para o desenvolvimento do então presidente senegalês, Abdoulaye Wade; posteriormente, a iniciativa recebeu a denominação NEPAD. A parceria foi um projeto importante para o continente, pois buscou delegar à África as prerrogativas de seu próprio desenvolvimento, ao mesmo tempo em que incentivava o crescimento dos investimentos externos (LANDSBERG, 2008; VISENTINI, 2012).

Durante o Governo Obasanjo, a Nigéria também buscou participar de forma ativa em uma possível reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, despontando como um dos candidatos a novas vagas para membros permanentes no organismo. A posição nigeriana foi firmada durante reunião da União Africana em Sirte, na Líbia, em 2005, tendo por base o Consenso de Ezulwini. Pelos termos do consenso, a África passou a reivindicar dois assentos permanentes e mais dois não-permanentes para países africanos no Conselho de Segurança. A unificação da posição africana, contudo, não diminuiu a competição entre os diversos atores no continente interessados em um assento permanente, principalmente Nigéria, África do Sul e Egito (AU, 2005; ADENIJI, 2005; ETH, 2010). Foi no período Obasanjo que a Nigéria também passou a fazer parte do G-20 na OMC, um grupo de países em desenvolvimento que luta pela diminuição do protecionismo dos países desenvolvidos na Rodada Doha da organização.

¹³ As ideias nigerianas foram consolidadas no Memorando de Entendimento para uma Conferência sobre Segurança, Estabilidade, Desenvolvimento e Cooperação na África (CSSDCA), um plano desenvolvido por Obasanjo ainda no começo dos anos 1990 e que ganhou *momentum* com sua vitória nas eleições nigerianas. As diretrizes do plano influenciaram o estabelecimento das regras da UA e a criação de diversos órgãos desde então. As ideias de Obasanjo e Mbeki foram apresentadas para os demais países africanos durante a Cúpula de Argel da OUA (1999), mas foi na Cúpula Extraordinária de Sirte, no mesmo ano, que o processo de persuasão dos dois países rendeu resultados concretos, com a aprovação da Declaração de Sirte, a qual proclamou o desejo dos países africanos de criação da União Africana. Na ocasião, ficou estabelecido, portanto, que a OUA seria substituída por uma nova organização cujo texto constitutivo deveria ser apresentado durante a 36ª Sessão Ordinária da Assembleia da OUA em Lomé, Togo, no ano 2000. A assinatura do texto e sua posterior ratificação permitiram que a União Africana fosse inaugurada em 2002 (TIEKU, 2004).

Foram esses os desenvolvimentos que permitem colocar a Nigéria como um dos focos do renascimento vivido pelo continente africano no começo do século XXI. De fato, na passagem dos anos 1990 para os anos 2000, a reafirmação africana no sistema internacional passou a ser uma realidade. Foi nesse momento que se condensaram melhorias políticas – como democratização e solução de conflitos armados –, crescimento econômico estável e iniciativas internas de projeção política da África, alicerçadas na formação de uma diplomacia africana de resolução de conflitos, no aumento do preço das *commodities* produzidas no continente e na retomada de seu papel estratégico no sistema internacional, consubstanciada principalmente pelos investimentos chineses na África (CALLAGHY, 2009; VISENTINI, 2012; SARAIVA, 2012). A Nigéria esteve à frente desses movimentos, seja por iniciativa própria, seja pelo interesses de atores externos na disponibilidade de hidrocarbonetos e pelo reconhecimento dos mesmos acerca de sua importância para a condução de assuntos de abrangência continental e mesmo global (LANDSBERG, 2008; PENHA, 2011)¹⁴

Após uma tentativa mal sucedida de concorrer a um terceiro mandato, Olusegun Obasanjo entregou o cargo ao presidente eleito Umaru Yar'Adua em 2007, marcando a primeira transição entre políticos eleitos na Nigéria. Yar'Adua (2007-2010) estabeleceu como meta central de seu governo a elaboração de uma política para a transformação da Nigéria em uma das 20 maiores economias do mundo até 2020, a qual ficou conhecida como *Vision 2020* (LIBRARY OF CONGRESS, 2008). Em termos de política externa, o novo governo adotou o conceito de Diplomacia Cidadã, simbolizando que o foco da atuação nigeriana seria o bem estar de seus cidadãos, sejam eles habitantes na Nigéria ou membros da diáspora (DICKSON, 2010).

O afastamento de Umaru Yar'Adua do poder e seu posterior falecimento resultaram na ascensão de seu vice, Goodluck Jonathan à presidência ainda em 2010. Em 2011, Jonathan consolidou sua posição ao vencer as eleições presidenciais com cerca de 60% dos votos. No ano de 2010, a Nigéria foi eleita para presidir a ECOWAS, além de conquistar um mandato de três anos no Conselho de Paz e Segurança da UA (OLIVEIRA, 2012). Inspirado na política *Vision 2020*, o Governo Jonathan adotou a Agenda de Transformação (*Transformation Agenda*), a qual informa os objetivos econômicos a serem perseguidos por sua administração (TRANSFORMATION, [2013]). Segundo Olugbenga Ashiru (2012), ministro de assuntos

¹⁴O interesse de atores externos na Nigéria têm sido crescente nos últimos anos. Um exemplo é a presença estadunidense através da criação do Comando da África (AFRICOM) e da realização de atividades conjuntas com a Nigéria – e na região da África Ocidental como um todo – para a contenção da pirataria, tráfico de drogas e de grupos considerados terroristas, iniciativas que ganham sentido diante da dependência dos EUA do petróleo proveniente do Atlântico Sul (PENHA, 2011).

externos nigeriano, a Agenda governamental também serve de base para a política externa do país, a qual tem na atração de investimentos externos seu ponto principal. Nos últimos anos, a Nigéria renovou suas demandas pela reforma do Conselho de Segurança da ONU e manteve sua participação em missões de paz capitaneadas pela organização, além de buscar alianças estratégicas com parceiros tradicionais e incentivar a Cooperação Sul-Sul através de vínculos com os países em desenvolvimento, entre os quais Brasil, China, Índia, África do Sul e Rússia (ASHIRU, 2012).

Nos últimos dez anos, a Nigéria tem logrado a manutenção de altas taxas de crescimento (acima dos 5%), além de manter sua posição como um dos maiores receptores de investimentos externos na África (WB, 2013; USA, 2010; UNCTAD, 2012). No que diz respeito ao setor dos hidrocarbonetos, existe a possibilidade de expansão dos negócios, motivada pelo crescimento de reservas confirmadas. Entre 2001 e 2011, as reservas de petróleo descobertas no país aumentaram de 31,5 bilhões de barris para 37,2 bilhões e o país tem mantido sua liderança na produção desse hidrocarboneto durante o período. Suas reservas de gás natural também cresceram durante o período, sendo também acompanhadas pelo crescimento da produção (BP, 2012). Apesar dessas perspectivas positivas, a Nigéria ainda enfrenta alguns problemas graves, que podem, inclusive, comprometer o aproveitamento dos recursos econômicos se não forem equacionados. Ainda no período Obasanjo, uma nova onda de reivindicações teve início no Delta do Rio Níger no final de 2005, culminando com a destruição de partes da infraestrutura petrolífera e no sequestro de trabalhadores de multinacionais ali instaladas. O Movimento pela Emancipação do Delta do Níger (*Movement for the Emancipation of the Niger Delta – MEND*) é apontado como um dos maiores expoentes dessa onda de violência, que teria levado a uma redução de cerca de 20% nas exportações de petróleo da Nigéria em 2006. O governo também vive às voltas com o *Boko Haram*¹⁵, um grupo extremista que realiza ataques violentos no país; conflitos entre cristãos e muçulmanos também são recorrentes na luta por maior representação de cada grupo no cenário nacional (FALOLA; HEATON, 2008; PROFILE, 2013).

¹⁵O *Boko Haram* é um grupo armado composto por várias facções e que tem sido responsável por uma série de ataques no Norte da Nigéria. Ele foi fundado em 2002, tendo como objetivo a formação de um Estado islâmico na Nigéria. Não obstante, as motivações do grupo parecem ter variado nos últimos anos, com a diversificação de suas demandas. Mais ainda, alguns especialistas alegam que a base da constituição do *Boko Haram* seria a pobreza enfrentada por grande parte da população nigeriana (PROFILE, 2013).

* * *

Desde sua independência, a Nigéria logrou a execução de uma política externa assertiva, respaldada por sucessos em diversas ações empreendidas (OLIVEIRA, 2012). Decerto, a atuação externa do país vacilou em alguns momentos, principalmente no contexto das dificuldades econômicas e políticas que marcaram as décadas de 1980 e 1990. No Oeste africano, a Nigéria buscou consolidar sua liderança e, ainda que a ECOWAS não tenha atingido a amplitude dos objetivos econômicos propostos, o organismo serviu como plataforma para uma ação mais incisiva da Nigéria na região. Também no continente africano, o país buscou consolidar sua liderança desde cedo, sendo um dos atores fundamentais para a reestruturação das instituições africanas e também no renascimento experimentado pelo continente a partir do começo dos anos 2000. De fato, a liderança nigeriana é, inclusive, apontada como um fator essencial para o sucesso de iniciativas que envolvam o continente, ainda que essa liderança tenha que ser compartilhada com outros atores, particularmente a África do Sul. O reconhecimento da importância internacional da Nigéria vem também de autoridades de outros países que apontam e são transpostas através das parcerias firmadas com os sucessivos governos nigerianos (PHAM, 2007; LANDSBERG, 2008; PENHA, 2011).

3 AS RELAÇÕES BRASIL-NIGÉRIA ENTRE 1961 E 2002

O presente capítulo analisa as relações Brasil-Nigéria entre 1961 e 2002 e foi dividido em duas partes. Na primeira delas, é feita a análise das relações Brasil-Nigéria entre 1961 e 1989, período em que a Nigéria gradualmente se constitui no mais importante parceiro brasileiro na África, ao mesmo tempo em que as relações entre o Brasil e o continente prosperam. Já na segunda parte, que abarca o período 1990-2002, o relacionamento entre o Brasil e a Nigéria é analisado no contexto de revisão das prioridades externas brasileiras e de perda da importância estratégica da África para o país.

3.1 A aproximação Brasil-África e a construção do relacionamento Brasil-Nigéria (1961-1989)

3.1.1 A África entre a *multilateralização* e a *mundialização* da política externa brasileira

A chegada dos anos 1960 representou um marco nas relações entre o Brasil e o continente africano. Foi nesse momento que começou a emergir a política africana do Brasil, uma política que promoveu uma aproximação cada vez mais intensa entre o país e a África. Essa aproximação deve ser entendida dentro do contexto de *multilateralização* e *mundialização* da política externa brasileira que marcou as relações internacionais do país desde o período da Política Externa Independente (PEI), dos Governos de Jânio Quadros e João Goulart, até o fim do Governo Sarney (VISENTINI, 2004).

Por multilateralização das relações exteriores entende-se a busca de novos espaços, regionais e institucionais, para além dos relacionamentos tradicionais (que não são interrompidos), de atuação política e econômica da diplomacia brasileira. Este processo de mundialização permite, na perspectiva da diplomacia brasileira, contornar uma dependência exclusiva face aos Estados Unidos, exercida no plano hemisférico. O principal fator propulsor deste processo consiste na confluência interativa de dois movimentos históricos: a crescente subordinação da diplomacia brasileira às necessidades do desenvolvimento econômico nacional, e a progressiva crise de hegemonia no sistema internacional a partir de meados dos anos 60 (VISENTINI, 2004, p. 10).

Esses dois movimentos históricos são de fundamental importância para o entendimento da presença internacional do Brasil no período em questão. Desde o começo dos anos 1960, o confronto bipolar dava sinais de arrefecimento, caracterizando o período que ficou conhecido como *détente*; mais ainda, a própria liderança dos Estados Unidos (EUA) no

bloco Ocidental passava a ser questionada pela emergência econômica da Europa Ocidental e do Japão, o que engendrava uma competição econômica no centro da estrutura capitalista. Ademais, o Terceiro Mundo emergia como uma entidade importante e que reivindicava o estabelecimento de uma ordem internacional mais favorável as suas necessidades de desenvolvimento. Dentro desse cenário de patentes desequilíbrios, o Brasil buscou atuar nas brechas de poder existentes e com isso melhorar seu posicionamento na ordem internacional vigente. Não se tratava de questionar o sistema internacional e sim de buscar uma mudança da posição do Brasil na hierarquia desse sistema, assegurando-lhe uma maior liberdade de movimento e seu reconhecimento como uma Potência Média (SARAIVA, 1996; VISENTINI, 2004).

A construção desse reposicionamento brasileiro buscava forças internas no nacional-desenvolvimentismo vigente à época. Esse modelo era pautado na industrialização substitutiva de importações e na busca constante do crescimento econômico, cabendo ao Estado o papel de principal agente do processo de expansão econômica e de distribuição dos ganhos em uma sociedade cada vez mais complexa em seus interesses (CERVO, 2008; LIMA; HIRST, 2006; CERVO; BUENO, 2011). Nesse cenário, à política externa caberia função importante e complementar ao desenvolvimento econômico, pois ela deveria buscar no exterior “capital complementar à poupança nacional, ciência e tecnologia e mercados externos, com que transitar da substituição de importações à substituição de exportações” (CERVO, 2008, p. 75). Esses elementos caracterizaram o período de vigência do paradigma desenvolvimentista¹⁶, em que a valorização dos espaços de inserção no Terceiro Mundo e a contestação dos regimes internacionais em voga foram as estratégias primordiais para a realização dos objetivos da política externa (SENNES, 2003; VIGEVANI; CEPALUNI, 2009).

Essa foi a base para o surgimento e a implementação de uma política brasileira para a África. Para Gladys Lechini (2006), a transposição da multilateralização e mundialização da política externa brasileira para sua vertente africana encontra explicação na oportunidade que alianças com países do Sul representam para o aumento da capacidade de influência internacional do Brasil. Já José Saraiva (1996) cita especificamente a renegociação da dependência brasileira vis-a-vis os EUA. Para o autor,

¹⁶ Para Amado Cervo (2008, p. 73), o paradigma desenvolvimentista encontrava sentido na ideia de “[...] superação da assimetria capitalista pela promoção do desenvolvimento e pressupõe a autonomia decisória, sem a qual nada se alcança nessa via”. Vigente desde os anos 1930, é a partir da década de 1960 que seus efeitos sobre o desenvolvimento nacional seriam mais fortemente sentidos com a continuidade do processo de substituição de importações e a adição de uma estratégia de substituição de exportações (CERVO, 2008).

[...] a inclusão da África fez parte do pacote da “renegociação da dependência” do Brasil perante a economia mundial, especialmente perante os Estados Unidos. O Brasil estava determinado a não depender de um só ou de uma única fonte de financiamento e mercado. Era esse o centro do projeto de modernização industrial conservadora e concentradora que se levava a cabo desde a Era Vargas e que chegava, agora, ao seu ápice, sem as pressões da sociedade civil, que foi silenciada pela intransigência do governo (SARAIVA, 1996, p. 141).

Essa nova postura teve impactos sobre as relações bilaterais e multilaterais do Brasil com a África. A Política Externa Independente foi o ponto de inflexão da política africana do Brasil. Através de seus cinco princípios básicos¹⁷, a PEI atuou na África através da defesa do fim do colonialismo e da promoção do desenvolvimento econômico, atualizando a política externa do país em relação aos acontecimentos históricos que marcaram o começo dos anos 1960 (QUADROS, 1961; SARAIVA, 1996; QUADROS, 2010). Na prática, foram realizadas mudanças administrativas no Itamaraty, abertas embaixadas (uma delas na Nigéria) e consulados e esboçadas tentativas de incremento comercial, uma delas com a viagem do navio-escola Custódio de Mello pela costa oeste africana. A essas iniciativas de valorização da África foram, contudo, contrapostas críticas e contradições (como o contínuo vínculo com as colônias portuguesas e a África do Sul sob *Apartheid*), as quais acompanharam a crescente polarização política que marcou os Governos de Quadros e Goulart e interromperam o processo de mundialização e multilateralização da política externa brasileira (VISENTINI, 2004).

Os anos do Governo Castello Branco (1964-1967), com seu realinhamento em relação aos EUA e o enquadramento das relações com os países do Sul dentro da ideologia da Guerra Fria, implicaram o estreitamento dos laços com a África do Sul e Portugal colonial e em uma menor ênfase no restante do continente africano (VISENTINI, 1999; VISENTINI, 2004). No entanto, isso não significou um retraimento total do Brasil na África. Sob os auspícios do Itamaraty, compromissos diplomáticos foram mantidos e, inclusive, missões comerciais para o continente africano foram organizadas. A primeira delas foi muito importante para promover maior aproximação entre o Brasil e a Nigéria nas décadas seguintes. Apesar disso, foi apenas no Governo Costa e Silva (1967-1969), com o retorno da multilateralização e

¹⁷ Os primeiros dois princípios enunciavam a necessidade de expansão dos mercados de exportação de produtos primários e secundários para todos os países, assim como a defesa da formulação independente de planos de desenvolvimento e de ajuda internacional; o terceiro e o quarto princípios, por sua vez, versavam sobre a coexistência pacífica e o desarmamento e sobre o direito a autodeterminação dos povos e a não-intervenção; por fim, o último princípio constituiu a defesa da descolonização dos territórios não-autônomos (VISENTINI, 1999). O quarto e o quinto princípios serão de fundamental importância para uma aproximação com o continente africano, em franco processo de descolonização.

mundialização da política externa, que o Brasil retomou seu projeto de expansão no continente africano.

Entretanto, apesar da retórica internacional combativa adotada pela *Diplomacia da Prosperidade*, as traduções práticas dessa postura foram limitadas. No caso africano, aos movimentos em prol de uma aproximação com a África negra, como a abertura de novas embaixadas (Costa do Marfim) e o estabelecimento de relações diplomáticas (Zâmbia, Tanzânia e Uganda), foram contrapostos à continuidade dos vínculos com a África do Sul e com Portugal colonialista (VISENTINI, 2004). O Governo Costa e Silva deve, portanto, ser entendido como um período de transição, cujo resultado mais expressivo foi moldar as expressões mais contundentes do relacionamento do Brasil com a África nos anos subsequentes (SARAIVA, 1996).

Foi durante os Governos de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) e de Ernesto Geisel (1974-1979) que a política africana do Brasil ganhou contornos mais precisos, consubstanciada nas crescentes tentativas brasileiras de atuar nas brechas da crise de hegemonia do sistema internacional e nos altos índices de crescimento econômico experimentados a partir do “milagre econômico”, os quais impunham a necessidade de aumentar as exportações para assegurar a perenidade desse mesmo crescimento (SARAIVA, 1996). Na tentativa de incrementar os vínculos bilaterais com os países africanos, em viagem histórica, o chanceler Gibson Barboza (1969-1974) percorreu nove países africanos em 1972 – entre eles a Nigéria –, com os quais assinou acordos comerciais, culturais e de cooperação técnica; o Brasil também buscou o apoio dos países africanos para suas causas em fóruns multilaterais, como na questão da expansão do mar territorial para 200 milhas (VISENTINI, 2004; , 2012).

Entretanto, foi com Geisel que a política africana do Brasil se tornou mais visível e articulada, em um momento em que não apenas as necessidades de mercados impulsionaram as relações, mas também como consequência do aumento do preço internacional do petróleo e da necessidade de diversificar os fornecedores da matéria-prima (FORREST, 1982; VISENTINI, 2004). Em termos práticos, esses condicionantes implicaram o fortalecimento dos vínculos econômicos – configurando uma relação na qual produtos manufaturados, conhecimento técnico e serviços brasileiros eram trocados por produtos primários, notadamente o petróleo¹⁸ – e o fim das contradições da política africana do Brasil com o reconhecimento das independências das colônias portuguesas (SARAIVA, 1996; SANTANA,

¹⁸ A Braspetro, subsidiária da Petrobras criada em 1972, era a responsável por promover a importação de petróleo e as atividades de exploração da companhia no exterior.

2003b; VISENTINI, 2004)¹⁹. Assim, se nos anos 1960, as exportações brasileiras para a África não chegaram a atingir os US\$ 40 milhões de dólares, elas encerraram o Governo Médici em US\$ 190 milhões e atingiram os US\$ 664 milhões em 1978; do lado das importações, de US\$ 57 milhões em 1969, elas passam a cerca de US\$ 485 milhões em 1978 (ainda que o pico tenha sido registrado em 1974, com US\$ 680 milhões) (LECHINI, 2006). A maior parte dos bens exportados era composta por manufaturados, cuja parcela aumentou de 15% em 1971 para 81% em 1978. Esse comércio estava, contudo, altamente concentrado em países produtores de petróleo²⁰, com destaque para Nigéria, Congo, Gabão, Argélia e Líbia como origem das importações brasileiras (SANTANA, 2003b). De fato, já em 1970, o petróleo bruto correspondia a 58% das importações brasileiras da África, percentual que se eleva para 66% após o choque do petróleo e atinge 81% em 1976 (HOFFMANN, 1982).

O ímpeto da política africana do Brasil foi mantido durante os Governos de João Batista Figueiredo (1979-1985) e de José Sarney (1985-1989). Figueiredo foi o primeiro presidente brasileiro a visitar a África; José Sarney fortaleceu os vínculos com os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), deu nova ênfase às críticas do Brasil ao regime do *Apartheid* na África do Sul e logrou o estabelecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZoPaCAS) nas Nações Unidas (ONU). Foi nesse período que o comércio entre o Brasil e a África atingiu seu pico, mas foi também nessa época que teve início o seu declínio. Assim, se, em 1985, as exportações brasileiras chegaram a cerca de US\$ 1,8 bilhão e as importações ultrapassaram os US\$1,7 bilhão²¹, já em 1986 esses valores declinaram para US\$ 790 milhões e US\$ 688 milhões, respectivamente (LECHINI, 2006). A dinâmica das relações entre o Brasil e a África nesse período foi ilustrativa da crise do paradigma desenvolvimentista e prenunciou as mudanças que ocorreriam no relacionamento do Brasil com o continente na década seguinte.

¹⁹ Segundo José Saraiva (1996), no começo dos anos 1970, o Brasil começou uma revisão de sua postura perante a África portuguesa ao entender as implicações econômicas de sua postura dúbia. Para Wayne Selcher (1976), a revisão da política do Brasil foi um imperativo derivado de novas opções políticas e econômicas que surgiam no Terceiro Mundo, aí inclusas as oportunidades do comércio com a Nigéria. Já José Saraiva (1996) aponta motivações mais específicas que teriam levado a uma defesa dos interesses africanos. Alegando como justificativa a posição brasileira nos problemas referentes à descolonização, em particular, dezessete países exportadores de petróleo da África negra decidiram pela introdução do Brasil na lista de nações que sofreriam embargo com o choque do petróleo; ademais, a diplomacia brasileira temia a formação de uma aliança de países africanos na ONU contrária aos seus interesses, como ocorreu com a questão de Itaipu. Finalmente, tem-se o próprio caráter independentista da política externa brasileira e a vontade de rechaçar uma visão do Brasil alinhado com os EUA perante as nações africanas.

²⁰ Sobre o grau de concentração do comércio Brasil-África, Ivo de Santana (2003b) argumenta que, até 1977, 94% das importações brasileiras eram provenientes de cinco países africanos, ao passo que 80% das exportações brasileiras tinham como destino oito países na África.

²¹ O pico das importações foi atingido em 1981, quando seu valor chegou perto dos US\$ 2 bilhões (LECHINI, 2006).

Os anos 1980 foram marcados mundialmente pelo fim da *détente* – e consequente reacquecimento da Guerra Fria – e por uma ofensiva dos países desenvolvidos em prol da recuperação de seu poder internacional. Esse dois movimentos foram capitaneados pelos EUA em seu esforço de retomar sua primazia no sistema internacional e impuseram dificuldades de atuação a países com posições intermediárias no cenário internacional, caso do Brasil (SENNES, 2003; VISENTINI, 2004; CERVO; BUENO, 2011). Para o Brasil, eles estiveram na base da crise do endividamento externo e das mudanças em sua política comercial, dificultando a manutenção dos subsídios que sustentavam as exportações nacionais e dando início à abertura comercial brasileira (SENNES, 2003; SANTANA, 2003a). Do lado africano, a “década perdida” também teve impactos sobre as potencialidades econômicas do continente e sobre sua estabilidade política; era o início do afropessimismo, concepção que influenciou as relações Brasil-África na década seguinte.

3.1.2 A construção das relações: a Nigéria como o interlocutor mais importante do Brasil na África

Desde o começo dos anos 1960, a Nigéria já despontava como um importante parceiro do Brasil na África. Na avaliação de Tom Forrest (1982, p. 4), essa intensificação dos vínculos entre o Brasil e a Nigéria foi resultado de prioridades estabelecidas pelos governos brasileiros à época, os quais apontaram a Nigéria como “[...] o mais importante alvo para uma ofensiva diplomática e comercial por causa de seu grande mercado, petróleo e influência na África”. Opinião semelhante foi emitida por José Saraiva (1996), o qual aponta que as oportunidades vislumbradas nas relações comerciais determinaram a priorização do relacionamento com a Nigéria entre os anos 1960 e a década de 1980.

A embaixada brasileira em Lagos esteve entre as primeiras embaixadas do Brasil em solo africano; o país também foi palco de missão diplomática e política chefiada por congressista brasileiro, além de ser um dos destinos contemplados pela visita do navio-escola Custódio de Mello. Vínculos culturais e educacionais também foram ensaiados com a chegada de estudantes nigerianos ao Brasil e a nomeação de *attachés* culturais para a embaixada em Lagos. Do lado nigeriano, as primeiras respostas positivas a essa tentativa de aproximação vieram ainda durante o período de vigência da Política Externa Independente, com a vinda de uma missão econômica em 1961 e a visita do ministro de Desenvolvimento Econômico em fevereiro de 1963 (SELCHER, 1970; SARAIVA, 1996). Além disso, Brasil e Nigéria participaram juntos do Comitê Preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre

Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD); além disso, ambos os países integraram a Aliança de Países Produtores de Cacau (Copal) (1962), juntamente com Togo, Camarões, Gana e Costa do Marfim (SELCHER, 1970).

A identificação da Nigéria como um potencial parceiro econômico para a expansão dos interesses brasileiros na África ocorreu durante o Governo Castelo Branco, no quadro dos esforços empreendidos pelo Itamaraty pela continuidade do envolvimento do Brasil no continente africano, iniciativa essa que resultou na missão comercial de 1965. Durante os trabalhos preparatórios encaminhados pelo grupo de trabalho para a missão, a Nigéria já fora identificada como um dos países a serem visitados, por se entender que existiam possibilidades de maior fluxo de comércio; esse entendimento foi confirmado pelos diplomatas que estiveram envolvidos na missão (SARAIVA, 1996). Conforme aponta Wayne Selcher (1970), a visão positiva do Itamaraty acerca da Nigéria não foi frustrada nem pelos acontecimentos da Guerra de Biafra. Apesar disso, foi nos anos 1970 que as relações começaram a prosperar tanto na esfera comercial, quanto nas relações políticas, com impacto sobre o relacionamento brasileiro com os demais países do continente africano. De fato, a década de 1970 coincidiu com os anos de ouro da política externa e do ativismo nigerianos (OLIVEIRA, 2012).

A Nigéria foi um dos nove países visitados pelo chanceler Gibson Barboza em 1972, dando origem a dois acordos entre os dois países - um comercial e outro cultural -, além de uma declaração conjunta²². Também durante o Governo Médici, outra missão comercial brasileira visitou a Nigéria e treze empresas nacionais estiveram presentes na Feira Internacional de Lagos; do lado nigeriano, o ministro dos Transportes e dos Trabalhos Públicos da Nigéria veio ao Brasil em 1973, assim como o ministro do Comércio daquele país, que veio discutir a participação brasileira em projetos de desenvolvimento na Nigéria. Nessa ocasião, foi firmado um Memorando de Entendimento sobre a Expansão da Cooperação Econômica, Comercial e Técnica; a Nigéria também estava incluída nas linhas de transporte criadas pelo Lloyd Brasileiro. Contudo, o Brasil só pôde tirar real proveito dessas oportunidades a partir de 1974, quando um contencioso no relacionamento com a Nigéria foi solucionado: a questão das colônias portuguesas.

Conforme visto no capítulo anterior, desde a conquista de sua independência, a Nigéria foi um dos países mais engajados nos assuntos africanos e se notabilizou pela luta, em

²² O Acordo Comercial de 1972, apesar de negociado durante a visita do chanceler Gibson Barboza à Nigéria, só foi assinado em 1974, quando foi resolvida a divergência entre os dois países acerca das relações de Brasil com Portugal colonial.

negociações internacionais e fóruns multilaterais, contra o colonialismo português. As pressões nigerianas se estenderam ao relacionamento bilateral com o Brasil, particularmente pela postura dúbia que este adotava ao tentar conciliar sua amizade com Portugal com uma política para o restante da África. As pressões sobre o Brasil para que alterasse seu posicionamento passaram a ser mais contundentes a partir da visita de Gibson Barbosa ao continente africano em 1972, privando a declaração conjunta emitida de menção à autodeterminação dos povos (SELCHER, 1976). Diante dessas pressões, que partiram de todos os países visitados durante a viagem, a impraticabilidade do comportamento brasileiro passou a ficar mais evidente, dando início ao processo que culminou com o apoio explícito às pretensões de independentistas das colônias africanas a partir de 1974. Em um contexto de aumento dos preços internacionais do petróleo e diante da necessidade de garantir o suprimento dessa matéria-prima e mercados para o modelo de desenvolvimento brasileiro, essa mudança parecia ser importante para assegurar a presença brasileira na África. Para Wayne Selcher (1976), as pressões nigerianas foram, portanto, cruciais para esse resultado:

A Nigéria foi essencial na tentativa africana de pressionar o Brasil, ainda que muitos países tenham contribuído. A Nigéria, durante anos, vinha sendo considerada por empresários e pelo Ministério de Relações Exteriores como o mais promissor mercado negro africano para bens manufaturados e como uma fonte confiável de petróleo. [...] O entendimento afro-árabe em políticas de petróleo viu os árabes deixarem para a Nigéria quaisquer demandas políticas em troca de petróleo. O papel da Nigéria como líder predominante da Organização da Unidade Africana e como crítica das relações brasileiras com Portugal tinha implicações políticas inerentes para seu relacionamento com o Brasil, que esperava ser um dos seus maiores compradores de petróleo (SELCHER, 1976, p. 43, tradução nossa)²³.

Já no começo de 1974, a inflexão da postura brasileira se fazia sentir nas relações entre o Brasil e a Nigéria. Durante visita ao Brasil, o chanceler Okoi Arikpo declarou que a mudança de comportamento do Brasil estaria na base de uma maior cooperação entre Nigéria e Brasil dali em diante, com importantes conseqüências para as relações do Brasil com a África em geral (SELCHER, 1976). Desse momento em diante, foram inúmeras as visitas de autoridades e os acordos assinados – a Nigéria esteve, inclusive, entre os países visitados pelo presidente Figueiredo em 1983 –, além da evidente convergência de opiniões em diversos assuntos de interesse internacional de ambos os países, como o direito ao uso pacífico de

²³ Do original: *Nigeria was pivotal in the African attempt to pressure Brazil, although many countries contributed. Nigeria for several years had been regarded by businessmen and the Foreign Ministry as the most promising Black African market for manufactured goods and a reliable source of petroleum. The Afro-Arab understanding on petroleum politics saw the Arabs leave to Nigeria the matter of any political demands on Brazil in exchange for oil sales. Nigeria's role as predominant leader of the OAU and a critic of Brazilian relations with Portugal had inherent political implications for its relationship with Brazil, which hoped to be one of the largest customers for its oil* (SELCHER, 1976, p. 43).

tecnologia nuclear, a necessidade de eliminar desequilíbrios no comércio internacional, a nova conjuntura securitária internacional com a renovação da Guerra Fria, a crise econômica mundial no começo dos anos 1980 e o repúdio ao *Apartheid* na África do Sul²⁴, reivindicações estas condizentes com o papel de Potência Média que o Brasil buscava assumir (BRASIL, 1977; BRASIL, 1979g; BRASIL, 1981; BRASIL, 1983a; BRASIL, 1988). Também foi criada uma comissão de cooperação e a companhia Varig lançou um voo direto com destino a Lagos.

Os efeitos desse movimento sobre as relações econômicas entre o Brasil e a Nigéria também foram expressivos. Ainda durante a visita do chanceler Arikpo ao Brasil, a assinatura do acordo comercial permitiu a intensificação dos contatos entre a *Nigerian National Oil Corporation* (atualmente *Nigerian National Petroleum Company*) e a Petrobras, o que trouxe resultados positivos, ainda em 1976, com o aumento do volume de petróleo exportado (BRASIL, 1972b; BRASIL, 1974; HOFFMAN, 1982). Foram diversos os mecanismos utilizados pelo Estado brasileiro para fomentar o comércio com a Nigéria. Entre eles, é possível citar um esquema de incentivos à exportação, a criação de linhas de crédito e financiamento de importações africanas, o estabelecimento de *trading companies*²⁵ e o sistema de *countertrade* (FORREST, 1982; SARAIVA, 1996; SANTANA, 2003a; SANTANA, 2003b).

Através do financiamento a importações e do apoio a empresas brasileiras na África, o Banco do Brasil impulsionou o comércio entre o Brasil e a Nigéria com a instalação de uma agência em Lagos, em 1976. Incentivos a exportação também foram oferecidos para multinacionais e empresas brasileiras exportarem seus produtos para o território nigeriano, como foi o caso do programa especial de Benefícios Fiscais a Exportação (Befiex), o qual permitia a importação de maquinário isento de imposto em troca de um compromisso de exportação da produção. A Volkswagen do Brasil foi uma das beneficiárias deste programa, passando a exportar veículos para a Nigéria em 1977. Posteriormente, a Volkswagen do Brasil instalou uma montadora no país.

²⁴ Ao longo dos anos 1960 e 1970, a Nigéria pressionou o Brasil para que este assumisse posição mais pró-ativa na luta contra o regime sul-africano, postura que o Brasil hesitava em adotar pelos interesses comerciais que o ligavam à África do Sul. Dessa forma, o país optou de forma recorrente por não aplicar sanções contra regime racista. Entretanto, essa política sofreu modificações no decorrer da década de 1970, culminando com as severas críticas durante o Governo de José Sarney. Na avaliação de José Saraiva (1996), essa mudança também fez parte da tentativa de provar para a África negra, incluída aí a Nigéria, que a aproximação brasileira aos países africanos era um fato consolidado.

²⁵ As *trading companies* (tradução: empresas comerciais exportadoras) são empresas que auxiliam na promoção do comércio exterior ao atuarem como intermediárias, para pequenas e médias empresas, principalmente, que não têm capacidade para agir de forma independente no mercado externo (STEFFEN, 2006).

A funcionalidade do *countertrade* para os fluxos de comércio do Brasil com a Nigéria – e com a África em geral – tornou-se mais acentuada conforme foram aumentando as dificuldades de financiamento internacional diante das dificuldades enfrentadas pelas economias dos países do Terceiro Mundo (SANTANA, 2003a; NWACHUKU; UZOIGWE, 2004). Para o Brasil, o principal atrativo do sistema era a possibilidade de obter petróleo em troca de produtos nacionais. Essa foi a base do contrato firmado com a Nigéria, o primeiro do gênero estabelecido pelo Brasil com um país africano. Nos termos do contrato, o Brasil fornecia o equivalente a quarenta mil barris diários de petróleo em peças, veículos e outros produtos, vendidos através da *trading company* Cotia, em troca de cem mil barris diários de petróleo exportados pela Nigéria (SANTANA, 2003a). Foi através do *countertrade* que o Brasil intensificou seu comércio com a Nigéria mesmo após a queda dos preços internacionais do petróleo no começo dos anos 1980. Não obstante, esse sistema foi suspenso no ano de 1987 pelo Governo Babangida (SARAIVA, 1996).

A atuação das *trading companies* brasileiras na Nigéria também foi um elemento essencial no aumento das exportações do Brasil para aquele país. Através da marca Tama, a Interbras²⁶, pôde vender uma variedade de cem produtos manufaturados na Nigéria (FORREST, 1982). A Cotia, por sua vez, despontou como a principal parceira comercial privada do Brasil na Nigéria. No período estudado, a Cotia possuía quatro subsidiárias na África, sendo três delas em solo nigeriano. Essas subsidiárias atuavam nas áreas de pecuária e avicultura, comércio de materiais de construção e de alimentos e componentes para veículos (HOFFMANN, 1982). A Companhia Brasileira de Entrepósitos Comerciais (Cobec), criada pelo Banco do Brasil, também tinha negócios na Nigéria. Empresas do setor de serviços também atuaram na Nigéria, entre elas a Hidroservice, a Sobratel, a Protec e a Promon International, todas na área de comunicação; entre as construtoras, destaca-se a Mendes Júnior com a construção de estradas. Ademais, o Brasil também se fez presente na transferência da capital nigeriana de Lagos para Abuja através de contrato firmado pela *Federal Capital Authority* com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap).

Esse foi o modelo que consagrou a Nigéria como maior parceiro comercial do Brasil na África a partir dos anos 1980 (SARAIVA, 1996), modelo que foi reproduzido em outros países africanos e resultou na abertura de câmaras bilaterais de comércio nos dois países (em

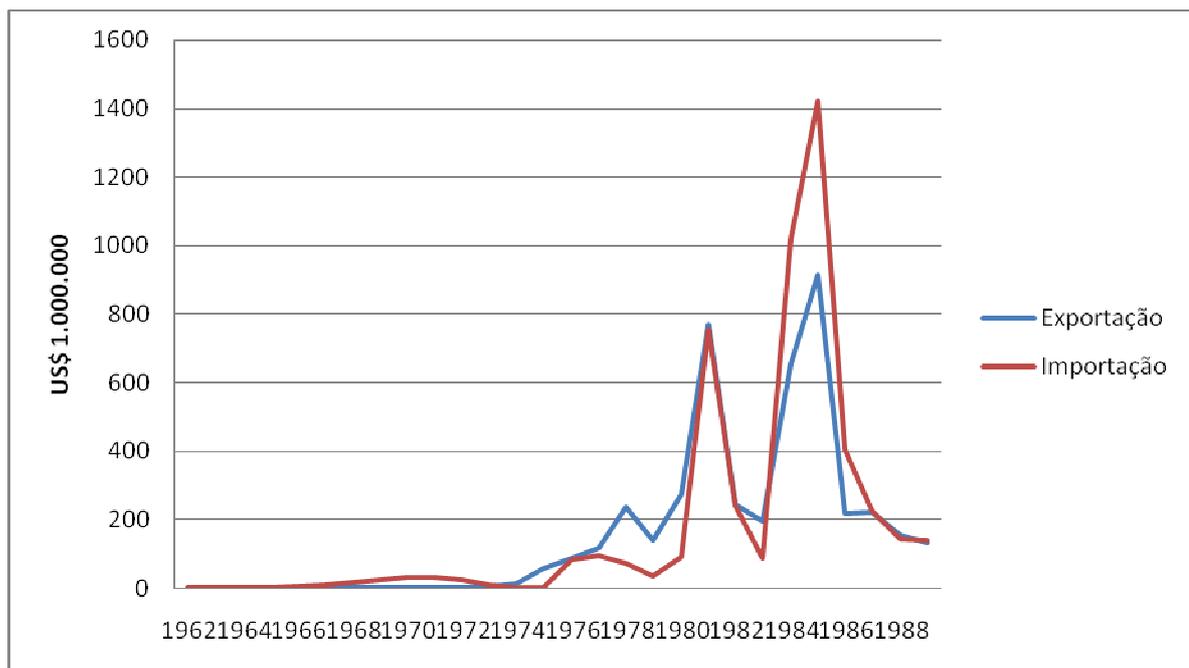
²⁶ A Interbras foi criada em 1976 como uma subsidiária da Braspetro e tinha como objetivo promover a contrapartida em exportações das importações de petróleo realizadas pela Petrobras (RIBEIRO, 2006).

São Paulo, em 1983, e em Lagos, em 1984)²⁷. Sobre as relações comerciais Brasil-Nigéria e, principalmente sobre o *countertrade* e as *trading companies*, José Saraiva (1996) argumenta

[...] deve ser reconhecido que o Brasil utilizou, na Nigéria, sua condição de maior comprador de petróleo não só no Atlântico, mas em todo o Sul, para assegurar mercados para as manufaturas brasileiras. Esse modelo da relação do Brasil com a Nigéria foi adotado praticamente para toda a África exportadora de petróleo, como no caso do Gabão e depois de Angola. O papel central das *trading companies* era, justamente, o de assegurar a continuidade e a institucionalização desse modelo (SARAIVA, 1996, p. 152).

A dinâmica dessa interação comercial fica ainda mais clara quando os números são analisados. A partir disso, fica patente o aumento dos fluxos de comércio ao longo dos anos 1980, fazendo da Nigéria o principal parceiro do Brasil na África.

Gráfico 1 – Intercâmbio comercial Brasil-Nigéria (1961-1989) (US\$ 1.000.000)



Fonte: elaborado pela autora com dados de UN (2013).

Outro acontecimento que marcou as relações entre o Brasil e a Nigéria foi a articulação entre os dois países para o estabelecimento da Zona de Paz e Cooperação do

²⁷ O comércio de armamentos e equipamentos militares entre o Brasil e a Nigéria também foi próspero, inclusive posicionando a Nigéria como o maior consumidor de armas brasileiras no continente africano. No entanto, mais do que produtos, o Brasil exportava para a Nigéria seu modelo de desenvolvimento e vendia a ideia de tecnologia tropical e intermediária, conceito que afirmava que os bens brasileiros seriam mais adaptados aos países africanos pela similaridade de condições climáticas e de desenvolvimento (SARAIVA, 1996; VISENTINI, 2004).

Atlântico Sul, consagrada na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1986. A ideia de criação de algum tipo de aliança securitária na região do Atlântico Sul não era uma novidade. Na verdade, desde a década de 1950, existiam manifestações a favor de um incremento da cooperação securitária na região como forma de combater a expansão do eixo comunista. Estas proposições foram encaminhadas principalmente por África do Sul, Portugal e Argentina e se notabilizaram na ideia da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS) (HURRELL, 1983; PENNA FILHO, 2003; FIORI; PALUDO; VATER, 2012). Do lado brasileiro, durante os anos 1960 e 1970, houve constante especulação acerca da participação do país nessas propostas; não obstante, o que se observou no comportamento do Brasil ao longo dos anos 1970 foi uma crescente hostilidade em relação à criação de um pacto no Atlântico Sul (HURRELL, 1983). As razões para isso são encontradas na já referida opção pela África negra que é consolidada em meados da década de 1970, como forma de garantir o atendimento das demandas do modelo de desenvolvimento brasileiro, com suas necessidades crescentes de mercados e petróleo, e de reforçar o caráter independentista da política externa do Brasil. Além disso, o Atlântico Sul tinha valor estratégico para o Brasil por ser o meio de comércio com a África e por se constituir em rota de transporte de petróleo (SELCHER, 1976; HURRELL, 1983; SARAIVA, 1996).

Reações contrárias ao movimento de segurança coletiva envolvendo Argentina, Brasil e África do Sul também foram esboçadas pela Nigéria, através do chanceler Joseph Garba, quando este declarou que Nigéria, Angola e Brasil é que deveriam compor um eixo cooperativo e que a única ameaça no Atlântico era a proveniente do racismo sul-africano (SARAIVA, 1996). As declarações contrárias, entretanto, não impediram que a OTAS seguisse sendo discutida no começo dos anos 1980, como demonstrou a conferência realizada em Buenos Aires em 1981, e o apoio do Governo Reagan ao pacto. Para os brasileiros, este cenário incentivou a apresentação de uma contraproposta ainda no final da década de 1970 que transformaria o Atlântico Sul em zona de paz e cooperação. Além de impedir a recorrência de conflitos no âmbito da Guerra Fria e a existência de armas nucleares, essa iniciativa garantiria a continuidade dos vínculos nacionais com a África e a contenção da influência argentina e sul-africana na região (SARAIVA, 1996; LECHINI, 2006; FIORI; PALUDA; VATER, 2012). A concretização desse empreendimento diplomático brasileiro contou com forte apoio da Nigéria, responsável por assegurar a adesão dos demais países africanos ao projeto brasileiro. Assim, em 27 de outubro de 1986, foi aprovada a resolução 41/11 da Assembleia Geral da ONU, que criou a ZoPaCAS. Dos 124 votos a favor, 34 foram

de países africanos (UN, 1986). A primeira reunião de Estados-membros foi realizada no Rio de Janeiro em 1988²⁸

3.2 O recuo brasileiro na África: qual espaço para a Nigéria?(1990-2002)

3.2.1 O distanciamento da década de 1990 e a seletividade

A trajetória das relações Brasil-África durante os anos 1990 aponta para a perda de importância estratégica daquele continente para a política externa brasileira. Ainda que a política africana do Brasil não deixe de existir, muitos autores afirmam que ela passou a ser marcada por uma seletividade em seus parceiros e ações (SARAIVA, 1996; LECHINI, 2006; RIBEIRO, 2007; SILVA, 2008; VISENTINI, 2012). Segundo Gladys Lechini (2006), essa retração da presença brasileira no continente africano foi consequência de mudanças no sistema internacional e das dificuldades econômicas persistentes tanto do lado brasileiro quanto do lado africano, as quais tornaram a África menos atraente na visão dos grupos que permaneceram no poder no Brasil entre 1990 e 2002.

A passagem para os anos 1990 implicou a adaptação da política externa brasileira ao cenário internacional que se configurava. Conforme visto anteriormente, desde os anos 1980, o cenário internacional tornara-se mais adverso à atuação independente do Brasil- e dos países em desenvolvimento em geral – diante da ofensiva dos países desenvolvidos e das consequências desse processo sobre o desempenho econômico brasileiro. As sucessivas tentativas heterodoxas de contenção da inflação, de estímulo ao crescimento econômico e de reversão da crise fiscal do Estado não foram suficientes para conter os efeitos negativos da década perdida. A partir de 1990, com a eleição de Fernando Collor de Mello, a estabilidade interna e o crescimento econômico seriam perseguidos através de ajustes neoliberais²⁹.

²⁸ Laços culturais também foram forjados entre o Brasil e a Nigéria no período em estudo. Ainda no Governo Jânio Quadros, o Brasil manifestou interesse em estabelecer acordo cultural entre os dois países. Ademais, o Brasil participou das feiras de artes em solo nigeriano, além de terem sido promovidas exposições entre os dois territórios; em 1972, foi assinado acordo cultural entre os dois países.

²⁹No Brasil, o consenso em torno do projeto neoliberal derivou da hiperinflação e da crise fiscal do Estado, iniciadas na década de 1980, e que trouxeram críticas ao nacional-desenvolvimentismo praticado anteriormente. No entanto, a transposição da teoria neoliberal à prática resultou no neoliberalismo possível, dadas as resistências de setores específicos da base conservadora à implementação do programa em sua forma pura. Assim, o que se estabeleceu de fato foi o neoliberalismo abrasileirado, impulsionado pela necessidade de manter a estabilidade dos preços, conquistada a duras penas com o Plano Real, e que garantiria a manutenção da coalizão política no poder. Essa estratégia funcionou de forma relativamente bem sucedida até 1999, quando a crise do Plano Real aumentaria a influência do projeto liberal-desenvolvimentista entre as elites no poder (FERNANDES, 1995 apud SILVA, 2008; SALLUM Jr. apud SILVA, 2008; SILVA, 2008). FERNANDES, Luis. Neoliberalismo e reestruturação capitalista. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **Pós-**

Segundo Amado Cervo (2008), esse novo projeto resultou não apenas de um consenso político interno, mas também de acontecimentos externos. Nesse sentido, o fim da Guerra Fria, o colapso da União Soviética e o triunfo do capitalismo neoliberal comandado pelos EUA impulsionaram a adoção no neoliberalismo no Brasil – e no Terceiro Mundo – ao submeterem os países endividados às condicionalidades do Consenso de Washington³⁰ e de instituições financiadoras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. A partir daí, o que se experimentou no país foi a liberalização econômica, um número crescente de privatizações e a tentativa de reforma do Estado (SILVA, 2008). Estariam aí as origens do paradigma do Estado normal, sob o qual a política externa atuaria na busca constante da credibilidade internacional do país, a qual seria conquistada pela adesão às regras do *mainstream* e pela manutenção da estabilidade interna³¹. Em um mundo globalizado, em que a competição pelos recursos do capital internacionalizado era constante, o novo paradigma conduziu a uma reversão das prioridades externas do Brasil. Assim, as estratégias externas do país passaram a ser pautadas na adesão aos regimes internacionais em voga, como o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) e regimes de proteção coletiva ao meio ambiente, e no estabelecimento de vínculos mais próximos com os países desenvolvidos, tidos como capazes de prover mercados e investimentos para o modelo de crescimento aberto brasileiro (SENNES, 2003; VIGEVANI; OLIVEIRA, CINTRA, 2003; VISENTINI, 2005; PECEQUILO, 2008; SILVA, 2008). Definindo-se como um *global trader*, o Brasil buscou estabelecer parcerias operacionais, tendo como principais alvos os EUA, a União Europeia e o Japão. Além disso, ocorre o progressivo fortalecimento da integração regional com base no MERCOSUL (LAFER, 1993 apud VIGEVANI;

neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. SALLUM Jr., Brasília. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social**, v. 11, n.2, p. 23-47, out. 1999.

³⁰ Estabelecido no final dos anos 1980, o Consenso de Washington surge como uma representação da vitória do capitalismo no sistema internacional, valorizando e influenciando a adoção por parte dos Estados de políticas neoliberais, principalmente com o incentivo de instituições financeiras internacionais (MARQUES; MELO; LOPES, [2004]).

³¹ Segundo Amado Cervo (2008), o paradigma do Estado normal é traduzido para o plano concreto através da noção de diminuição da funcionalidade do Estado, em que o papel desse mesmo Estado enquanto promotor do desenvolvimento seria substituído pelo objetivo de manutenção da estabilidade econômica – principalmente da estabilidade monetária. Não obstante, o próprio caráter matizado do neoliberalismo brasileiro implicou a convivência desse paradigma com aspectos remanescentes do paradigma desenvolvimentista e do nascente paradigma logístico, que encontra correspondência no projeto liberal-desenvolvimentista em embate desde o começo dos anos 1990.

CEPALUNI, 2009; LAFER 1993 apud RIBEIRO, 2007)³². Nesse redesenho das prioridades brasileiras, portanto, o espaço para a África era limitado³³.

No começo da década de 1990, o continente africano passava por um período conturbado em que tentativas de redemocratização encontravam conflitos civis e os ajustes neoliberais iniciados na década anterior não surtiam os efeitos positivos alardeados pelo núcleo do capitalismo global. Somem-se aos ajustes a redução da ajuda internacional fornecida por organismos multilaterais para o financiamento de modelos de desenvolvimento capitaneados pelo Estado. O resultado foi o crescimento inexpressivo do PIB e o aumento da dívida externa. Fatores como a redução das receitas de exportação, com a deterioração dos preços das *commodities*, e o desmantelamento das estruturas econômicas para fazer frente às demandas do modelo neoliberal acabaram por legar mais famílias africanas à pobreza (RIBEIRO, 2007; CALLAGHY, 2009). Aliado a isso tem-se o “custo África” que, derivado da instabilidade latente do continente, diminui o interesse de investidores privados em estabelecer negócios na África. Para José Vicente Pimentel (2000, p. 9), o “custo África” seria, portanto, “[...] um montante extra de investimento requerido para superar deficiências estruturais”, sejam elas em termos de recursos humanos, de pouca previsibilidade ou mesmo derivadas dos altos níveis de corrupção.

Assim, em um cenário de redefinição de prioridades externas gerais e diante das recorrentes avaliações negativas acerca das possibilidades de desenvolvimento da África ao longo do período, a política africana do Brasil optou pela seletividade em suas parcerias. Fazendo referência a escritos do ministro Luiz Felipe Lampreia, Gladys Lechini (2006) argumenta que

[...] as relações bilaterais começaram a ser pontuais, com aqueles países em condições de responder às necessidades brasileiras, incluindo-se, nos casos em que era politicamente necessário, a ideia de cooperação entre associações regionais. A cooperação Sul-Sul das décadas de setenta e oitenta transformou-se em “associações estratégicas” (LECHINI, 2006, p. 116, tradução nossa)³⁴.

Com base nessa perspectiva, o Brasil priorizou suas relações com a África do Sul, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e a Nigéria, um uma política que

³² LAFER, Celso. Política externa brasileira: três momentos. **Papers Konrad-Adenauer-Stiftung**, 4, 1993.

³³ Para José Saraiva (1996), o MERCOSUL inclusive substituiu o caráter estratégico das relações entre o Brasil e o continente africano durante as décadas anteriores.

³⁴ Do original: [...] *las relaciones bilaterales comenzaron a ser puntuales, con aquellos países en condiciones de responder a las necesidades brasileñas, incluyéndos, en los casos em que era políticamente necesario, la idea de cooperación entre asociaciones regionales. La cooperación Sul-Sul de las décadas del setenta y ochenta se transformó en “asociaciones estratégicas”* (LECHINI, 2006, p. 116).

buscou alocar de forma mais eficiente os limitados recursos disponíveis (PIMENTEL, 2000). As mudanças são perceptíveis na esfera econômica. Nesse sentido, a tendência declinante do comércio Brasil-África, perceptível no final dos anos 1980, traduziu-se em uma estagnação no começo dos anos 1990. Ainda que seja possível verificar um incremento em valores absolutos em comparação com o período 1986-1989, o fato é que a participação relativa da África nas exportações brasileiras ficou em torno de 3% ao longo da década de 1990 e começo dos anos 2000, portanto, bem abaixo dos mais de 7% atingidos durante o Governo Figueiredo (LECHINI, 2006). No que diz respeito às importações, sua participação também fica em cerca de 3% (a exceção de 1993, quando chegam a 4,6%). Não obstante, elas já esboçavam uma tendência de crescimento a partir da segunda metade dos anos 1990 em decorrência das importações de petróleo brasileiras (LECHINI, 2006; RIBEIRO, 2007; BRASIL, 2013a)

Conforme aponta Cláudio Ribeiro (2007), no período do Governo Collor, o petróleo permanecia como um dos elementos que impulsionavam as relações do Brasil com o continente africano, assim como as potencialidades das empresas do setor de engenharia. Apesar disso, o continente em geral não era visto como sendo capaz de contribuir para a solução das demandas do Brasil pelo seu colapso econômico e pela existência de regimes políticos não-democráticos. Para o Governo Collor, mais importante era a reaproximação com os Estados Unidos, a desconstrução do perfil terceiro-mundista do país e a colaboração com os valores neoliberais vigentes no mundo pós-Guerra Fria, pois acreditava-se que essa mudança de atitude resultaria em concessões políticas e comerciais-financeiras da parte dos países desenvolvidos (RIBEIRO, 2007; PECEQUILO, 2008; SILVA, 2008).

Com a chegada de Itamar Franco (1992-1994) ao poder, alguns aspectos dessa política de alinhamento foram revisados. O Brasil buscou aumentar sua participação em fóruns multilaterais e conferiu certa prioridade à integração regional, com o MERCOSUL, iniciado durante o Governo Collor, convertendo-se em plataforma de aumento da competitividade brasileira (RIBEIRO, 2007; PECEQUILO, 2008; SILVA, 2008). Decerto, o distanciamento em relação ao continente africano permaneceu, tendência que é confirmada pela redução do número de diplomatas servindo no continente. Em 1973, eram 25 os diplomatas brasileiros estabelecidos na África, número que aumentou para 34 uma década mais tarde; já em 1993, esse número caiu para 24 diplomatas (SARAIVA, 1996). Isso não impediu, contudo, que alguns projetos fossem idealizados, como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que permitiria a aproximação entre o Brasil e os PALOP, e a reativação da ZoPaCAS, como forma de consolidar o apoio africano aos projetos brasileiros em esfera multilateral (RIBEIRO, 2007).

A criação da CPLP só se daria, no entanto, em 1996, já no Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Nesse período, o Brasil também reaproximou-se da África do Sul, que havia recentemente superado o regime do *Apartheid* e emergia como um país importante no cenário africano. Ainda assim, a África permanece alheia às prioridades da política externa brasileira, que consolidou nos anos do Governo FHC a política externa de caráter neoliberal que vinha sendo delineada desde o período Collor de Mello³⁵. Sustentado pelo sucesso do Plano Real, o Governo FHC via com otimismo a possibilidade de maior participação do Brasil no redesenho das regras dos regimes internacionais vigentes. Era através dessa atitude cooperativa que o país pretendia conquistar seu assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (CSONU) e promover regras comerciais mais justas na nascente Organização Mundial do Comércio (OMC). A isso, somaram-se as relações com países emergentes, como China, Rússia e Índia, ainda que estas tenham se resumido ao plano de acordos e discursos e a continuidade da integração (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003; VISENTINI, 2005).

Contudo, o otimismo do primeiro mandato de FHC foi sendo gradualmente substituído pela crítica à globalização assimétrica, engendrando ajustes na política externa brasileira. Em 1997 e 1998, o Brasil sentiu os efeitos das crises asiática e russa por meio de uma grande fuga de capitais que comprometeu a estabilidade monetária alcançada até então e resultou em uma desvalorização do Real no começo de 1999. Aliado a isso, tem-se as sucessivas derrotas brasileiras na OMC e o crescente unilateralismo estadunidense com a eleição de George W. Bush. A esses fatores deve ser adicionado o fraco desempenho econômico durante toda a década, que teria retirado um importante fundamento à consecução dos objetivos da política externa (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003; VISENTINI, 2005; PECEQUILO, 2008; SILVA, 2008). Segundo Cláudio Ribeiro (2007), esse foi um dos elementos que atuaram para limitar o envolvimento brasileiro na África, culminando no fechamento de postos diplomáticos pela escassez de recursos orçamentários³⁶. Sobre as relações Brasil-África no período FHC, membros do governo à época argumentam que a seletividade era, portanto, uma necessidade diante da falta de recursos administrativos e de pessoal, mas que essa característica era derivada de critérios objetivos

³⁵ Para Reis da Silva (2008), verifica-se, nesse período, a internacionalização da política interna neoliberal brasileira, configurando uma política externa que atua em consonância com os princípios do Consenso de Washington e de uma nova lógica da relação Estado-mercado.

³⁶ Foram fechados postos em Dar es Salam (Tanzânia), Iaundé (Camarões), Adis Abeba (Etiópia), Lukasa (Zâmbia), Lomé (Togo) e Kinshasa (República Democrática do Congo).

[...] de afinidade histórica conosco, como é o caso de Angola, de Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau. Ou interesses econômicos e comerciais que queriam desenvolver. A Nigéria também deve ser incluída nesse aspecto de relações de petróleo, que são muito importantes. [...] A África do Sul foi a principal aposta da minha fase (Entrevista com Luiz Felipe Lampreia apud RIBEIRO, 2007)

3.2.2 A Nigéria como nicho prioritário: a importância do petróleo

Nos anos 1980 e 1990, a Nigéria viu sua capacidade de projeção internacional ser afetada por uma série de problemas econômicos e políticos. Como visto anteriormente, já em 1981, a economia entrou em uma fase recessiva diante da queda do preço internacional do petróleo. As tentativas de ajuste neoliberal da segunda metade da década, consubstanciadas no PAE (1986), não foram capazes de promover uma recuperação econômica sustentada. Politicamente, o país também vivenciou um período conturbado, principalmente durante o Governo Abacha (1993-1998), quando a Nigéria foi alvo de sanções internacionais (WRIGHT; OKOLO, 1999; PHAM, 2007; FALOLA; HEATON, 2008).

A difícil conjuntura nigeriana não impediu que o país figurasse entre os nichos prioritários de atuação brasileira na África durante a década de 1990 e começo dos anos 2000. Não obstante, é possível perceber um relativo distanciamento entre os dois países nesse período. É isso que afirma José Vicente Pimentel (2000), então Diretor-Geral do Departamento de África e Oriente Próximo, do Ministério de Relações Exteriores.

É tempo de conquistar posições também no mercado nigeriano. A Nigéria é o maior parceiro comercial do Brasil na África negra. Há dois anos, o fluxo nos dois sentidos atinge volume em torno de US\$ 1 bilhão, a despeito do relativo esfriamento das relações com o Brasil e com a maioria dos países ocidentais durante os quase cinco anos do governo do General Sani Abacha (novembro de 1993 a junho de 1998) (PIMENTEL, 2000, p. 15-16).

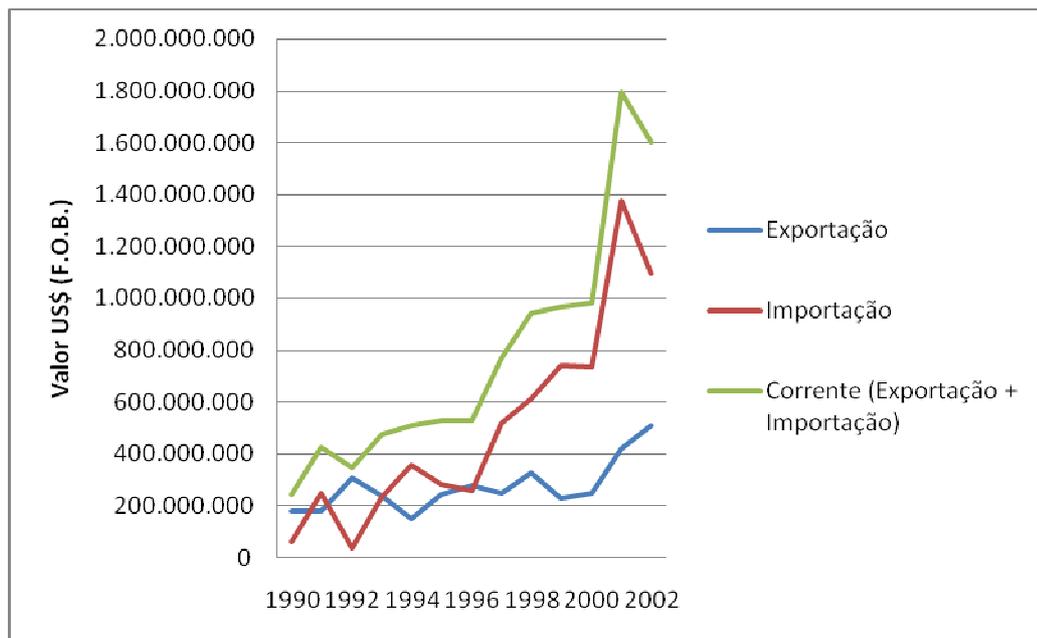
A partir das declarações do ex-diretor, fica evidente a importância que o Brasil atribuía aos laços econômicos do país com a Nigéria. Essa dimensão econômica do relacionamento é também ressaltada por outros autores na literatura nacional dedicada ao período em análise e tem na importação de petróleo nigeriano um dos seus eixos fundamentais (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003; RIBEIRO, 2007)³⁷.

À exceção de 1992, quando se verifica uma redução na corrente de comércio Brasil-Nigéria, o intercâmbio comercial cresceu de forma contínua entre 1990 e 2001, sendo

³⁷ Tabelas com os valores do comércio Brasil-Nigéria e Brasil-África entre 1990 e 2002, assim como um gráfico sobre a participação nigeriana na corrente de comércio brasileira com o continente africano, estão disponíveis no apêndice A deste trabalho.

registrada uma pequena redução em 2002. No que tange às exportações brasileiras para a Nigéria, verifica-se um claro predomínio de bens industrializados (cerca de 98% das exportações)³⁸. Já as importações brasileiras da Nigéria mostraram maior oscilação no período estudado, mas ultrapassaram a marca de US\$ 1 bilhão em 2001 (BRASIL, 2013b), conforme aponta o gráfico abaixo.

Gráfico 2 – Intercâmbio comercial Brasil-Nigéria (1990-2002) (US\$ F.O.B.)



Fonte: elaborado pela autora com dados de Brasil (2013b).

O mais interessante a notar das importações é seu caráter altamente concentrado no petróleo e seus derivados. Só em relação ao petróleo bruto, 81% dos mais de US\$ 6,5 bilhões em importações do Brasil entre 1990 e 2002 corresponderam a essa matéria-prima (BRASIL, 2013c). Um outro aspecto importante sobre as compras brasileiras de petróleo nigeriano é o grande aumento das quantidades compradas a partir da segunda metade da década de 1990. Com exceção do ano 2000, quando as aquisições ficaram abaixo dos 20 milhões de barris, os demais anos desde 1997 registram importações de mais de 30 milhões de barris – inclusive acima dos 40 milhões em 1998, 1999 e 2001; na primeira metade da década, o número de barris não chegou a atingir os 22 milhões (ANP, 2001; ANP, 2002; ANP, 2003). O interessante a notar é que essa trajetória ocorre em consonância com os aumentos gerais das importações de petróleo africano por parte do Brasil, apontado como responsável por alavancar as importações brasileiras da África no segundo Governo FHC (RIBEIRO, 2007).

³⁸ Essa categoria compreende bens semimanufaturados e manufaturados.

Em 1998, a Petrobras iniciou suas atividades de prospecção na Nigéria. A expansão da atuação da Petrobras em território nigeriano fez parte de uma nova fase de internacionalização da empresa após a privatização de parte de suas subsidiárias e da flexibilização de seu monopólio estatal pela lei 9 478 de 1997. Segundo Fernanda Ribeiro (2006), esse movimento de expansão dos negócios internacionais da Petrobras foi uma estratégia encontrada pela empresa para lidar com o aumento da competição no mercado interno e garantir a continuidade de suas vantagens competitivas. Um outro efeito da aprovação da lei do petróleo foi a adoção de uma nova estrutura organizacional na Petrobras, uma vez que a companhia passou a prescindir de suas subsidiárias para atuar internacionalmente. A partir de 2000, portanto, a Petrobras passou a contar com uma Área de Negócios Internacionais (ANI), em que uma gerência executiva começou a cuidar dos negócios na América, África e Eurásia³⁹.

A entrada da companhia na Nigéria se deu por meio de associações com empresas estrangeiras e outras nigerianas para atuação no Delta do Níger. O primeiro bloco explorado foi fruto de uma parceria com a Famfa Oil e com a Chevron-Texaco, que resultou na descoberta do campo de Agbami (Bloco OPL 216). Já em 1999, foi descoberto o campo de Akpo (Bloco OPL 246), explorado em conjunto com a TotalFinaElf e com a nigeriana Sapetro. No ano de 2001, a Petrobras expandiu sua carteira de ativos na Nigéria após licitação promovida com o governo. Em parceria com a Chevron-Texaco e a Shell, a companhia garantiu participação no bloco OPL 250. Na mesma ocasião, a Petrobras adquiriu os direitos de exploração do bloco OPL 324, sendo esta a primeira oportunidade da companhia de atuar como operadora. A parceria foi estabelecida com a nigeriana Horizon Oil. Essa expansão é condizente com os objetivos que foram traçados pelo Plano Estratégico 2010 da Petrobras (1999), em que a África Ocidental aparece como uma das prioridades para as atividades da companhia dadas as possibilidades de exploração de petróleo em águas profundas e ultraprofundas (FIGUEIRA, 2003). Para Fernanda Ribeiro (2006), esse interesse traduz a expertise desenvolvida pela Petrobras nas últimas décadas e que levou a empresa a ser internacionalmente reconhecida pelo seu desenvolvimento tecnológico *offshore*.

Na esfera político-diplomática, é possível citar as interações entre o Brasil e a Nigéria no âmbito da ZoPaCAS. Após a II Reunião de Estados-Membros da ZoPaCAS, realizada em Abuja, em 1990, a zona tinha perdido alento, sendo relançada apenas em 1994 a partir dos esforços empreendidos pelo então Presidente Itamar Franco. Durante a III Reunião, um dos pontos destacados pela declaração final foi a atuação da ECOMOG na crise liberiana

³⁹ A Braspetro foi incorporada a essa nova estrutura.

(BRASIL, 1994). A reunião seguinte teve lugar na Cidade do Cabo, África do Sul, em 1996, e, dentre os temas discutidos, é possível citar a valorização de organizações regionais na cooperação no Atlântico Sul, aí inclusos o MERCOSUL e a ECOWAS. O V encontro, por sua vez, foi realizado em Buenos Aires, no ano de 1998. Entretanto, a reunião apontou as fraquezas do mecanismo, resultando no esvaziamento dos seus objetivos e em nova estagnação, a qual só seria revertida em 2007, momento em que Angola tomaria a iniciativa de restaurar a ZoPaCAS (PENHA, 2011; CARVALHO, 2013). Outros desenvolvimentos ocorreram na esfera cultural, como, por exemplo, o projeto de abertura de uma Casa de Cultura da Nigéria em Salvador.

Como visto no capítulo anterior, a chegada de Olusegun Obasanjo ao poder foi acompanhada de uma tentativa ativa do novo governo de melhorar as relações externas da Nigéria, abaladas durante o período Abacha. No Brasil, a eleição do novo presidente repercutiu de forma positiva sobre as perspectivas de incremento no relacionamento entre os dois países, percepção essa que foi reforçada pela visita de Obasanjo ao Brasil ainda enquanto presidente eleito (PIMENTEL, 2000). Já no ano 2000, foi assinado um novo acordo de cooperação cultural e educacional entre Brasil e Nigéria, seguido por um memorando de entendimento relativo a assuntos de interesse comum em 2001. Esse esboço de reaproximação, contudo, aparece não só como resultado das mudanças no final dos anos 1990, mas parece também refletir uma recorrente avaliação da relevância da Nigéria enquanto ator internacional. Esta parece ser a ideia contida na avaliação de José Vicente Pimentel (2000) acerca da Nigéria, quando este, apesar de reconhecer a complexidade da sociedade nigeriana, afirma que

A Nigéria é, por outro lado, um país com uma elite refinada, uma diplomacia atuante e um exército bem treinado e equipado. Foi instrumental na criação, em 1975, da “Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental [...]”. Exerce notória ascendência sobre o entorno africano, haja vista a derrota diplomática imposta a Mandela, que advogou, sem nenhum sucesso, a imposição de sanções da OUA ao governo Abacha, na sequência da execução do escritor Ken Saro-Wiwa e outros oito líderes da minoria ogoni, em novembro de 1995. Na esteira desse episódio, realizamos consultas com os vizinhos da Nigéria. Estes, temerosos das consequências políticas, econômicas e militares de um isolamento da Nigéria, sem exceção recomendaram que mantivéssemos a Embaixada de Lagos em pleno funcionamento, ao invés de fechá-la em sinal de protesto, como preferiam os integrantes da *Commonwealth* (PIMENTEL, 2000, p. 16).

* * *

No período que vai de 1961 a 1989, a necessidade de mercados e de buscar fontes confiáveis de abastecimento de petróleo apontaram a Nigéria como um país importante para a

expansão brasileira na África, capaz de dar substância ao modelo nacional-desenvolvimentista aplicado no Brasil. A possibilidade de incremento desse relacionamento ficou evidente já na primeira metade da década de 1960. Todavia, foi nos anos 1970 que as oportunidades econômicas foram efetivamente concretizadas, principalmente após o choque do petróleo e o fim das contradições brasileiras em relação às colônias portuguesas.

Decerto, as pressões nigerianas para a mudança do posicionamento do Brasil em relação à África portuguesa foram fundamentais para a consolidação da política africana brasileira e o fim das desconfianças africanas sobre o país. No contexto das relações Brasil-Nigéria, esse sido um evento que consubstanciou a visão brasileira da Nigéria como um líder no continente africano. Posteriormente, essa visão seria mantida, sendo a base de reivindicações comuns no sistema internacional e gerando a parceria que consolidou a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, ambas atitudes com o objetivo de fortalecer o posicionamento internacional do Brasil. Diante disso, torna-se possível entender a afirmação de Tom Forrest (1982, p. 4) de que a Nigéria seria “[...] o mais importante alvo para uma ofensiva diplomática e comercial [...] no continente africano.

Nos anos 1990, a importância econômica da Nigéria para o Brasil é mantida, particularmente pelas importações de petróleo e pela instalação da Petrobras na Nigéria. Politicamente, contudo, não se verifica o mesmo ímpeto esboçado no período anterior. Durante a vigência do Estado normal, portanto, a Nigéria tem seu papel redimensionado nas estratégias internacionais do Brasil. Isso é resultado tanto da revisão das prioridades da política externa brasileira, que relegaram a África ao segundo plano, quanto das próprias dificuldades internas nigerianas. Ademais, no contexto de seletividade de parcerias africanas, o espaço da Nigéria agora é compartilhado com África do Sul e os países de língua portuguesa, particularmente Angola.

4 AS RELAÇÕES BRASIL-NIGÉRIA ENTRE 2003-2012

No presente capítulo, são discutidas as relações Brasil-Nigéria entre 2003 e 2012. De forma semelhante ao capítulo anterior, a primeira seção analisa a reaproximação brasileira em relação à África com o advento do Governo Lula, e busca compreendê-la dentro dos imperativos do Estado logístico e da busca por maior projeção internacional pelo país. Na segunda parte, a ênfase está nos contornos do relacionamento brasileiro com a Nigéria e no lugar que aquele país ocupa no contexto da política africana e da inserção internacional do Brasil. Tomando como fato consolidado o incremento dessas relações, o foco da análise passa a ser a possibilidade de formalização de uma parceria estratégica Brasil-Nigéria.

4.1 A retomada da importância estratégica: a redescoberta da África

Nos últimos anos, a política externa brasileira renovou seu interesse pela África, estabelecendo os contornos de uma política multidimensional e de forte caráter estratégico e econômico (VISENTINI, 2012). Desde 2003, ano que marca o começo do Governo Lula (2003-2010), os laços que unem o Brasil à África foram expandidos, com visíveis efeitos no aumento dos fluxos de comércio, no incremento das relações político-diplomáticas e na intensificação da cooperação para o desenvolvimento. Essa redescoberta da África pelo Brasil ganha sentido na inserção global afirmativa que foi ensaiada pelo Governo Lula (VISENTINI, 2013).

Decerto, desde o começo do seu primeiro mandato, Lula e seu chanceler, Celso Amorim, buscaram intensificar a presença externa do Brasil, o que se refletiu em um novo ânimo no processo de integração sulamericano, na construção de laços mais fortes com países emergentes, no estreitamento dos vínculos com os países em desenvolvimento e em uma postura renovada na esfera multilateral, na qual o Brasil buscou participar ativamente da construção de grupos informais e do remodelamento dos fóruns multilaterais tradicionais (HURRELL, 2010; VISENTINI, 2013). Esse reposicionamento brasileiro em relação ao mundo pode ser atribuído a dois processos, um de caráter eminentemente externo, e outro de origem interna, mas com reflexos sobre as relações internacionais do Brasil. Externamente, desde a posse do presidente Lula, ficou clara a crença brasileira em uma transição da uni para a multipolaridade no sistema internacional. Nesse sentido, ainda que se reconhecesse a primazia militar estadunidense, o argumento central era o da difusão de poder em outras esferas, com influência crescente dos países em desenvolvimento nas grandes decisões

internacionais. Nesse novo cenário, o Brasil, enquanto potência média, precisava adequar sua inserção internacional às suas capacidades para garantir seu espaço de atuação⁴⁰ (SILVA, 2003; LIMA, 2005; RIBEIRO, 2007; PECEQUILO, 2008; HURRELL, 2010; AMORIM, 2010).

Internamente, o novo governo buscou formas de reverter os efeitos nocivos das políticas neoliberais sobre o crescimento econômico e sobre a desigualdade social. Dessa forma, o Estado passou a ser responsável pela gestão e implementação de uma série de políticas sociais para a redução da desigualdade, além de atuar mais diretamente na promoção do desenvolvimento através do incentivo ao robustecimento do núcleo duro da economia nacional e da internacionalização da economia. Esse movimento implicou a consolidação do paradigma do Estado logístico, no qual o Estado, através de uma estratégia liberal-desenvolvimentista, vale-se do planejamento estratégico para fazer avançar os interesses de entes privados, principalmente, e públicos na esfera internacional (CERVO, 2008; CERVO, 2011)⁴¹. O discurso de posse do Presidente Lula reflete a combinação desses dois processos na atuação internacional do Brasil ao afirmar que

Visamos não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea (SILVA, 2003, p. 10-11).

Nesse cenário, a política externa passa a ter como objetivos o aumento do poder internacional do país e a projeção externa da economia via comércio e investimentos externos diretos e tem na Cooperação Sul-Sul a estratégia mais eficaz para a consecução desses objetivos (AMORIM, 2010; CERVO, 2011; VISENTINI, 2013). Na concepção do então chanceler, Celso Amorim,

No cruzamento de todas as diretrizes gerais da política externa brasileira está o esforço para estabelecer relações mais próximas com outros países em

⁴⁰ Para Lima e Hirst (2006) e Pecequilo (2008), essa renovada percepção do Brasil enquanto potência média veio substituir a noção de fraqueza que havia imperado na década de 1990, a qual teria denotado um caráter mais passivo para a política externa brasileira.

⁴¹ O liberal-desenvolvimento permite que o Estado atue dentro do espectro da globalização, mas a partir de estratégias concebidas nacionalmente para estimular o desenvolvimento nesse contexto (CERVO, 2008). A estratégia liberal-desenvolvimentista agrega, portanto, as prerrogativas de estabilização monetária a uma reação contra os efeitos negativos de médio e longo prazo sobre o sistema produtivos trazidos pela abertura econômica rápida e desenfreada (SILVA, 2008). Ao promover uma inserção assertiva do Brasil no cenário internacional, tanto em caráter econômico, quanto político, o paradigma do Estado logístico vale-se da política externa como uma forma de reduzir as vulnerabilidades externas da nação. A partir disso, espera-se promover a redução de assimetrias no sistema internacional, assim como colocar o Brasil em posição de elaborar o ordenamento internacional da atualidade (CERVO, 2008).

desenvolvimento. A Cooperação Sul-Sul é uma estratégia diplomática que se origina no desejo autêntico de demonstrar solidariedade para com os países mais pobres. Ao mesmo tempo, [a Cooperação Sul-Sul] ajuda a expandir a participação brasileira nos assuntos mundiais. A cooperação entre iguais em temas como comércio, investimento, ciência tecnologia e outros campos reforça nossa envergadura e fortalece nossa posição no comércio, nas finanças e nas negociações climáticas. Por fim, mas não menos importante, a construção de coalizões com países em desenvolvimento é também uma forma de engajamento na reforma da governança global para tornar as instituições internacionais mais justas e democráticas (AMORIM, 2010, p. 231, tradução nossa)⁴²

Nesse contexto, a Cooperação Sul-Sul serve como forma de equilibrar a inserção internacional do Brasil diante dos países desenvolvidos e do capital internacional⁴³ Assim, longe de descuidar das suas relações com os países desenvolvidos e de propor um afastamento em relação aos regimes internacionais, o que se nota é que o Brasil passou a utilizar as relações com os países do Sul para restabelecer um equilíbrio em relação ao contínuo poder exercido pelos países desenvolvidos, principalmente em organismos como a ONU e a OMC. Ademais, o incremento das relações com os países em desenvolvimento, particularmente na esfera econômica, permite enfrentar as dificuldades de penetração nos mercados fortemente protegidos dos países do Norte (VISENTINI, 2005; LIMA, 2005; LIMA; HIRST, 2006; RIBEIRO, 2007; VISENTINI, 2013). Diante dessa perspectiva, é possível compreender como uma África em franco processo de expansão, mas com contínuas necessidades econômicas e sociais, foi tomada como um parceiro prioritário para as relações internacionais do Brasil (AMORIM, 2010; VISENTINI, 2012). Sobre a atratividade do continente africano para o Brasil, Lyal White (2010) argumenta que o continente constitui um espaço que necessita de cooperação para se desenvolver, além de investimentos para estimular o crescimento econômico – principalmente nas áreas de engenharia civil e de extração de recursos –, estímulos esses que podem ser fornecidos pelas empresas brasileiras e pelos projetos e políticas sociais nacionais. Paulo Visentini e Analúcia Pereira (2007) aprofundam esse argumento em seus aspectos econômicos. Para os autores,

⁴² Do original: *At the crossroads of all the main guidelines of Brazilian foreign policy is the effort to establish closer relations with other developing countries. South-South cooperation is a diplomatic strategy that originates from an authentic desire to exercise solidarity toward poorer countries. At the same time, it helps expand Brazil's participation in world affairs. Cooperation among equals in matters of trade, investment, science and technology and other fields reinforces our stature and strengthens our position in trade, finance and climate negotiations. Last but not least, building coalitions with developing countries is also a way of engaging in the reform of global governance in order to make international institutions fairer and more democratic* (AMORIM, 2010, p. 231).

⁴³ Sobre essa questão, uma declaração do chanceler acerca do significado das relações com a África em relação aos tradicionais parceiros do mundo desenvolvido é emblemática: “Estamos pensando de forma ainda mais ampla, em realizar uma Cúpula com os países africanos. (...)E vamos fazer sem que isso diminua a nossa relação com os Estados Unidos (...) O mesmo vale para a União Europeia. Jamais queremos brigar com a União Europeia. Só queremos dizer para eles: temos o mesmo direito que vocês” (AMORIM, 2005, p. 79).

O Brasil começa a tornar-se um exportador de capital e tecnologia, além de um tradicional (e agora competitivo) exportador de produtos primários, serviços e manufaturas. O fenômeno que ocorre no Brasil é também observado em outras economias em desenvolvimento, a exemplo da Índia, da África do Sul e da China. A África é um dos territórios adequados aos investimentos das empresas brasileiras, ainda que o continente seja marcado por alguns regimes instáveis, conflitos armados e outras formas de violência, problemas sanitários significativos e imensa pobreza. Ao mesmo tempo é uma das poucas fronteiras naturais ainda abertas para a expansão de negócios em setores como petróleo, gás e mineração e palco de uma disputa global por acesso a matérias-primas, cada vez mais escassas e demandadas (VISENTINI; PEREIRA, 2007, p. 7)

Entre 2003 e 2008, a corrente de comércio entre o Brasil e o continente africano passou dos US\$ 6,15 bilhões para mais de US\$ 25 bilhões. Sob os efeitos da crise econômica mundial, observou-se uma redução nos fluxos no ano de 2009, mas já no ano seguinte, a corrente de comércio ultrapassou os US\$ 20 bilhões (BRASIL, 2013a). Esse crescimento não é expressivo apenas em si, mas revela também um aumento da participação relativa da África no comércio externo do Brasil, que oscilou entre 5% e 7% entre 2003 e 2010, em oposição aos 4,6% registrados nos últimos dois anos do Governo FHC (IPEA; BM, 2011). Em consonância com os padrões históricos das relações comerciais Brasil-África, a maior parte das exportações brasileiras é composta por bens industrializados (BRASIL, 2013a).

A presença de empresas brasileiras no continente africano também é um fator importante das relações econômicas. Segundo o Ministério de Relações Exteriores (BRASIL, [2011b]), a atuação brasileira está concentrada em três ramos: exploração de recursos minerais, construção de obras públicas e presença em mercados nacionais ou regionais. Grandes empresas brasileiras lograram expandir seus negócios na África nos últimos anos, como Petrobras (com participação importante da Nigéria), Vale, a Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo, Correa, Queiroz Galvão, Marcopolo e Random. Essa rede teve apoio logístico governamental através da organização de missões empresariais, organizadas pelo MRE, MDIC e Agência Brasileira de Promoção da Exportação e Investimento (Apex-Brasil), e das possibilidades de financiamento abertas pelo BNDES, como linhas de crédito, financiamento de exportações e atuação na internacionalização de empresas (ÁFRICA, 2011; BNDES, [2012]; BNDES CONCEDERÁ, 2012; BRASIL, [2013d]).

No domínio político-diplomático, as relações Brasil-África também passaram por visível incremento. Os contatos foram intensificados tanto na esfera bilateral, quanto em escala multilateral. Embaixadas que haviam sido fechadas em anos anteriores foram reabertas e outras foram estabelecidas, elevando o total de embaixadas brasileiras em território africano para 37 durante o Governo Lula. A contrapartida veio no crescimento de representações

diplomáticas africanas no Brasil. O presidente Lula também esteve na África diversas vezes ao longo de seus dois mandatos, inclusive tornando-se o primeiro Chefe-de-Estado brasileiro a visitar um país da África Oriental (BRASIL, 2011d; VISENTINI, 2013)⁴⁴. O chanceler Celso Amorim também esteve no continente africano em várias ocasiões, ao passo que o Brasil recebeu a visita de um expressivo número de autoridades africanas (IPEA; BM 2011).

Vários acordos bilaterais também foram firmados entre o Brasil e os países africanos, a exemplo dos documentos no domínio da defesa e o estabelecimento de uma parceria estratégica com a África do Sul. O Brasil também participou de processos de solução de conflitos em solo africano, como a Configuração Específica da Comissão de Consolidação da Paz para a Guiné-Bissau (ESCOTESGUY, 2011; BRASIL, [2011c]). Em âmbito multilateral, alguns mecanismos importantes foram estabelecidos ou reforçados, como a CPLP e a ZoPaCAS, além da criação do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) e da Cúpula América do Sul-África (ASA), cuja implementação derivou dos esforços conjuntos de Brasil e Nigéria. A formação de coalizões de caráter global também foi importante, como o G-20 na OMC, o G-20 financeiro, assim como a articulação para a promoção de reformas nas estruturas decisórias das Nações Unidas, particularmente na reforma do Conselho de Segurança da ONU (VISENTINI, 2012).

Outra dimensão importante da presença brasileira na África é composta pela cooperação para o desenvolvimento e pela difusão cultural. Entre as diferentes formas de cooperação prestada pelo Brasil, a cooperação técnica⁴⁵ tem ganhado destaque, promovendo aquilo que se convencionou chamar de *diplomacia solidária*, em que as capacidades desenvolvidas em múltiplos órgãos nacionais são colocadas a serviço do desenvolvimento de outros países (IPEA, 2010). O principal agente da cooperação técnica brasileira tem sido a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que opera sob os auspícios do Ministério de Relações Exteriores, e que desenvolve iniciativas (projetos e atividades isoladas) em diversas

⁴⁴ No quadro de encontros bilaterais, o presidente Lula realizou as seguintes viagens e visitas: 2003, São Tomé e Príncipe, Moçambique, África do Sul, Namíbia e Angola; 2004, Cabo Verde e Gabão; 2005, Gana, Camarões, Nigéria, Senegal e Guiné-Bissau; 2006, África do Sul, Benin, Botsuana e Argélia; 2007, Burkina Faso, República do Congo e Angola; 2008, Moçambique; 2009, Líbia; 2010, Zâmbia, Quênia, Moçambique, África do Sul, Tanzânia e Guiné Equatorial. As visitas multilaterais foram seguintes: 2004, São Tomé e Príncipe (V Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP); 2006, Nigéria (I Cúpula América do Sul-África); 2007, África do Sul (Cúpula Índia-Brasil-África do Sul); 2008, Gana (XII Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento); 2010, Cabo Verde (Cúpula Brasil-Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental) e África do Sul (lançamento da Copa 2014) (BRASIL, 2011d).

⁴⁵ “A cooperação técnica internacional constitui importante instrumento de desenvolvimento, auxiliando um país a promover mudanças estruturais nos campos social e econômico, incluindo a atuação do Estado, por meio de ações de fortalecimento institucional. Os programas implementados sob sua égide permitem transferir ou compartilhar conhecimentos, experiências e boas-práticas por intermédio do desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais, com vistas a alcançar um salto qualitativo de caráter duradouro” (ABC, [2013a]).

áreas . O aumento da cooperação técnica foi possibilitado pela assinatura de diversos acordos-quadro e pelo incremento do orçamento destinado aos projetos em países africanos (crescimento de 1578% entre 2005 e 2009) (ABC, 2010; RIZZI et al., 2011). Desde 2008, o principal foco da ABC tem sido o desenvolvimento de projetos estruturantes, como as iniciativas que envolvem o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Entre os principais projetos estão o desenvolvimento da cultura de arroz no Senegal e da indústria de algodão no Cotton-4 (Benim, Burkina Faso, Mali e Chade), além do ProSAVANA, que busca estimular a agricultura em áreas de savana em Moçambique. Moçambique também é um dos países com os quais o Brasil estabeleceu importantes iniciativas na área da saúde, como no tratamento e prevenção do HIV/Aids (ABC, 2010; RIZZI et al, 2011; VISENTINI, 2012).

No campo da educação, programas como o de Estudantes-Convênio de Graduação e de Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG) continuaram a ser estimulados (IPEA, 2010). O perdão condicionado das dívidas externas de alguns países africanos também pode ser elencado entre as ações da cooperação para o desenvolvimento. Segundo relatório da Presidência da República (BRASIL, 2007), até o fim de 2006, o valor perdoado foi de US\$ 931,8 milhões. No que diz respeito à difusão cultural, uma rede de leitorados e centros culturais contribuem para a expansão da cultura brasileira e da língua portuguesa na África.

Apesar dos efeitos da crise econômica internacional sobre o intercâmbio comercial entre o Brasil e a África em 2009, esse evento não acarretou o arrefecimento das relações brasileiras com o continente. De acordo com Paulo Visentini (2013), a política africana do Brasil foi inclusive intensificada, o que transparece na retomada da corrente de comércio já no ano seguinte e na continuidade dos encontros de alto nível. A chegada de Dilma Rousseff ao poder representou a continuidade na condução e nos objetivos da política externa brasileira, ainda que algumas especificidades sejam visíveis, como a luta pelos direitos humanos. Assim, as relações entre o Brasil e a África têm continuado a prosperar. Isso é perceptível nas relações econômicas, em que a corrente de comércio atingiu seu pico em 2011, chegando a quase US\$ 27,7 bilhões⁴⁶. Já em 2012, houve um recuo, fechando-se o ano com aproximadamente US\$ 26,5 bilhões. Ainda no primeiro ano de seu governo, a presidente viajou para a África, onde visitou Angola, Moçambique e África do Sul; também foram assinados novos acordos que incentivam a cooperação técnica.

⁴⁶ Quando comparado com o pico do comércio no período anterior, atingido em 2001, esse valor representa um crescimento de mais de 400% na corrente de comércio Brasil-África.

4.2 A reaproximação: uma parceria estratégica?

Desde o começo do Governo Lula, as relações entre o Brasil e Nigéria foram intensificadas tanto na esfera econômica, quanto em seus aspectos-político diplomáticos ou no domínio da cooperação para o desenvolvimento e cultura. Na avaliação de Abiodun Alao (2011), o incremento dessas relações foi marcado por três considerações, quais sejam o aumento da projeção internacional do Brasil, suas crescentes necessidades de recursos naturais para manter o crescimento econômico e a percepção da parte nigeriana de que o país poderia obter ganhos expressivos para si a partir de vínculos mais estreitos com o Brasil. Tais considerações encontram correspondência nos discursos de ambas as partes acerca da importância do fortalecimento dos vínculos. Para o embaixador nigeriano no Brasil, Vincent Okoedion (2012),

O reengajamento entre o Brasil e a Nigéria na esteira do movimento de expansão do Brasil na África é significativo dado que o Brasil continua sendo uma força integral na evolução de uma ordem multipolar. A expansão das relações bilaterais com o Brasil vai ajudar a Nigéria a atingir sua aspiração com o *Vision 20:2020* (OKOEDION, 2012, p. 4, tradução nossa, grifo nosso)⁴⁷.

Juntamente com Angola e África do Sul, Pio Penna Filho identifica a Nigéria como um dos possíveis sócios estratégicos do Brasil na África (AZIAKOU, 2011), noção que parece estar atrelada à prioridade conferida às relações bilaterais com esses países. De fato, ainda em 2005, durante visita do então presidente Olusegun Obasanjo ao Brasil, os dois presidentes instaram seus respectivos ministérios de assuntos externos a desenvolverem uma proposta efetiva de parceira estratégica entre os dois países (BRASIL, 2005b). De acordo com Antônio Carlos Lessa (2010), o Governo Lula teria se dedicado à construção de uma rede de novas parcerias estratégicas, o que teria, inclusive, modificado o perfil e o uso do termo para acompanhar a diversificação das relações internacionais do Brasil e embasar suas reivindicações por maior espaço no sistema internacional. Apesar das críticas ao que o autor identifica como a perda do sentido histórico da parceria estratégica na política externa brasileira, Lessa aponta uma série de fatores que podem ajudar a entender essa nova rede de parcerias estratégicas ensaiadas pelo Brasil. Assim, elementos importantes a serem observados são os fluxos de investimento e comércio, os canais de diálogo e sua densidade, as

⁴⁷ Do original: *Re-engagement between Brazil and Nigeria coming in the background of the crucial forward movement of Brazil into Africa is significant as Brazil remains an integral force in the evolution of a multi-polar world. Expanding bilateral relations with Brazil will assist Nigeria in achieving its vision 20:2020 aspiration* (OKOEDION, 2012, p. 4)

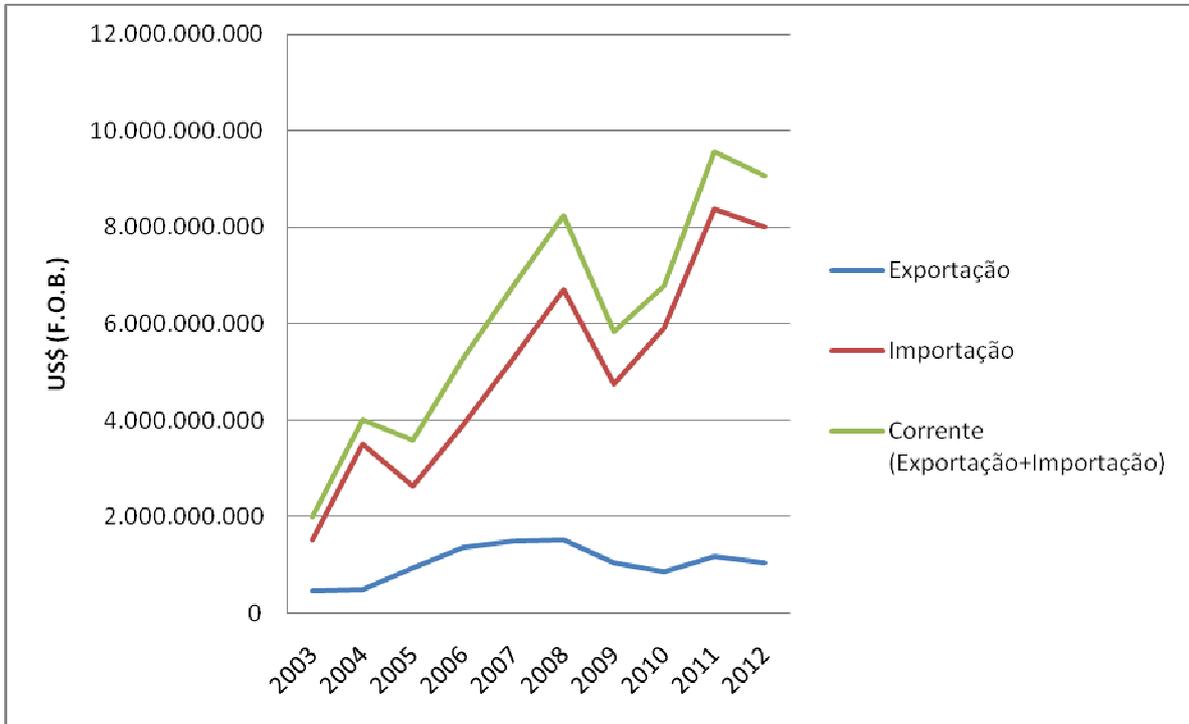
possibilidades de cooperação tecnológica e científica, a cooperação em projetos para o desenvolvimento, além da similaridade de interesses em canais multilaterais de interação (LESSA, 2010).

Dado o que foi exposto acima, cabe analisar o desenvolvimento das relações Brasil-Nigéria desde o começo do Governo Lula para que seja possível um maior entendimento do lugar da Nigéria na política externa brasileira entre 2003 e 2012 – e, inclusive, apontar os elementos que poderiam justificar a formalização de uma parceria estratégica. Para facilitar o estudo, optou-se por dividir a análise em três categorias, com base na tipologia estabelecida por Lyal White (2010). Primeiramente, serão discutidas as relações econômicas; em seguida, os aspectos político-diplomáticos, tanto em esfera bilateral, quanto multilateral; por fim, a cooperação para o desenvolvimento. Longe de considerar que as três dimensões são excludentes, esse esforço busca apenas tornar mais inteligível a dinâmica do relacionamento Brasil-Nigéria. A cooperação cultural também será objeto de breve reflexão.

4.2.1. Relações econômicas

Durante a última década, a Nigéria continuou sendo o maior parceiro comercial do Brasil na África, com uma crescente corrente de comércio ao longo dos anos. Já em 2003, a corrente de comércio cresceu de US\$ 1,6 bilhão para quase US\$ 2 bilhões. À exceção de 2005, quando foi registrada queda no intercâmbio comercial, a corrente de comércio teve expressivo aumento, ultrapassando os US\$ 8 bilhões em 2008. Em 2009, sob os efeitos da crise econômica mundial, ocorreu uma nova queda nos valores do intercâmbio, trajetória que foi revertida já em 2010. Nos dois anos seguintes, a corrente de comércio ultrapassou os US\$ 9 bilhões (o pico da série é registrado em 2011, com mais de US\$ 9,5 bilhões) (BRASIL, 2013b).

Gráfico 3 - Intercâmbio comercial Brasil-Nigéria (2003-2012) (US\$ F.O.B.)

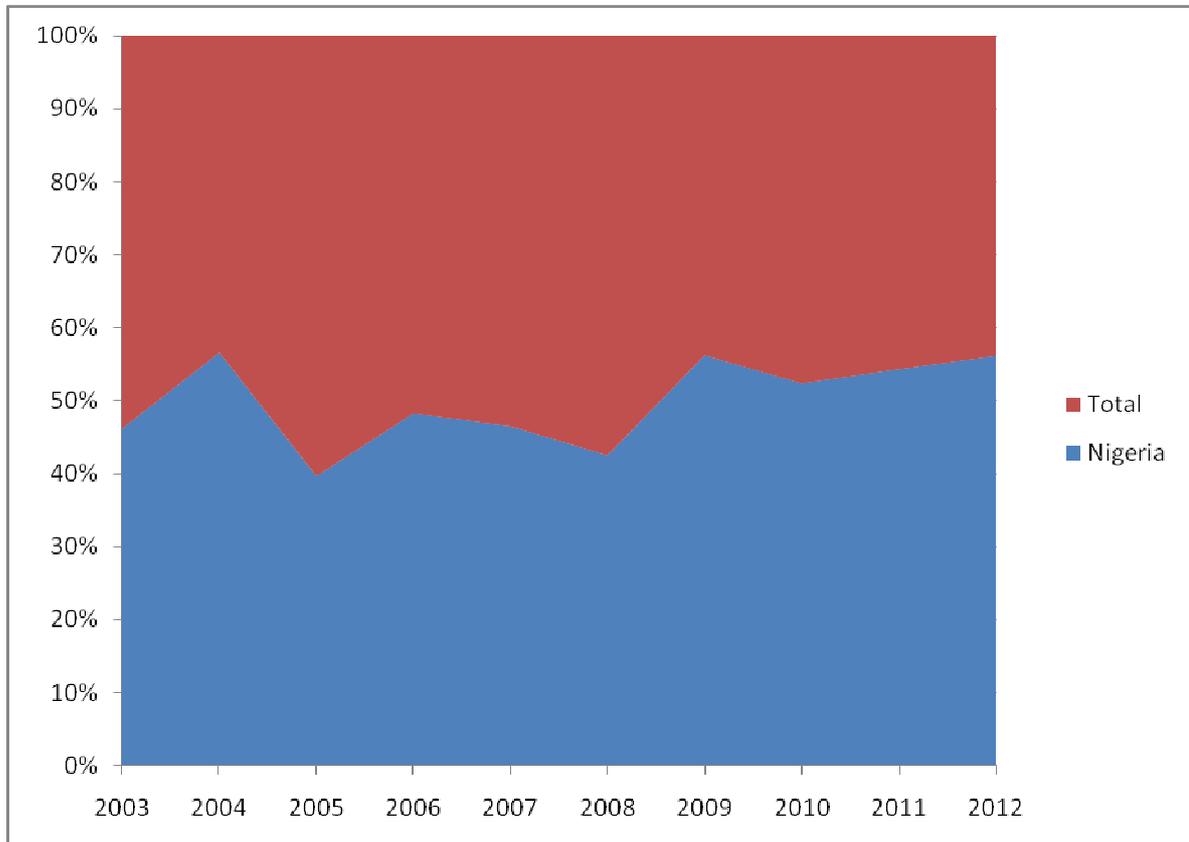


Fonte: elaborado pela autora com dados de Brasil (2013b).

Como pôde ser visto no gráfico acima, os altos valores registrados para a corrente de comércio derivam principalmente do comportamento das importações brasileiras ao longo do período. O resultado tem sido a manutenção de um constante déficit para o Brasil na balança comercial Brasil-Nigéria, déficit este que remonta à década anterior, mais precisamente 1997. Decerto, foi registrado crescimento nas exportações, com as mesmas superando a marca de US\$ 1 bilhão desde 2006 (com exceção de 2010). Quanto à sua composição, o padrão verificado nas exportações em anos anteriores é repetido, com aproximadamente 94% delas compostas por bens industrializados. No que tange às importações, elas ultrapassaram os US\$ 8 bilhões em 2011 e 2012 (BRASIL, 2013b). Esses valores não são apenas expressivos em si, mas também no tocante à participação da Nigéria no quadro geral das importações brasileiras da África. Desde 2009, esse percentual tem se mantido acima dos 50%, como pode ser evidenciado no gráfico abaixo⁴⁸.

⁴⁸ Os dados completos sobre o comércio Brasil-Nigéria e Brasil-África 2003-2012 estão disponíveis no apêndice B deste trabalho, juntamente com um gráfico sobre a participação nigeriana no comércio total com o continente.

Gráfico 4 - Participação da Nigéria nas importações brasileiras da África (2003-2012) (%)



Fonte: elaborado pela autora com dados de Brasil (2013a) e Brasil (2013b).

As importações brasileiras permaneceram altamente concentradas em óleos brutos de petróleo, os quais corresponderam a cerca de 97% do valor importado entre 2003 e 2012 (BRASIL, 2013c). Conforme dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bicom bustíveis (ANP), desde 2001, a Nigéria é o maior exportador de petróleo para o Brasil no mundo (ANP, 2006). O ano de 2004 foi o que registrou o maior número de barris comprados, mais de 84 milhões (ANP, 2012).

A trajetória de expansão da Petrobras na Nigéria prosseguiu ao longo do período. Por um lado, as atividades exploratórias nos blocos OPL 250 e OPL 324 não obtiveram sucesso, sendo os blocos renunciados em 2006 e 2008, respectivamente. O mesmo aconteceu mais recentemente com o OPL 315, cujos direitos exploratórios tinham sido adquiridos em 2005, em conjunto com a Statoil e a nigeriana Ask Petroleum System. Não obstante, isso não impediu que a empresa obtivesse resultados positivos nos outros blocos em que atua. Em 2008, o campo de Agbami entrou em operação, seguido pelo de Akpo em 2009.

As perspectivas de desenvolvimento estimularam os investimentos da Petrobras na Costa Oeste da África, principalmente na Nigéria. Juntamente com o Golfo do México, a região deve receber a maior parte dos US\$ 11 bilhões previstos para investimentos entre 2011 e 2015 (PETROBRAS, 2011b). Segundo a companhia, a Nigéria é um dos expoentes da Área Internacional da Petrobras, sendo responsável por mais de 30% da produção externa da empresa (PETROBRAS, 2011a, PRESIDENTE, 2012). No mesmo bloco do campo de Akpo, outros dois campos devem entrar em produção nos próximos anos, o de Egina, cujo projeto de exploração foi aprovado em 2009, e o de Preowei (PETROBRAS, [2008]; PETROBRAS, 2009).

Outras áreas de negócios da Petrobras na Nigéria incluem os setores de etanol e gás natural liquefeito. Ainda em 2005, a Petrobras e a *Nigerian National Petroleum Corporation* assinaram um memorando de entendimento sobre a adição de álcool à gasolina na Nigéria, no qual a Petrobras se comprometeu a prestar assistência técnica na área. Negociações posteriores, com base no memorando, resultaram na assinatura de um contrato para a exportação de etanol brasileiro para a Nigéria (PETROBRAS, 2007b; PETROBRAS, 2007c). No ano de 2007, um acordo para a importação de gás natural liquefeito foi firmado com a *Nigerian LNG* (PETROBRAS, 2007a). Conforme dados da Agência Nacional do Petróleo (2012), em 2009, o Brasil importou 75 milhões m³ de gás natural liquefeito da Nigéria; em 2010, esse número subiu para 869 milhões de m³.

A Eletrobras também deve desenvolver negócios na Nigéria através da construção de hidrelétricas no país. A iniciativa faz parte da estratégia de internacionalização da companhia, na esteira da criação da Superintendência de Operações no Exterior. Através da *holding*, a Eletrobras foi capacitada a estabelecer sociedades e consórcios para atuação externa (ELETROBRAS, 2008). Ainda em meados de 2012, um memorando de entendimento foi assinado após encontro entre o presidente da companhia, autoridades brasileiras e o presidente nigeriano Goodluck Jonathan, em visita ao país por ocasião da Conferência Rio+20. (OKAFOR, 2012; COM FOCO, 2012).

A expansão das relações econômicas entre o Brasil e a Nigéria teve apoio em organismos governamentais através de missões comerciais, negociações para financiamento de importações via BNDES e rodadas de negócios com o objetivo de expandir as exportações brasileiras e, ao menos, reduzir o déficit comercial, já reconhecido por diversas autoridades governamentais (FCCE, 2007), configurando a presença logística do Estado na expansão desse relacionamento. Em agosto de 2005, uma missão empresarial chefiada pelo MDIC visitou a Nigéria, reunindo diversas empresas públicas e privadas, além de federações e

associações (OLIVEIRA, 2005; BRASIL, 2010a). No primeiro semestre de 2009, a Nigéria foi um dos países visitados em uma missão comercial para a África Subsaariana. No país, os cerca de 80 empresários brasileiros participaram de reuniões com entidades públicas e privadas, além de uma rodada de negócios com mais de 250 empresários da Nigéria (GOVERNO, 2009). Em território brasileiro, alguns eventos também podem ser citados, como a participação do embaixador nigeriano na 20ª *International FEICON BATIMAT Construction EXPO*, em que foram aventadas possibilidades de negócios com a Andrade Gutierrez e a FIDENS. Entre outras empresas que mostraram interesse em atuar na Nigéria na área de engenharia e construção está a Queiroz Galvão. Em 2012, a empresa participou de reuniões com autoridades nigerianas em Abuja para discutir oportunidades de negócios (MOMOH, 2012; WILLIAMS, 2012). No ramo de pequenas e médias empresas, o setor de serviços têm atraído companhias brasileiras para a Nigéria (IPEA; BM, 2011). Oportunidades de cooperação entre o BNDES e o *Bank of Industry* (BOI) também estão sendo estudadas (OKOEDION, 2012).

4.2.2. Relações Político-Diplomáticas

As relações Brasil-Nigéria no campo político-diplomático foram marcadas por uma série de desenvolvimentos bilaterais e multilaterais. Decerto, as inúmeras visitas, acordos e reuniões parecem embasar a contínua percepção brasileira da Nigéria como um ator importante no continente africano – particularmente em seu papel na ECOWAS e na manutenção da paz no continente africano (BRASIL, 2005a) –, e em outros cenários externos, principalmente naqueles em que as possibilidades de cooperação com o Brasil são mais pronunciadas. De fato, essa é a imagem que transparece das declarações do presidente Lula:

O principal resultado da minha visita [em abril de 2005] deve ser a redescoberta da Nigéria pelo Brasil. Seu país ocupa, graças à vitalidade econômica e ao dinamismo de seu povo, lugar de destaque na África e no mundo. Essa posição se vê fortalecida pela consolidação do processo democrático no país. Reconhecemos o papel que o Presidente Obasanjo vem tendo nessa evolução histórica (SILVA, 2005, p. 98).

Ainda em janeiro de 2005, o chanceler Celso Amorim esteve na Nigéria para discutir o fortalecimento da cooperação na área da saúde e da agricultura, além de questões multilaterais, como assuntos concernentes ao G-20 comercial e à União Africana. No mês de abril do mesmo ano, o presidente Lula também visitou a Nigéria, ocasião em que foi firmado um protocolo de intenções sobre cooperação técnica na área de agricultura. A visita do

presidente Lula foi retribuída pelo presidente nigeriano à época, Olusegun Obasajo, em setembro de 2005, quando foram assinados novos documentos – entre eles um acordo sobre serviços aéreos, outro sobre combate à produção e ao tráfico de drogas, além de um memorando de entendimento que versou sobre energia e sobre a concessão de linhas de crédito para a Nigéria. Foram realizadas reuniões com diversos órgãos públicos e privados e aventadas maiores possibilidades de cooperação científica e tecnológica, a exemplo da produção de antiretrovirais. No ano seguinte, foi a vez do chanceler nigeriano, Oluyemi Adeniji visitar o Brasil e o presidente Lula voltou à Nigéria em 2006 para participar da Cúpula América do Sul-África.

Já durante a presidência de Umaru Yar’Adua, ele e o presidente Lula reuniram-se em Berlim, em junho de 2007, quando ambos estiveram presentes na Cúpula do G-8 (grupo dos sete países mais ricos do mundo e com a presença da Rússia). Em 2009, o então presidente nigeriano esteve no Brasil para encontro que resultou na assinatura de memorandos sobre energia e esportes, além de ajuste complementar na área de biotecnologia. Em setembro do mesmo ano, o chanceler Chief Ojo Maduekwe esteve no Brasil acompanhado de uma missão empresarial. Por ocasião da Rio+20, o atual presidente da Nigéria, Goodluck Jonathan esteve no Brasil em 2012, momento em que foram assinados documentos bilaterais, como o já referido memorando firmado com a Eletrobras.

A cooperação em segurança e defesa envolveu a manutenção de um adido militar brasileiro em Abuja e a assinatura de um acordo de defesa entre os dois países em 2010 (BRASIL, 2004b; BRASIL, 2010c). Esse acordo possui valor estratégico não apenas em si, mas também para o fortalecimento da cooperação no âmbito do Atlântico Sul, de forma geral, e da ZoPaCAS, mais especificamente. Historicamente percebido como um cenário de projeção de poder pelos países costeiros – particularmente da parte de Brasil, Argentina, Nigéria e África do Sul –, nos últimos anos, a relevância estratégica do Atlântico Sul voltou a ser um assunto de suma importância para os países da região, principalmente após a descoberta de maiores reservas de petróleo na região e com a possibilidade futura de exploração de outros recursos minerais e naturais. Ademais, tem-se a necessidade de coibir o exercício de atividades ilícitas na área – tais como pirataria e tráfico de drogas – e de prevenir conflitos, isso tudo como forma de assegurar a permanência do Atlântico Sul como rota comercial - inclusive de ligação com o Pacífico Sul, o Atlântico Norte e o Oceano Índico – e garantir o desenvolvimento de atividades econômicas. Outra questão importante é a contínua hegemonia de potências externas na região, marcadamente EUA e Grã-Bretanha, as quais possuem interesses próprios no Atlântico Sul. Essas são questões de interesse central para

Brasil e Nigéria, os quais têm no Atlântico Sul sua principal rota de comércio, assim como imensas reservas de hidrocarbonetos (ESCOTESGUY, 2011; PENHA, 2011; FIORI; PALUDA; VATER, 2012; PEREIRA; BARBOSA, 2012).

Para Fiori, Paludo e Vater (2012) esses interesses poderiam ser atendidos no âmbito da ZoPaCAS, que teve sua importância reconhecida pelos presidentes Obasanjo e Lula, quando da visita do último à Nigéria em 2005 e que foi revitalizada em 2007, após iniciativa angolana⁴⁹. Essa poderá ser uma forma de articular as necessidades de projeção naval e aérea da Nigéria no Atlântico Sul ao mesmo tempo em que auxilia o Brasil a reforçar sua posição na região via cooperação com os países africanos. Essa pode ser uma iniciativa importante a complementar os esforços não convencionais de projeção de poder utilizados pelo país, como a exploração conjunta de recursos minerais no Atlântico Sul, atividade inclusive já prevista com a Nigéria via assinatura do Acordo de Defesa de 2010 (UZUAKPUNDU, 2004; JINKINGS, 2010; FIORI; PALUDO; VATER, 2012; PEREIRA; BARBOSA, 2012). A revitalização da ZoPaCAS, inclusive, delineou perspectivas de maior coordenação entre organismos regionais cujos membros compõem a Zona, como a Organização dos Estados Americanos e a ECOWAS (ESCOTESGUY, 2011). Para Eugênio Almeida e Luís Bernardino (2013), a aproximação estratégica de longa duração entre a ZoPaCAS e a Comissão do Golfo da Guiné também é um fato importante a ser observado, diante das expectativas criadas pela aprovação da Declaração de Luanda (2012) pelos membros da CGG, que evoca a colaboração com a Zona com vistas a promover o desenvolvimento do Golfo da Guiné (CGG, 2012).

Outra iniciativa importante para o aprofundamento das interações entre o Brasil e a Nigéria, e também de caráter multilateral, foi a realização da I Cúpula América do Sul-África em Abuja, no final de 2006. A Cúpula tem como objetivo o incremento da cooperação entre América do Sul e África em diversas áreas, como agricultura, energia, esportes, ciência e tecnologia e combate à fome, além de estimular a cooperação em fóruns multilaterais como a OMC e a ONU (ASA, 2006; BRASIL, [2011a]). A ideia para o encontro surgiu ainda na visita do presidente Lula à Nigéria, em 2005, como sugestão feita pelo então presidente nigeriano, Olusegun Obasanjo. Da visita do presidente Lula, saiu o compromisso da realização de consultas no âmbito da União Africana e da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA, atual União de Nações Sul-Americanas, UNASUL), o que foi feito durante a I Reunião de Chefes de Estado da CASA, em Brasília (BRASIL, 2005a; BRASIL, 2005b).

⁴⁹ Na avaliação de Fiori, Paludo e Vater (2012), iniciativas que estimulem a cooperação entre os países do Atlântico Sul são essenciais para melhorar o posicionamento desses países na região. Contudo, algumas dificuldades ainda se fazem presentes, como a disponibilidade limitada de recursos para a área de segurança no presente.

Durante a I Cúpula, foram aprovadas a Declaração de Abuja, o Plano de Ação de Abuja e a Resolução que estabelece o Fórum de Cooperação América do Sul-África (ASACOF), sob coordenação do Brasil, na América do Sul, e da Nigéria, no continente africano. O segundo encontro da Cúpula teve lugar em Isla Margarita na Venezuela; a III Cúpula estava programada para maio de 2012, em Malabo, na Guiné Equatorial, mas teve de ser adiada⁵⁰. Uma série de mecanismos foi estabelecida para facilitar a cooperação entre os dois blocos de países, entre eles a criação de oito grupos de trabalho cuja presidência é compartilhada por um país sul-americano e uma nação africana. Brasil e Nigéria dividem a presidência do Grupo de Infraestrutura, Transporte e Energia. O plano de Ação do grupo prevê iniciativas em transporte marítimo e aéreo, construção de estradas e desenvolvimento da mineração, biocombustíveis, energia eólica e geração de eletricidade em áreas remotas (ASA, 2009). Apesar das boas intenções, a ASA continua limitada em suas ações, mas as perspectivas futuras parecem ser promissoras pelo contínuo ímpeto dos países de se reunirem.

Em julho de 2010, Cabo Verde sediou a I Cúpula Brasil-ECOWAS, uma iniciativa para incrementar os vínculos entre os membros do bloco e o Brasil. Discursando na qualidade de presidente em exercício da ECOWAS, o presidente Goodluck Jonathan elogiou a iniciativa brasileira ao reconhecê-la como um exercício de aprofundamento da Cooperação Sul-Sul e como um complemento aos demais encontros destinados a incrementar a cooperação entre a América do Sul e a África (NIGERIA, 2010). As negociações entre os países presentes na cúpula decidiram fortalecer a cooperação nas áreas de segurança, comércio e investimento, intercâmbio cultural e reforço das capacidades e infraestrutura, energia e transportes. Além disso, ficou acordada a criação de um diálogo estratégico entre as partes, assim como a realização de estudos para implementação de fundos comuns e o compromisso de manter os vínculos firmados durante esse primeiro encontro (BRASIL, 2010d).

Brasil e Nigéria também esboçam interesses convergentes quanto à necessidade de aumentar a representatividade dos países em desenvolvimento nas grandes foros decisórios internacionais. Nesse sentido, uma preocupação que emerge nos encontros entre autoridades dos dois países é a reforma das Nações Unidas, particularmente do Conselho de Segurança. Quando da passagem do presidente Lula pela Nigéria em 2005, o assunto foi trazido à tona no discurso do presidente e no comunicado conjunto emitido na ocasião:

⁵⁰ A previsão inicial era de que a III Cúpula fosse realizada na Líbia, ainda em 2011. No entanto, a instabilidade política naquele país, com a derrubada de Muanmar Gadaffi impossibilitou a organização do evento.

Brasil e Nigéria estão empenhados na reforma das Nações Unidas. Queremos tornar o Conselho de Segurança mais democrático, representativo e legítimo, com a inclusão de países em desenvolvimento como membros permanentes [...] Seguiremos defendendo firmemente a presença da África em um Conselho de Segurança reformado (SILVA, 2005, p.99)

Durante a visita do presidente Obasanjo ao Brasil, os dois líderes expressaram o desejo do estabelecimento de um consenso entre os projetos da União Africana, via Consenso de Ezulwini, e as propostas do G-4, grupo integrado por Brasil, Índia, Alemanha e Japão (MRE, 2005b; MRE, 2009)⁵¹. O fato de integrarem formalmente grupos diferentes não impediu as contínuas manifestações de apoio por uma configuração renovada do Conselho de Segurança com a participação de Brasil e Nigéria. Segundo Amorim (2010),

O Brasil está completamente engajado na iniciativa do G-4, que nós acreditamos ter ganhado *momentum* na 65^a Assembleia Geral e que vai se beneficiar da presença de três dos seus quatro membros no Conselho de Segurança em 2011. O fato de a África do Sul, que não pertence formalmente ao G-4, mas compartilha boa parte de suas ideias, integrar o Conselho vai reforçar esse *momentum*. Na verdade, é possível inclusive dizer que, considerando que outro importante país africano, i.e., a Nigéria, assim como o Brasil, vai continuar sendo um membro, a composição do CSONU 2011 vai se assemelhar muito à configuração que um Conselho expandido deveria ter (AMORIM, 2010, p. 222, tradução nossa)⁵².

As posições de Nigéria e Brasil na OMC também esboçam interesses comuns, através da participação nigeriana no G-20, que tem se mostrado um ator de peso na Rodada Doha da organização. Os membros do grupo constituem coalizão de países em desenvolvimento formada para reivindicar modalidades mais justas no comércio internacional via redução dos subsídios agrícolas e melhores condições de acesso a mercados (BRASIL, [2010e]). A plataforma do grupo tem sido assunto recorrente nos encontros presidenciais, em que não apenas os desenvolvimentos na área são apontados, mas as posições de ambos os países são enaltecidas por ambas as partes (BRASIL, 2005a; BRASIL, 2005b; BRASIL, 2009a).

⁵¹ Como referido anteriormente, o consenso estabelecido pela União Africana tem como reivindicação a inclusão de dois países africanos como membros permanentes com poder de veto e mais dois assentos não permanentes para países africanos. Já o G-4 reivindica a inclusão de seus membros em assentos permanentes e de mais dois países africanos. Recentemente, o grupo teria abandonado a ideia de inclusão de outros membros não-permanentes (ETH, 2010).

⁵² Do original: *Brazil is fully engaged in the G-4 initiative, which we believe gained momentum at the 65th General Assembly and will benefit from the presence of three out of four of its members in the Security Council in 2011. The fact that South Africa, which does not formally belong to the G-4, but shares most of its ideas, will integrate the Council will reinforce this momentum. Actually, one might even say that, taking into account that another important African country, i.e. Nigeria, as well as Brazil, will continue to be a member, the composition of the 2011UNSC will resemble very much to what an expanded Council should look like* (AMORIM, 2010, p. 222).

4.3.2. Cooperação para o desenvolvimento

A dimensão da solidariedade da política africana do Brasil atuou também na Nigéria desde 2003. Sob a gestão da Agência Brasileira para a Cooperação, foram encaminhados sete projetos e atividades isoladas com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento sócio-econômico da Nigéria. Em 2005, uma parceria com a EMBRAPA permitiu que uma missão técnica apresentasse propostas para o agroprocessamento de mandioca e o desenvolvimento do cultivo de frutas tropicais. Essa atividade esteve na origem do projeto de Produção e Processamento de Mandioca, iniciado em 2008. O projeto envolve a capacitação de técnicos nigerianos em técnicas de controle de pragas e melhoramento genético, entre outras atividades. Outros resultados da missão técnica foram a implementação de um projeto semelhante para o cultivo de frutas tropicais e uma atividade isolada para transporte de material laboratorial. No domínio da saúde, duas atividades foram organizadas entre 2006 e 2007, ambas para o desenvolvimento de medicamentos antirretrovirais. No tocante à defesa, o ano de 2011 marcou o início de uma série de capacitações para militares nigerianos em parceria com a ABC e o Exército Brasileiro (ABC, 2013b).

A Nigéria também demonstrou interesse em conhecer e replicar os modelos de políticas sociais desenvolvidos no Brasil. Entre os programas de maior interesse estão o Bolsa Família e os Restaurantes Populares. Em 2012, representantes nigerianos estiveram no Brasil para o IV Seminário Internacional Políticas Sociais para o Desenvolvimento, sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (XIMENES, 2009; PAÍSES, 2012). Outra ação importante no âmbito da solidariedade Sul-Sul praticada pelo Brasil com a Nigéria foi o perdão de mais de 67% dos cerca de US\$162 milhões em dívida externa acumulada desde 1984 após acordo entre as partes no final de 2005 (BRASIL, 2007). A Nigéria também é um dos países participantes dos convênios PEC-G e PEC-PG (STUDY, [2013]; CAPES, 2013).

Os laços culturais entre os dois países também foram reforçados depois de 2003. O Brasil possui dois leitorados na Nigéria, na Universidade do Estado de Lagos e na Universidade Obafemi Awolowo (BRASIL, [2003-2013]). O estreitamento dos vínculos culturais entre os dois países foi discutido em reunião ministerial em agosto de 2008, em que foram declaradas intenções de dar maior visibilidade aos projetos culturais desenvolvidos em cada lado do Atlântico; dias mais tarde, registrou-se a entrada em funcionamento da Casa da Nigéria, em Salvador. Em 2010, em Abuja, foi assinado o Memorando de Entendimento sobre Cooperação nas Áreas de Direitos Culturais, Combate à Discriminação, Promoção da Igualdade Racial e Atividades Correlatas (BRASIL, 2010b).

* * *

No final de fevereiro de 2013, a Presidente Dilma Rousseff esteve na Nigéria para encontro com o presidente Goodluck Jonathan. Ainda que essa visita fuja do marco temporal estabelecido nesse trabalho, ela foi importante pela assinatura do Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Diálogo Estratégico, um compromisso político que busca fortalecer a cooperação de alto nível entre as partes em ciência e tecnologia, comércio e investimentos e interações político-diplomáticas, assim como reforça a iniciativa da ASA e busca de posições comuns em fóruns multilaterais, como a ONU (BRASIL, 2013e). Nesse primeiro semestre de 2013, as relações Brasil-Nigéria têm se mostrado continuamente férteis, com o fortalecimento da cooperação em educação, saúde, comércio e investimentos, o planejamento de missões empresariais e a realização da III Cúpula América do Sul-África, indicando a prosperidade da iniciativa conjunta. Tudo isso aponta para o contínuo reconhecimento da Nigéria como um ator importante para a política externa brasileira em sua busca por mais projeção internacional e no sustento do Estado logístico. Nas palavras de Dilma Rousseff (2013),

[...]além de ser importante porque os nossos dois países são países importantes nas nossas respectivas regiões e nesse mundo multipolar, há o estreitamento das relações entre o Brasil e a Nigéria. Sem sombra de dúvida, vai significar um aumento da nossa posição internacional. Por isso, instituímos hoje o mecanismo do diálogo estratégico Brasil-Nigéria, e se destina a incrementar tanto o comércio bilateral quanto estimular parcerias tecnológicas, científicas, e fortalecer nossos parques industriais e produtivos. Mas eu insisto, sobretudo, significa reafirmar a importância de duas regiões do mundo, África e América Latina, na construção de um mundo multipolar (ROUSSEFF, 2013)

Assim, é possível afirmar que a Nigéria é sim um ator estratégico para o Brasil, não apenas em sua redescoberta da África, mas também em outros cenários em que o Brasil busca projetar seu poder internacionalmente. As relações brasileiras com esse país respondem por uma parte considerável do renovado ímpeto da política africana do Brasil, particularmente em suas implicações para os fluxos de comércio com o continente africano e para a internacionalização das empresas nacionais. As interações político-diplomáticas também são prósperas e possuem repercussões em diversos mecanismos, a exemplo da ZoPaCAS, que busca assegurar a soberania dos países costeiros no Atlântico Sul. A Nigéria também é um dos atores visados pelo discurso brasileiro para remodelar as instituições multilaterais globais, dando consistência à estratégia brasileira de Cooperação Sul-Sul. Ainda assim, se esse relacionamento vai ser consolidado em uma parceria estratégica formal é ainda incerto, mas

os elementos para tanto parecem existir, principalmente se Antônio Carlos Lessa estiver correto em afirmar que as parcerias estratégicas do Brasil no período “[...] podem estar associadas a visões compartilhadas de mundo e resultados expressivos para a estratégia de desenvolvimento nacional, reforçando a capacidade de ação internacional autônoma”(LESSA, 2010, p. 129).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os anos 1960 e 1970, a Nigéria buscou construir sua liderança na África Ocidental e no continente africano como um todo, além de buscar uma postura mais assertiva em organismos multilaterais como as Nações Unidas. Nessa busca por liderança, o país obteve considerável sucesso com o apoio dos recursos econômicos e da capacidade de influência proporcionados pelo *boom* do petróleo. A esses fatores, devem ser também adicionados seus atributos militares e o tamanho de sua população. Após um período em que sua reputação internacional se viu prejudicada pelas dificuldades econômicas e sucessivos regimes militares, principalmente durante o Governo Abacha, a Nigéria parece voltar a se destacar no cenário internacional. Parte disso deriva de desenvolvimentos econômicos internos, como taxas de crescimento sustentadas e um melhor desempenho macroeconômico, além de uma aparente estabilidade institucional com transições democráticas bem sucedidas. É importante considerar também seu contínuo posicionamento assertivo na ECOWAS e no continente africano, particularmente através da UA e do NEPAD, posições essas que impactam seu posicionamento no sistema internacional como um todo. A Nigéria também voltou a ser um ator importante diante do caráter estratégico que o continente africano voltou a ter para o mundo, principalmente por ser uma fonte de recursos econômicos importantes para o desenvolvimento da economia mundial. Todos esses fatores levaram ao seu reconhecimento como um ator importante no cenário internacional, além de se constituírem em atrativos tanto para os países desenvolvidos, quanto para os países em desenvolvimento no estabelecimento de parcerias bilaterais e multilaterais.

Como a análise das relações Brasil-Nigéria pretendeu mostrar, o Brasil sempre acordou importância central para a Nigéria em suas estratégias de inserção no continente africano, mantendo com esse país vínculos estreitos de caráter econômico, político e de cooperação para o desenvolvimento – este último em período recente. Desde os anos 1960, quando teve início a política africana do Brasil, o país reconheceu as capacidades nigerianas, inicialmente em termos das potencialidades econômicas de um relacionamento mais próximo com a Nigéria diante do tamanho de seu mercado consumidor e do potencial fornecimento de petróleo. Posteriormente, foram desenvolvidos os componentes políticos dessas relações, a partir de reivindicações comuns, entre as quais a luta contra o *Apartheid* e o fim do colonialismo português na África, além de iniciativas conjuntas, como o esforço de consolidação do Atlântico Sul como uma zona de paz. Diante das necessidades do Estado desenvolvimentista de estimular o crescimento econômico e de buscar maior autonomia

decisória para o Brasil no sistema internacional, a Nigéria despontou como o parceiro ideal no continente africano, sendo considerada o interlocutor mais importante do Brasil na África.

Já na década de 1990, verifica-se um afastamento relativo entre o Brasil e a Nigéria. Do lado brasileiro, esse movimento parece ser condizente com a retração da política africana desenvolvida nas décadas anteriores, motivada por restrições econômicas e pela mudança nas prioridades de política externa do país diante do modelo neoliberal de desenvolvimento empreendido pelo Estado normal. Do lado nigeriano, as dificuldades econômicas e políticas enfrentadas durante os anos 1980 e 1990 resultaram em uma diminuição de sua capacidade de atuação internacional. Politicamente, o período do Governo Abacha (1993-1998), alvo de críticas e sanções internacionais contribuiu para diminuir a intensidade dos laços entre o país africano e o Brasil. Não obstante, a Nigéria esteve entre os países africanos incluídos no critério de seletividade utilizado pelos sucessivos governos brasileiros entre 1990 e 2002 para definir a presença brasileira na África. O estágio atual da produção literária no Brasil leva a crer que essa escolha da Nigéria para compor um dos nichos prioritários aproveitados pelo Brasil no continente africano esteve muito ligada às possibilidades comerciais que o relacionamento representava, principalmente com o início das atividades de prospecção da Petrobras no Delta do Níger. Isso não impediu, contudo, que os diplomatas diretamente envolvidos com a atuação brasileira na África continuassem identificando a Nigéria como um ator importante naquele continente. Essa é a ideia que transparece das considerações de José Pimentel (2000) acerca das capacidades nigerianas e de sua influência no cenário regional e continental.

Durante os Governos Lula e começo do Governo Dilma Rousseff, a África ocupou papel prioritário para o cumprimento dos objetivos delineados pela política externa brasileira. Nesse cenário, a Nigéria aparece como um ator importante tomado em sua importância individual e como protagonista no cenário africano e no mundo em desenvolvimento. Nos últimos anos, as relações econômicas entre os dois países continuaram a prosperar, com a corrente de comércio superando os US\$ 9 bilhões e garantindo à Nigéria a posição de maior parceiro comercial brasileiro na África. Sob os imperativos do Estado logístico, o Brasil impulsionou a internacionalização de sua economia em território nigeriano, inclusive delineando novas oportunidades de negócios para grandes empresas, como FIDENS e Andrade Gutierrez. Ademais, o Brasil encontrou na Nigéria um parceiro que também reivindica mudanças em diversos organismos internacionais com o intuito de fortalecer a construção de uma ordem multipolar, objetivo visado pelos dois países.

De fato, as características do relacionamento recente apontam para a consolidação de uma parceria estratégica, principalmente quando essa é analisada em função de percepções comuns que embasam a inserção internacional dos Estados e no desenvolvimento de iniciativas em uma multiplicidade de cenários bilaterais e multilaterais, como a Cúpula América do Sul-África, a Cúpula Brasil-ECOWAS, a ZoPaCAS, e interações no âmbito da Organização Mundial do Comércio e das Nações Unidas. Contudo, as dinâmicas da atual inserção brasileira na África não permitem afirmar que a Nigéria desponta como o principal parceiro do Brasil na África, como ficou evidente no período 1961-1989. Como a própria análise de Pio Penna Filho demonstra, a Nigéria seria um dos atores estratégicos visados pelo Brasil no continente africano. Atualmente, Angola e África do Sul também são interlocutores de peso para o Brasil, que com eles também desenvolve ações de impacto internacional, como o IBAS, os BRICS e a CPLP.

O estado atual das relações Brasil-Nigéria permite levantar alguns questionamentos e reflexões analíticas acerca das possibilidades futuras de interação. Não obstante, diante do escopo desse estudo, optou-se aqui apenas por incentivar o debate acadêmico acerca desses tópicos, particularmente pelos reflexos positivos que estudos posteriores possam ter para a compreensão das interações entre o Brasil e a Nigéria e da presença brasileira na África como um todo. Nesse sentido, alguns questionamentos devem ser feitos acerca do impacto que os vínculos desenvolvidos entre o Brasil e outros países africanos – principalmente África do Sul e Angola – possam ter sobre as relações brasileiras sobre a Nigéria e, mais ainda, sobre o projeto mesmo de liderança nigeriana na África. Além de África do Sul, em maior medida, e Angola, em menor medida, outros países africanos têm buscado consolidar sua posição no continente, como é o caso da Argélia. As interações entre os dois países (Brasil e Nigéria) no âmbito do Atlântico Sul também devem ser objeto de análise mais profunda para que seja possível avaliar o potencial da cooperação entre eles, principalmente no que diz respeito à possibilidade de contenção da posição hegemônica de EUA e Grã-Bretanha na região.

De qualquer forma, como demonstram os acordos e encontros realizados no começo de 2013, ainda existe espaço para o incremento das relações entre os dois países, o que fortalece a ideia de contínua presença da Nigéria entre os principais parceiros do Brasil no continente africano. Decerto, a vontade política esboçada pelo governo brasileiro em fortalecer esses vínculos permite afirmar que a Nigéria foi e continua sendo uma das peças mais importantes para a inserção brasileira na África. Nesse sentido, ainda que as relações econômicas sejam um componente importante das interações entre os dois países, esse relacionamento também exhibe características político-diplomáticas importantes, a partir do

reconhecimento brasileiro da capacidade de influência nigeriana em diversos assuntos africanos e como um dos expoentes do continente no sistema internacional. Esse reconhecimento serviu no passado e continua servindo até hoje para fortalecer a presença do Brasil na África como um todo.

REFERÊNCIAS

ADEBAJO, Adekeye. Hegemony on a shoestring: Nigeria's post-Cold War Foreign Policy. In: ADEBAJO, Adekeye; MUSTAPHA, Abdul R (Org.). **Gulliver's Troubles: Nigeria's Foreign Policy after the Cold War**. South Africa: University of KwaZulu-Natal Press, 2008. Cap. 1, p.1 – 37.

ADENIJI, Abolade. Power and representation at the United Nations: a critique of Nigeria's bid for permanent seat in the Security Council. **India Quarterly**, v. 61, n. 2, p. 1-12, abr-jun 2005.

ÁFRICA é destino estratégico para investimentos brasileiros, diz BNDES. **Portal Brasil**, 17 nov 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/11/16/africa-e-destino-estrategico-para-investimentos-brasileiros-diz-bndes>>. Acesso em: 5 de maio de 2013.

AFRICAN UNION (AU). **Decisions, declarations and resolutions**. In.: ASSEMBLY OF THE AFRICAN UNION, 2005. Syrte, Lybia, 4-5 jul 2005. Disponível em:<http://www.au.int/en/sites/default/files/ASSEMBLY_EN_4_5_JULY_2005_AUC_FIFFI_ORDINARY_SESSION_DECISIONS_DECLARATIONS_%20AND_RESOLUTIRE.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2013.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). **A cooperação técnica do Brasil para a África**. Brasília: MRE, 2010.

_____. **Conceito**. [2013a]. Disponível:<<http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Conceito>>. Acesso: 4 de maio de 2013.

_____. **Pesquisa de projetos: Nigéria**. 2013b. Disponível em:<<http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa?intIdTipCooperacao=1&intIdRegiaoGeografici=1&intIdPais=237>>. Acesso em: 23 de maio de 2013.

AGENDA: III Cúpula América do Sul-África. **Blog do Planalto**. 22 fev. 2013. Disponível em:<<http://blog.planalto.gov.br/agenda-iii-cupula-america-do-sul-africa/>>. Acesso em: 1º de junho de 2013.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BICOMBUSTÍVEIS (ANP). **Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2001**. Rio de Janeiro: ANP, 2001.

_____. **Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2002**. Rio de Janeiro: ANP, 2002.

_____. **Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2003**. Rio de Janeiro: ANP, 2003.

_____. **Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2006**. Rio de Janeiro: ANP, 2006.

_____. **Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2012**. Rio de Janeiro: ANP, 2012.

AJETUNRNOBI, R.O.; OSUNKOYA, O.A.; OMOTERE, T.F. Impact of President Olusegun Obasanjo's Personality on Nigerian Foreign Policy, 1999-2007. **Pakistan Journal of Social Sciences**, [S.l.], v.8, n.6, p.308-315, 2011.

ALAO, Abiodun. Nigeria and the BRICS: diplomatic, trade, cultural and military relations. **South African Institute of International Affairs**, occasional paper no 101, nov. 2011.

ALMEIDA, Eugénio; BERNARDINO, Manuel. A Comissão do Golfo da Guiné e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Organização interzonais para a perseguição da segurança marítima na Bacia Meridional Atlântica. **Revista Militar**, n. 2532, p. 43-61, jan 2013.

AMORIM, Celso. Brazilian Foreign Policy under President Lula (2003-2010): an overview. **RBPI**, v. 53, n. especial, p. 214-240, 2010.

ASHIRU, Olugbenga. **Address by Ambassador Olugbenga A. Ashiru, MFR Honourable Minister of Foreign Affairs at the ministerial platform marking the first anniversary of President Goodluck Ebele Jonathan's administration**. 2012. Disponível em:<<http://fmi.gov.ng/wp-content/uploads/2011/10/MINISTRY-OF-FOREIGN-AFFAIRS-Presentation-and-Speech.pdf>>. Acesso em: 3 de maio de 2013.

AZIAKOU, Gerard. Brasil busca parceria estratégica com a África. **AFP**. São Paulo. 16 nov. 2011. Disponível em: <http://www.google.com/hostednews/afp/article/ALeqM5hiktg_U0_rakY1ki5hrvSyHPNhw?docId=CNG.f2abf2313a9e7a1ada01758814f071ac.a1>. Acesso em: 3 de maio de 2013.

BAHIA. Governo da Bahia/Secretaria de Comunicação Social. **Inauguração da casa da Nigéria**. 2008. Disponível em:<<http://www.comunicacao.ba.gov.br/informes/2008/08/28/inauguracao-da-casa-da-nigeria>>. Acesso em: 15 de maio de 2013.

BNDES. **Atuação internacional**. [2012]. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/internacional.html>. Acesso em: 5 de maio de 2013.

BNDES CONCEDERÁ crédito de US\$ 2 bilhões para Angola, diz governo. **G1**. 27 abril 2012. Disponível em:< <http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/04/bndes-concedera-credito-de-us-2-bilhoes-para-angola-diz-governo.html>>. Acesso em: 5 de maio de 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Estatísticas de comércio exterior: África (exclusive Oriente Médio)**. DEPLA, 2013a.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Estatísticas de comércio exterior: Nigéria**. DEPLA, 2013b.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/AliceWeb. **Importação país 528-Nigéria 1990-2012**. 2013c. Disponível em:<www.aliceweb2.mdic.gov.br>. Acesso em: 5 de maio de 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Missões empresariais**. [2013d]. Disponível em:<http://www.desenvolvimento.gov.br/sistemas_web/missoes/>. Acesso em: 5 de maio de 2013.

_____. Ministério de Relações Exteriores. **Acordo sobre cooperação cultural entre a República Federativa do Brasil e a República Federativa da Nigéria.** 1972a. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1972/b_112>. Acesso em: 25 de abril de 2013.

_____. Ministério de Relações Exteriores. **Acordo comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Militar Federal da República Federal da Nigéria.** 1972b. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1972/b_113/>. Acesso em: 25 de abril de 2013.

_____. Ministério de Relações Exteriores. **Declaração conjunta Brasil-Nigéria.** 1972c. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1972/b_114/>. Acesso em: 25 de abril de 2013.

_____. Ministério de Relações Exteriores. **Declaração conjunta Brasil-Nigéria.** 1974. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1974/b_2/>. Acesso em: 25 de abril de 2013.

_____. Ministério de Relações Exteriores. **Declaração conjunta dos ministros das relações exteriores da República Federativa do Brasil e da República Federal da Nigéria.** 1977. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1977/b_37/>. Acesso em: 25 de abril de 2013.

_____. Ministério de Relações Exteriores. **Protocolo adicional ao acordo sobre cooperação cultural de 19 de novembro de 1972 entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo Militar Federal da República Federal da Nigéria.** 1979a. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1979/b_2/>. Acesso em: 25 de abril de 2013.

_____. Ministério de Relações Exteriores. **Acordo, por troca de notas, sobre rádio e televisão.** 1979b. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1974/b_2/>. Acesso em: 25 de abril de 2013.

_____. Ministério de Relações Exteriores. **Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Militar Federal da República Federal da Nigéria sobre serviços aéreos entre seus respectivos territórios e além.** 1979c. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1979/b_3/>. Acesso em: 25 de abril de 2013.

_____. Ministério de Relações Exteriores. **Acordo de cooperação econômica, científica e técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Militar Federal da República Federal da Nigéria.** 1979d. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1979/b_4>. Acesso em: 25 de abril de 2013.

_____. Ministério de Relações Exteriores. **Acordo sobre a criação de uma comissão mista de coordenação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Militar Federal da República Federal da Nigéria.** 1979e. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1979/b_5/>. Acesso em: 25 de abril de 2013.

_____. Ministério de Relações Exteriores. **Acordo de amizade, cooperação e comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Militar Federal da**

República Federal da Nigéria . 1979f. Disponível em:< http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1979/b_6>. Acesso em: 25 de abril de 2013.

_____. Ministério de Relações Exteriores. **Comunicado conjunto**. 1979g. Disponível em:< http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1979/b_7>. Acesso em: 25 de abril de 2013.

_____. Ministério de Relações Exteriores. **Comunicado conjunto Brasil-Nigéria**. 1981. Disponível em:<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1981/b_46>. Acesso em: 25 de abril de 2013.

_____. Ministério de Relações Exteriores. **Comunicado conjunto**. 1983a. Disponível em:< http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1983/b_56>. Acesso em: 25 de abril de 2013.

_____. Ministério de Relações Exteriores. **Protocolo sobre agricultura**. 1983b. Disponível em:< http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1983/b_57>. Acesso em: 25 de abril de 2013.

_____. Ministério de Relações Exteriores. **Comunicado conjunto**. 1988. Disponível em:< http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1988/b_102>. Acesso em: 25 de abril de 2013.

_____. Ministério de Relações Exteriores. **Resenha de política exterior do Brasil número 75**. Brasília: MRE, 1994.

_____. Ministério de Relações Exteriores. **Acordo de cooperação cultural e educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria**. 2000. Disponível em:<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2000/b_77>. Acesso em: 25 de abril de 2013.

_____. Ministério de Relações Exteriores. **Memorandum de entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria relativo a consultas sobre assuntos de interesse comum**. 2001. Disponível em:< http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2000/b_79>. Acesso em: 25 de abril de 2013.

_____. Ministério de Relações Exteriores. **Rede de leitores**. [2003-2013]. Disponível em:< <http://bricspolicycenter.org/homolog/arquivos/graficospdf.pdf>>. Acesso em: 25 de maio de 2013.

_____. Ministério de Relações Exteriores. **Protocolo de intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria sobre cooperação técnica na área de saúde**. 2004a. Disponível em:< http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2004/b_16>. Acesso em: 25 de abril de 2013.

_____. Presidência da República/Casa Civil. Decreto n. 5.294, de 1º dez 2004. **Fixa a lotação dos Adidos, Adjuntos, e Auxiliares de Adidos Militares junto às representações diplomáticas no exterior e dá outras providências**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5294.htm>. Acesso em: 27 de maio de 2013.

_____. Ministério de Relações Exteriores. **Resenha de política exterior do Brasil, número 96.** Brasília: MRE, 2005a.

_____. Ministério de Relações Exteriores. **Resenha de política exterior do Brasil, número 97.** Brasília: MRE, 2005b.

_____. Ministério de Relações Exteriores. **Protocolo de intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria sobre cooperação técnica na área de agricultura.** 2005c. Disponível em:< http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b_65>. Acesso em: 25 de abril de 2013.

_____. Ministério de Relações Exteriores. **Resenha de política exterior do Brasil, número 98.** Brasília: MRE, 2006.

_____. Ministério de Relações Exteriores. **Resenha de política exterior do Brasil, número 105.** Brasília: MRE, 2009a.

_____. Ministério de Relações Exteriores. **Memorando de entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria sobre cooperação esportiva.** 2009b. Disponível em:<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b_6396>. Acesso em: 25 de abril de 2013.

_____. Ministério de Relações Exteriores. **Memorando de entendimento em matéria de cooperação na área de energia entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Nigéria sobre cooperação esportiva.** 2009c. Disponível em:<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b_6397>. Acesso em: 25 de abril de 2013.

_____. Ministério de Relações Exteriores. **Ajuste complementar ao acordo de cooperação econômica, técnica e científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria na área de biotecnologia.** 2009d. Disponível em:<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b_6398>. Acesso em: 25 de abril de 2013.

_____. Brasil. Ministério de Relações Exteriores. **Nigéria.** Brasília: MRE, 2010a.

_____. Ministério de Relações Exteriores. **Memorando de entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria sobre cooperação nas áreas de direitos culturais, combate à discriminação, promoção da igualdade racial e atividades correlatas.** 2010b. Disponível em:< <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/memorando-de-entendimento-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-federal-da-nigeria-sobre-cooperacao-nas-areas-de-direitos-culturais-combate-a-discriminacao-promocao-da-igualdade-racial-e-atvidades-correlatas>>. Acesso em: 25 de abril de 2013.

_____. Ministério de Relações Exteriores. **Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria sobre cooperação no domínio da defesa.** 2010c. Disponível em:<<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/acordo-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-federal-da-nigeria-sobre-cooperacao-no-dominio-da-defesa>>. Acesso em: 25 de abril de 2013.

_____. Ministério de Relações Exteriores. **Resenha de política exterior do Brasil, número 107**. Brasília: MRE, 2010d.

_____. **G-20 comercial**. [2010e]. Disponível em:<
http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-multilaterais/copy_of_desenvolvimento-comercio-e-financas/organizacao-mundial-do-comercio/g-20-comercial>. Acesso em: 20 de abril de 2013.

_____. Ministério de Relações Exteriores. África: Cúpula América do Sul-África. In.: BRASIL. Ministério de Relações Exteriores. **Balanco de política externa 2003/2010**. Brasília: MRE, [2011a].

_____. Ministério de Relações Exteriores. Relações com a África: comércio e investimentos. In.: BRASIL. Ministério de Relações Exteriores. **Balanco de política externa 2003/2010**. Brasília: MRE, [2011b].

_____. Ministério de Relações Exteriores. Temas multilaterais: operações de paz. In.: BRASIL. Ministério de Relações Exteriores. **Balanco de política externa 2003/2010**. Brasília: MRE, [2011c].

_____. Ministério de Relações Exteriores. **Visitas internacionais do Presidente Lula e visitas ao Brasil de Chefes de Estado e Chefes de Governo (2003-2010)**. Brasília: MRE, 2011d.

_____. Ministério de Relações Exteriores. **Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria para o estabelecimento de mecanismo de diálogo estratégico** 2013e. Disponível em:<<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2013/memorando-de-entendimento-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-federal-da-nigeria-para-o-estabelecimento-de-mecanismo-de-dialogo-estrategico>>. Acesso em: 25 de maio de 2013.

_____. Presidência da República. **Objetivos de desenvolvimento do milênio: relatório nacional de acompanhamento**. Brasília: Ipea/SPI/MP, 2007.

BRITISH PETROLEUM (BP). **BP statistical review of world energy**. London: BP, 2012.

CALLAGHY, Thomas. Africa and the world political economy. In.: HARBESON, John; ROTHCHILD, Donald (Eds.). **Africa in world politics: reforming political order**. Philadelphia: Westview Press, 2009, cap. 3, p. 39-71.

CARVALHO, Diego. A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul: gênese e encontros. **Observatório da África**, 29 jan 2013. Disponível em:<
<http://observatoriodafrica.wordpress.com/2013/01/29/a-zona-de-paz-e-cooperacao-no-atlantico-sul-genese-e-encontros/>>. Acesso em: 27 de maio de 2013.

CERVO, Amado. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: UnB, 2011.

CHAZAN, Naomi; *et al.* **Politics and society in contemporary Africa**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1992.

CHEFES de Estado projectam Golfo da Guiné como zona de paz – ministro da Defesa. **Agência Angola Press**, 3 mai 2013. Disponível em:

<http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/politica/2013/4/18/Chefes-Estado-projectam-Golfo-Guine-como-zona-paz-ministro-Defesa,abb45a68-d53e-43dd-bee0-39634622d3aa.html>. Acesso em: 25 de maio de 2013.

CHEVRON and Shell resign deep offshore block in Nigeria. **Alexander's gas and oil connections**. 20 mar 2006. Disponível

em:<<http://www.gasandoil.com/news/2006/04/cna61422>>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

COM FOCO na América Latina e na África. **Assessoria de Comunicação da Eletrobras**. 21 jun 2012. Disponível em:< <http://www.eletrobras.gov.br/ELB/main.asp?View={EB7EA1A1-360E-40FA-9360-742E53C8C220}&BrowserType=IE&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D%7B4DDDCEAC-0269-4C24-9759-1697B3978C35%7D%3B&UIPartUID=%7B9E178D3B-9E55-414B-A540-EB790C1DF788%7D>>. Acesso em: 15 de maio de 2012.

COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ (CGG). **Luanda Declaration on peace and security in the gulf of guinea region**. 2012. Disponível em:<<http://www.psgg.info/wp-content/uploads/2012/11/LuandaDeclaration-ENFINAL.pdf>>. Acesso em: 25 de maio de 2013.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Programa de estudantes convênio de pós-graduação (PEC-PG)**. 2013.

Disponível em:<<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/pec-pg>>. Acesso em: 28 de maio de 2013.

CÚPULA AMÉRICA DO SUL-ÁFRICA (ASA). **Abuja Declaration**. 2006. Disponível em:<<http://www.issafrica.org/uploads/AFRISOUTDECL.PDF>>. Acesso em: 25 de maio de 2013.

_____. **First meeting of the working group on energy, infrastructure and transport (including mining) of Africa– South America Summit – ASA: action plan**. 2009.

Disponível em:< http://asasummit.itamaraty.gov.br/grupos-de-trabalho/energia-infra-estrutura-e-transportes/action-plan/at_download/file>. Acesso em: 23 de maio de 2013.

DICKSON, Monday. Citizen Diplomacy in President Umaru Musa Yar'Adua's Nigeria, 2007-2009: An Assessment. **International Journal of Politics and Good Governance**. [S.l.], v.1, n.13, 2010.

ELETROBRAS. **Energia em Ações: informativo financeiro da Eletrobrás – 3º trimestre de 2008**. Rio de Janeiro: Eletrobrás, 2008.

ESCOTESGUY, Pedro. **A nova arquitetura africana de paz e segurança: implicações para o multilateralismo e para as relações do Brasil com a África**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

ETH. UN Security Council reform: a gordian knot?. **CSS analysis in security policy**, n. 72, abr 2010.

FALOLA, Toyin; HEATON, Matthew M.A **History of Nigeria**. London: Cambridge University Press, 2008, 328p.

FAWOLE, W. Alade; Militaries, militias and mullahs: National security issues in Nigeria's foreign policy. In: ADEBAJO, Adekeye; MUSTAPHA, Abdul R (Org.). **Gulliver's Troubles: Nigeria's Foreign Policy after the Cold War**. South Africa: University of KwaZulu-Natal Press, 2008, cap.5, p.96 – 115.

FEDERAÇÃO DAS CÂMARAS DE COMÉRCIO EXTERIOR (FCCE). **Seminário bilateral de comércio exterior e investimentos Brasil-Nigéria**. Rio de Janeiro: FCCE, 2007.

FIGUEIRA, João Carlos. As atividades da Petrobrás na África. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Relações Brasil-África: um colóquio**. Brasília: FUNAG, 2003.

FIORI, José Luís; PALUDA, Raphael; VATER, Maria Cláudia. **A projeção do Brasil na América do Sul e na África Subsaariana, e o controle da Bacia do Atlântico Sul**. Relatório de Pesquisa – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos UFRJ, 2012.

FORREST, Tom. Brazil and Africa: Geopolitics, Trade, and Technology in the South Atlantic. **African Affairs**, ?, v. 81, n. 322, p. 3-20, 1982.

GAMBARI, Ibrahim A. From Balewa to Obasanjo: The theory and practice of Nigeria's foreign policy. In: ADEBAJO, Adekeye; MUSTAPHA, Abdul R (Org.). **Gulliver's Troubles: Nigeria's Foreign Policy after the Cold War**. South Africa: University of KwaZulu-Natal Press, 2008, cap.3, p.58 – 80.

GOVERNO Brasileiro Encerra Missão à África Subsaariana. **Notícias MDIC**, 12 jun 2009. Disponível em:<<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=1¬icia=9119>>. Acesso em: 15 de maio de 2013.

GOVERNO brasileiro estabelece cooperação com a Nigéria nas áreas de saúde e educação. **Blog do planalto**. 2013. Disponível em:<<http://blog.planalto.gov.br/brasil-estabelece-cooperacao-com-a-nigeria-nas-areas-de-saude-e-educacao/>>. Acesso em: 3 de maio de 2013.

HOFFMANN, Helga. Towards Africa? Brazil and the South-South Trade. In.: CARLSSON, Jerker. **South-South relations in a changing world order**. Uppsala: Scandinavian Institute of African Studies, 1982.

HURRELL, Andrew. The Politics of South Atlantic Security: a survey of proposals for a South Atlantic Treaty Organization. **International Affairs**, v. 59, n. 2, p. 179-193, primavera 1983.

_____. Brazil and the New Global Order. **Current History**, v. 109, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009**. Brasília: Ipea, 2010.

IPEA;BANCO MUNDIAL (BM). **Bridging the Atlantic: Brazil and Sub-Saharan Africa, South-South partnering for growth**. Brasília: Ipea, 2011.

USA. Department of Commerce/International Trade Administration. **U.S.- Sub-Saharan Africa Trade Profile 2010**. 2010.

JINKINGS, Daniella. Brasil e Nigéria firmam acordo de cooperação militar que prevê exploração mineral no Atlântico. **Agência Brasil**, 22 jul 2010. Disponível em:< <http://www.naval.com.br/blog/2010/07/23/brasil-e-nigeria-firmam-acordo-de-cooperacao-militar-que-preve-exploracao-mineral-no-atlantico/#ixzz1lcya691U>>. Acesso em: 15 de maio de 2013.

LANDSBERG, Chris. Na African ‘concert of powers’? Nigeria and South Africa’s construction of the AU and NEPAD. In: ADEBAJO, Adekeye; MUSTAPHA, Abdul R (Org.). **Gulliver’s Troubles: Nigeria’s Foreign Policy after the Cold War**. South Africa: University of KwaZulu-Natal Press, 2008, cap.10, p.203 – 219.

LECHINI, Gladys. **Argentina y África en el espejo de Brasil: ¿política por impulsos o construcción de una política exterior?**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2006.

LESSA, Antônio Carlos. Brazil’s Strategic Partnerships: as assessment of the Lula era (2003-2010). **RBPI**, special edition, p. 115-131, 2010.

LIBRARY OF CONGRESS. **Country profile: Nigeria**. 2008. Disponível em:< <http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/profiles/Nigeria.pdf>>. Acesso em: 27 de maio de 2013.

LIMA, Maria Regina. A Política Externa Brasileira e os Desafios da Cooperação Sul-Sul. **RBPI**, v. 48, n. 2, p. 24-59, 2005.

LIMA, Maria Regina; HIRST, Mônica. Brazil as an Intermediate State and Regional Power: action, choice and responsibilities. **International Affairs**, v. 82, n. 1, p. 21-40, 2006.

MARQUES, Guilherme; MELO, William; LOPES, Jonathan. O paradigma neoliberal sabotador: o Consenso de Washington na América Latina. Disponível em:< http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/redem/Guilherme_William_PARADIGMA%20NEOLIBERA%20SABOTADOR.pdf>. Acesso em: 17 de junho de 2013.

MELO, Vico Denis Sousa de. Do despertar à omissão estratégica: a política econômica e externa africana entre os governos militar e democráticos da década de 1990. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 2, n.5, p. 82-105, 2011.

MOMOH, Siaka. Top Brazilian Companies Renew Interest in Nigeria. **Business Day**. 8 ago 2012. Disponível em:< <http://businessdayonline.com/NG/index.php/markets/companies-and-market/42449-top-brazilian-companies-renew-interest-in-nigeria>>. Acesso em: 19 de maio de 2013.

NIGERIA: special funds to support ECOWAS bank – President Jonathan. **Nigeria First**, 5 jul 2010. Disponível em:< <http://allafrica.com/stories/201007060245.html>>. Acesso em: 4 de maio de 2013.

NWACHUKU, Levi; UZOIGWE, Godfrey. **Troubled journey: Nigeria since the civil war**. Lanham: University Press of America, 2004.

OGUNBADEJO, Oye. Nigeria's foreign policy under military rule 1966-1979. **International Journal**, v. 35, n. 4, p. 748-765, outono 1980.

OJO, Olatunde. Nigeria and the formation of ECOWAS. **International Organization**, v. 34, n. 4, p. 571-604, outono 1980.

OKAFOR, Chineme. Nigeria: Eletrobras to Build Hydro Power Plant in the Country. **This Day**, 3 abr 2012. Disponível em: <<http://allafrica.com/stories/201204030460.html>>. Acesso em: 15 de maio de 2013.

OKOEDION, Vincent. **Special Investment Report – Brazil's Renewed Trade and Investment Expansion in Africa: opportunities for Nigeria**. Embaixada da Nigéria no Brasil, 2012.

OLIVEIRA, Pricila. Missão Brasileira Busca Ampliação de Comércio com a Nigéria. **Notícias MDIC**. 5 ago 2005. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=1¬icia=6586>>. Acesso em: 15 de maio de 2013.

OLIVEIRA, Guilherme. **Nigéria: história da política externa e das relações internacionais**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre.

PAÍSES em desenvolvimento conhecem o Programa de Aquisição de Alimentos. **Notícias EMATER-DF**, 29 ago 2012. Disponível em: <http://www.emater.df.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=585:países-em-desenvolvimentos-conhecem-o-programa-de-aquisicao-de-alimentos-&catid=47:noticias&Itemid=125>. Acesso em: 15 de maio de 2013.

PECEQUILO, Cristina. A Política Externa do Brasil no Séculos XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. **RBPI**, v.51, n.2, p. 136-153, 2008.

PENHA, Eli. **Relações Brasil-África e a Geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2011.

PENNA FILHO, Pio. Regionalismo, segurança e cooperação: o Atlântico Sul como espaço de possibilidades entre o Cone Sul e África Austral. In.: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 27, 2003. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4291&Itemid=316>. Acesso em: 27 de abril de 2013.

PEREIRA, Analúcia; BARBOSA, Luísa. O Atlântico Sul no Contexto das Relações Brasil-África. **Século XXI**, v. 3, n. 1, p. 59-77, jan/jun 2012.

PETROBRAS Acquires Exploratory Block in Nigeria. **Gulf Oil and Gas**. 1 set 2005. Disponível em: <<http://www.gulfoilandgas.com/webpro1/MAIN/Mainnews.asp?id=1712>>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

PETROBRAS signs na LNG purchase agreement. **Agência Petrobras**. 26 abr 2007a. Disponível em: <http://www.agenciapetrobras.com.br/en_materia.asp?id_editoria=11&id_noticia=2897>. Acesso em: 20 de maio de 2012.

PETROBRAS inicia exportação de álcool anidro combustível para a Nigéria. **Agência Petrobras**. 30 mai 2007b. Disponível em: <http://www.agenciapetrobras.com.br/materia.asp?id_editoria=11&id_noticia=3058>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

PETROBRAS. **Relatório de Sustentabilidade 2007**. Rio de Janeiro: PETROBRAS, 2007c.

PETROBRAS. Resultados na Nigéria. **Petrobras Magazine**, edição 55, [2008].

PETROBRAS. **Relatório de Sustentabilidade 2009**. Rio de Janeiro: PETROBRAS, 2009.

PETROBRAS. Força africana. **Revista Petrobras 165**, fev 2011a, 19p.

_____. **Plano de Negócios 2011-2015**. Rio de Janeiro: Petrobras, 2011b, 6p.

_____. **Relatório de sustentabilidade 2011**. Rio de Janeiro: PETROBRAS, 2012.

_____. **Produzindo petróleo de alta qualidade**. [2013]. Disponível em: <<http://www.petrobras.com/pt/paises/nigeria/nigeria.htm#>>. Último acesso: 17 de maio de 2013.

PHAM, J. Peter. Nigeria's foreign policy: an inquiry into sources and prospects. V **FLAD-IPRI International Conference**. 2007. Disponível em: <http://www.ipri.pt/eventos/pdf/Artg%205_JPP.pdf>. Acesso em: 5 de maio de 2013.

PRESIDENTE da Petrobras destaca o potencial de negócios dos países africanos. **Petrobras informe**, 3 mai 2012. Disponível em: <<http://fatosedados.blogspetrobras.com.br/2012/05/03/presidente-da-petrobras-destaca-o-potencial-de-negocios-dos-paises-africanos/>>. Acesso em: 4 de março de 2013.

PROFILE: Boko Haram. **Al Jazeera**. 18 mai 2013. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/africa/2012/01/20121974241393331.html>>. Acesso em: 25 de maio de 2013.

QUADROS, Jânio. Brazil's New Foreign Policy. **Foreign Affairs**, v. 40, n. 1, p. 19-27, out 1961.

_____. Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República na Abertura da Sessão Legislativa de 1961. In.: MUNIZ, Camille. **Discursos selecionados do Presidente Jânio Quadros**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

RIBEIRO, Fernanda. **Estratégia Internacional da Petrobras: estudo de caso da aquisição da Perez Companc na Argentina**. 2006. Dissertação de Mestrado em Administração. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

RIBEIRO, Cláudio O. **Relações político-comerciais Brasil-África (1985-2006)**. 2007, Tese de Doutorado de Ciência Política. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

_____. Crise e Castigo: as relações Brasil-África no governo Sarney. **RBPI**, v. 51, n. 2, p. 39-59, 2008.

RIZZI, Kamilla et al. O Brasil na África (2003-2010): política, desenvolvimento e comércio. **Conjuntura Austral**, v.2, n.5, p. 61-81, abr/mai 2011.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, após cerimônia de assinatura de atos - Abuja/Nigéria**. 2013. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-apos-cerimonia-de-assinatura-de-atos-abuja-nigeria>>. Acesso em: 27 de maio de 2013.

RUSTAD, Siri. Power-sharing and conflict in Nigeria. **Center for the Study of Civil War – International Peace Research Institute in Oslo**, 2008.

SANTANA, Ivo de. Notas e Comentários sobre a Dinâmica do Comércio Brasil-África nas Décadas de 1970 a 1990. **RBPI**, v. 46, n. 2, p. 113-137, 2003a.

_____. O Despertar Empresarial Brasileiro para o Mercado Africano nas Décadas de 1970 a 1990. **Contexto Internacional**, v.25, n. 1, p. 139-195, jan/jun 2003b.

SARAIVA, José Flávio. **O Lugar da África**. Brasília: UnB, 1996.

_____. **África Parceira do Brasil Atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SELCHER, Wayne. **The Afro-Asian dimension of Brazilian foreign policy, 1956-1968**. 1970. 402f. Tese (Doutorado) – University of Florida.

_____. Brazilian relations with Portuguese Africa in the context of the elusive “Luso-Brazilian Community”. **Journal of Interamerican Studies**, v. 18, n.1, p. 25-58, fev. 1976.

_____. Dilemas de política en las relaciones de Brasil con África: ejemplo de obstáculos en las relaciones Sur-Sur. **Foro Internacional**, v.23, n. 1, p.19-38, jul/set 1982.

SENNES, Ricardo. **As mudanças na política externa brasileira nos anos 80: uma potência média recém industrializada**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Discurso de Posse**. Brasília, 1 de janeiro de 2003.

_____. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar oferecido pelo Presidente da Nigéria, Olosegum Obasanjo, em Abuja, Nigéria, no dia 11 de abril de 2005. In.: BRASIL. Ministério de Relações Exteriores. **Resenha de política exterior do Brasil, número 96**. Brasília: MRE, 2005a

SILVA, André L. Reis. **Do Otimismo Liberal à Globalização assimétrica: a política externa do governo FHC (1995-2002)**. 2008. 359f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pós-Graduação em Ciência Política. Porto Alegre.

STEFFEN, Nathallye. Um estudo sobre trading company e comercial exportadora como alternativas para inserção de produtos de empresas de pequeno porte no comércio internacional. **Revista de Negócios Internacionais**, v. 4, n. 7, p. 27-33, 2006.

STUDY: Exchange – PEC-G. **Brasil.gov.br**. [2013]. Disponível em: <[http://www.brasil.gov.br/para/study/exchange/pec-g/br_model1?set_language=en](http://www.brasil.gov.br/para/study/exchange/pec-g/br_model1?set_language=en;)>. Acesso em: 28 de maio de 2013.

THE AKPO Field Goes on Stream in Nigeria. **Agência Petrobras**. 9 mar 2009. Disponível em:< http://www.agenciapetrobras.com.br/en_materia.asp?id_editoria=11&id_noticia=6247>. Acesso em: 15 de maio de 2013.

TIEKU, Thomas K. Explaining the clash and accommodation of interests of major actors in the creation of the African Union. **African Affairs**, Oxford, n. 103, p.249-267, 2004.

TRANSFORMATION Agenda/Vision 2020. [2013]. Disponível em:< <http://www.nigerianembassy.ru/nigerian-embassy-moscow?embnigeria=Transformation%20Agenda/Vision%202020> >. Acesso em: 28 de maio de 2013.

UNITED NATIONS (UN). **Voting Record search: A/RES/41/11**. 1986. Disponível em:<<http://unbisnet.un.org:8080/ipac20/ipac.jsp?session=C3I803V741848.722421&menu=search&aspect=power&npp=50&ipp=20&spp=20&profile=voting&ri=&index=.VM&term=+A%2Fres%2F41%2F11&matchopt=0%7C0&oper=AND&x=18&y=18&aspect=power&index=.VW&term=&matchopt=0%7C0&oper=AND&index=.AD&term=&matchopt=0%7C0&oper=AND&index=BIB&term=&matchopt=0%7C0&uloper=%3D&ullimit=&uloper=%3D&ullimit=&sort=>>>. Acesso em: 25 de maio de 2013.

_____. **Comtrade: Brazil-Nigeria 1962-1989**. 2013. Disponível em:< <http://comtrade.un.org/db/>>. Acesso em: 5 de maio de 2013.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **World investment report 2012: towards a new generation of investment policies**. Geneva: UN, 2012.

UZUAKPUNDU, Nduka. Nigeria:tensions in South Atlantic, not in Nigeria's interest. **Vanguard**, 8 ago 2004. Disponível em:< <http://allafrica.com/stories/200408080034.html>>. Acesso em: 4 de maio de 2013.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo; CINTRA, Rodrigo. A política externa do Governo FHC: a busca da autonomia pela participação. **Tempo social**, v. 15, n. 2, p. 31-61, 2003.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **Brazilian foreign policy in changing times: the quest for autonomy from Sarney to Lula**. Lanham: Lexington Books, 2009.

VISENTINI, Paulo. O Brasil e o Mundo: a política externa e suas fases. **Ensaios FEE**, v. 20, n. 1, p. 134-154, 1999.

_____. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

_____. De FHC a Lula:Uma década de política externa (1995-2005). **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 5. n. 2, jul.-dez. Porto Alegre: 2005.

_____. As Relações Brasil-África: da indiferença à cooperação. In.: VISENTINI, Paulo; RIBEIRO, Luiz Dario; PEREIRA, Analúcia. **História da África e dos Africanos**. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. **A Projeção Internacional do Brasil 1930-2012**. ? : Elsevier, 2013.

VISENTINI, Paulo; et al. **Os países africanos: Diversidade de um continente**. Porto Alegre: Leitura XXI/CEBRAFRICA, 2012.

VISENTINI, Paulo e PEREIRA, Analúcia. **The African Policy of Lula's Government**. Porto Alegre: NERINT, 2007.

WHITE, Lyal. Understanding Brazil's new drive for Africa. **South African Journal of International Affairs**, v. 17, n. 2, p.221-242, ago 2010.

WILLIAMS, Sunday. Nigeria: Brazilian Companies Express Interest in Nigeria's Infrastructure. **Daily Trust**. 7 ago 2012. Disponível em:<
<http://allafrica.com/stories/201208070394.html>>. Acesso em: 19 de maio de 2013.

WORLD BANK (WB). **World development indicators – Nigeria**. 2013. Disponível em:<
<http://databank.worldbank.org/data/views/reports/chart.aspx>>. Acesso em: 25 de maio de 2013.

WRIGHT, Stephen; OKOLO, Julius E. Nigeria: Aspirations of Regional Power. In: WRIGHT, Stephen (Ed.). **African foreign policies**. Boulder: Westview Press, 1999, cap. 7, p. 118-132.

XIMENES, Dimas. Nigéria quer adotar programas sociais do Brasil. **MDS Informe**, 9 mar 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/noticias/nigeria-quer-adotar-programas-sociais-do-brasil>>. Acesso em: 5 de abril de 2013.

**APÊNDICE A – INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-NIGÉRIA E
INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-ÁFRICA (1990-2002)**

Tabela 1. Intercâmbio comercial Brasil-Nigéria (1990-2002) (US\$ F.O.B.)

ANO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	CORRENTE DE COMÉRCIO
1990	179.993.339	61.363.418	241.356.757
1991	176.699.998	248.765.370	425.465.368
1992	307.799.688	34.744.807	342.544.495
1993	239.868.617	232.114.305	471.982.922
1994	149.295.016	357.123.345	506.418.361
1995	243.327.359	283.745.308	527.072.667
1996	274.540.212	254.910.601	529.450.813
1997	249.172.658	520.281.896	769.454.554
1998	328.038.680	611.505.673	939.544.353
1999	226.811.486	738.612.506	965.423.992
2000	246.861.556	733.604.876	980.466.432
2001	416.870.692	1.376.173.566	1.793.044.258
2002	507.647.903	1.094.550.433	1.602.198.336

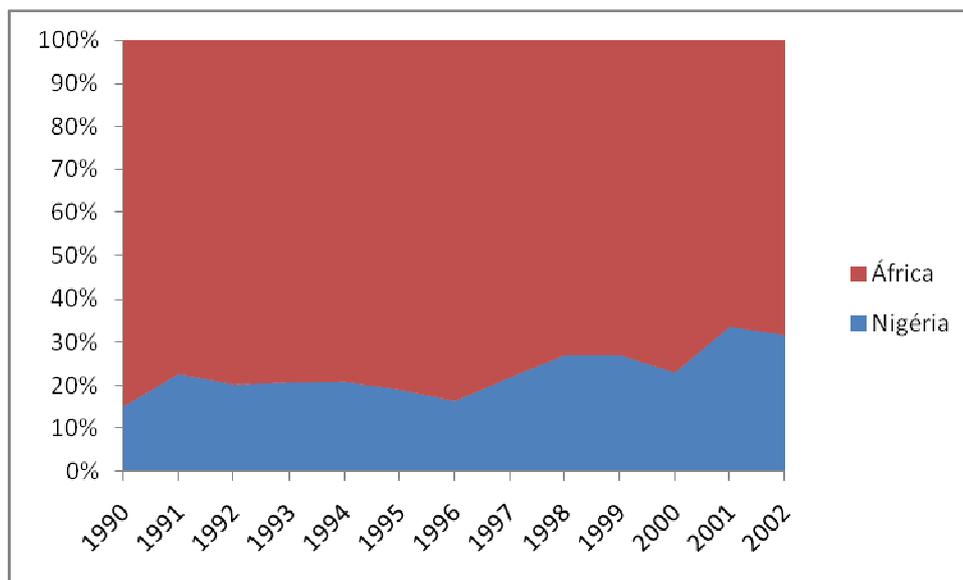
Fonte: Elaborado pela autora com dados de Brasil (2013b).

Tabela 2. Intercâmbio comercial Brasil-África (1990-2002) (US\$ F.O.B.)

ANO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	CORRENTE DE COMÉRCIO
1990	1.012.322.644	578.210.689	1.590.533.333
1991	1.034.902.027	838.966.120	1.873.868.147
1992	1.137.737.423	551.067.294	1.688.804.717
1993	1.112.294.414	1.162.331.216	2.274.625.630
1994	1.349.205.618	1.072.075.764	2.421.281.382
1995	1.585.821.583	1.180.637.451	2.766.459.034
1996	1.527.022.348	1.690.473.093	3.217.495.441
1997	1.520.000.381	1.995.198.981	3.515.199.362
1998	1.651.086.046	1.819.086.788	3.470.172.834
1999	1.336.476.992	2.223.842.002	3.560.318.994
2000	1.347.098.183	2.907.082.676	4.254.180.859
2001	1.989.031.346	3.330.949.802	5.319.981.148
2002	2.363.340.654	2.675.612.821	5.038.953.475

Fonte: Elaborado pela autora com dados de Brasil (2013a).

Gráfico 5 – Participação da Nigéria na corrente de comércio Brasil-África (1990-2002) (%)



Fonte: elaborado pela autora com dados de Brasil (2013a) e Brasil (2013b).

**APÊNDICE B – INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-NIGÉRIA E
INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-ÁFRICA (2003-2012)**

Tabela 3. Intercâmbio comercial Brasil-Nigéria (2003-2012) (US\$ F.O.B.)

ANO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	CORRENTE DE COMÉRCIO
2003	469.730.463	1.521.661.990	1.991.392.453
2004	505.235.218	3.501.030.240	4.006.265.458
2005	953.225.828	2.643.015.996	3.596.241.824
2006	1.373.624.268	3.918.295.644	5.291.919.912
2007	1.512.357.010	5.281.064.357	6.793.421.367
2008	1.535.589.616	6.704.379.120	8.239.968.736
2009	1.066.462.807	4.760.614.289	5.827.077.096
2010	862.541.036	5.920.185.355	6.782.726.391
2011	1.192.085.012	8.386.598.079	9.578.683.091
2012	1.066.605.421	8.012.213.606	9.078.819.027

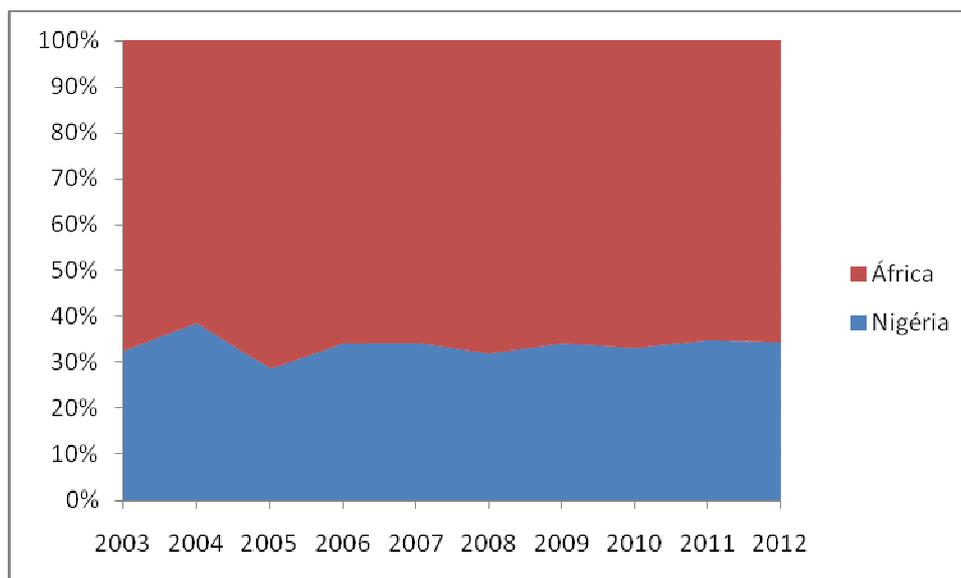
Fonte: Elaborado pela autora com dados de Brasil (2013b).

Tabela 4. Intercâmbio comercial Brasil-África (2003-2012) (US\$ F.O.B)

ANO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	CORRENTE DE COMÉRCIO
2003	2.862.003.914	3.291.174.938	6.153.178.852
2004	4.247.699.268	6.183.472.779	10.431.172.047
2005	5.981.353.507	6.656.664.579	12.638.018.086
2006	7.455.879.389	8.110.811.144	15.566.690.533
2007	8.578.221.741	11.346.724.972	19.924.946.713
2008	10.169.567.120	15.761.124.122	25.930.691.242
2009	8.692.380.077	8.465.581.857	17.157.961.934
2010	9.261.599.799	11.297.251.661	20.558.851.460
2011	12.224.792.600	15.436.247.556	27.661.040.156
2012	12.212.624.157	14.266.013.023	26.478.637.180

Fonte: Elaborado pela autora com dados de Brasil (2013a).

Gráfico 6 – Participação da Nigéria na corrente de comércio Brasil-África (2003-2012) (%)



Fonte: elaborado pela autora com dados de Brasil (2013a) e Brasil (2013b).

ANEXO A – MAPA DA NIGÉRIA



Fonte: Oliveira (2012, p. 15).